

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	10
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	13
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	15
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	16
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	17
--	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	19
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	20
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	21
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	22
---	----

Notas Explicativas	47
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	125
---	-----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	126
---	-----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	127
--	-----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	131
---	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	132
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	133
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	863.652
Preferenciais	0
Total	863.652
Em Tesouraria	
Ordinárias	48
Preferenciais	0
Total	48

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021
1	Ativo Total	3.978.302	3.915.363
1.01	Ativo Circulante	548.751	1.061.198
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	357.331	609.317
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	241.296
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	0	241.296
1.01.02.01.02	Títulos Designados a Valor Justo	0	241.296
1.01.03	Contas a Receber	111.409	150.596
1.01.03.01	Clientes	111.409	150.596
1.01.04	Estoques	22.606	19.711
1.01.06	Tributos a Recuperar	24.746	18.484
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	24.746	18.484
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	32.659	21.794
1.01.08.03	Outros	32.659	21.794
1.01.08.03.01	Dividendos a Receber / Propostos	27.027	13.359
1.01.08.03.03	Outras Contas a Receber	5.632	8.435
1.02	Ativo Não Circulante	3.429.551	2.854.165
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	431.769	382.862
1.02.01.07	Tributos Diferidos	72.442	48.794
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	72.442	48.794
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	359.327	334.068
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	336.938	310.014
1.02.01.10.05	Outros Ativos	22.389	24.054
1.02.02	Investimentos	487.735	439.460
1.02.02.01	Participações Societárias	487.735	439.460
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	487.735	439.460
1.02.03	Imobilizado	2.389.345	1.925.076
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	757.928	646.689
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	1.142.618	884.449
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	488.799	393.938
1.02.04	Intangível	120.702	106.767
1.02.04.01	Intangíveis	120.702	106.767
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	114.744	100.789
1.02.04.01.02	Outros Intangíveis	5.958	5.978

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021
2	Passivo Total	3.978.302	3.915.363
2.01	Passivo Circulante	494.326	517.727
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	56.069	55.749
2.01.01.01	Obrigações Sociais	6.730	5.919
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	49.339	49.830
2.01.02	Fornecedores	77.614	64.395
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	77.373	63.715
2.01.02.01.01	Fornecedores Risco Sacado	9.882	7.760
2.01.02.01.02	Outros Fornecedores Nacionais	67.491	55.955
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	241	680
2.01.03	Obrigações Fiscais	17.356	24.974
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	10.397	17.772
2.01.03.01.02	Demais Obrigações Fiscais Federais	10.397	17.772
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	145	85
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	6.814	7.117
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	42.355	59.015
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	20.091
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	0	20.091
2.01.04.02	Debêntures	42.355	38.924
2.01.05	Outras Obrigações	300.932	313.594
2.01.05.02	Outros	300.932	313.594
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	11.790	111.140
2.01.05.02.05	Obrigações com poder concedente	6.152	5.976
2.01.05.02.06	Arrendamento Mercantil	282.943	196.432
2.01.05.02.07	Outras Obrigações	47	46
2.02	Passivo Não Circulante	1.391.093	1.179.373
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	232.103	264.573
2.02.01.02	Debêntures	232.103	264.573
2.02.02	Outras Obrigações	1.128.753	881.085
2.02.02.02	Outros	1.128.753	881.085
2.02.02.02.04	Passivos atuariais - Assistência Médica Complementar	19.800	23.430
2.02.02.02.05	Fornecedores	25.494	15.021
2.02.02.02.06	Impostos sobre faturamento TRA	74.514	63.991
2.02.02.02.08	Arrendamento Mercantil	1.008.945	778.643
2.02.04	Provisões	30.237	33.715
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	30.237	33.715
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	11.404	10.769
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	16.852	20.633
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.010	1.064
2.02.04.01.05	Provisões Outras	971	1.249
2.03	Patrimônio Líquido	2.092.883	2.218.263
2.03.01	Capital Social Realizado	1.876.956	1.873.906
2.03.02	Reservas de Capital	66.974	62.655
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	18.897	18.897
2.03.02.04	Opções Outorgadas	76.983	72.125
2.03.02.07	Resultado na Alienação de Ações em Tesouraria	-4.153	-3.614

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021
2.03.02.08	Custo na Emissão de Novas Ações	-24.753	-24.753
2.03.04	Reservas de Lucros	134.327	272.676
2.03.04.01	Reserva Legal	90.423	68.951
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	12.936	33.958
2.03.04.10	Reserva de Lucros para Investimentos	31.123	171.123
2.03.04.11	Recompra de ações	-154	-1.354
2.03.04.12	Custos na recompra de ações	-1	-2
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	14.626	9.026

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.262.290	1.036.505
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-688.752	-591.691
3.03	Resultado Bruto	573.538	444.814
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-27.572	-87.536
3.04.01	Despesas com Vendas	-48.838	-60.499
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-128.413	-87.534
3.04.02.01	Outras Despesas Gerais e Administrativas	-128.413	-87.534
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	37.438	9.259
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.465	-2.460
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	113.706	53.698
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	545.966	357.278
3.06	Resultado Financeiro	-24.614	-46.958
3.06.01	Receitas Financeiras	99.490	50.283
3.06.02	Despesas Financeiras	-124.104	-97.241
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	521.352	310.320
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-91.902	-53.914
3.08.01	Corrente	-117.644	-66.622
3.08.02	Diferido	25.742	12.708
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	429.450	256.406
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	429.450	256.406
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,4975	0,29739
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,4953	0,29628

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	429.450	256.406
4.02	Outros Resultados Abrangentes	5.600	34.429
4.02.01	Assistencia médica complementar	6.161	40.006
4.02.02	IRPJ/CSLL diferidos sobre (Ganho) / Perda - assistência médica complementar	-2.095	-13.602
4.02.03	Equivalência sobre benefício pós emprego - planos médicos	1.534	8.025
4.03	Resultado Abrangente do Período	435.050	290.835

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	532.085	352.726
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	680.982	513.342
6.01.01.01	Resultado antes da Tributação e Participação	521.352	310.320
6.01.01.02	Plano de Opção de Compra de Ações	6.850	5.249
6.01.01.03	Equivalência Patrimonial	-113.706	-53.698
6.01.01.05	Depreciação e Amortização	158.951	122.856
6.01.01.06	Constituição /(Reversão) de Provisões Contingenciais	18.905	17.730
6.01.01.07	Baixa e resultado na venda de ativos permanentes	-34.735	945
6.01.01.08	Juros sobre Debêntures	4.897	4.314
6.01.01.09	Juros sobre Empréstimos Apropriados	150	715
6.01.01.14	Benefício pós emprego - planos médicos	2.531	5.239
6.01.01.15	Provisão/Reversão para créditos de liquidação duvidosa e Perdas de créditos incobráveis	12.917	22.575
6.01.01.16	Juros sobre obrigações com poder concedente	372	1.656
6.01.01.17	Juros sobre Aplicações Financeiras	-10.265	-16.171
6.01.01.18	Juros sobre arrendamento mercantil	112.763	91.612
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	8.930	-59.418
6.01.02.01	(Aumento) Redução em Contas Receber	26.270	-83.272
6.01.02.02	(Aumento) Redução nos Estoques	-2.895	859
6.01.02.03	(Aumento) Redução Tributos Correntes a Recuperar	-6.262	-17.656
6.01.02.05	(Aumento) Redução em Depósitos Judiciais	-26.924	-14.280
6.01.02.07	(Aumento) Redução em Outros Ativos	4.468	-4.849
6.01.02.08	Aumento (Redução) em Fornecedores	21.570	22.806
6.01.02.09	Aumento (Redução) em Fornecedores Risco Sacado	2.122	2.513
6.01.02.10	Aumento (Redução) em Salários e Obrigações Sociais R	320	21.351
6.01.02.11	Aumento (Redução) Impostos, Taxas e Contribuições	-20.264	6.955
6.01.02.13	Aumento (Redução) em Impostos sobre Faturamento TRA	10.523	6.155
6.01.02.14	Aumento (Redução) em Outros Passivos	2	0
6.01.03	Outros	-157.827	-101.198
6.01.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-117.644	-69.055
6.01.03.03	Baixas de contingências com pagamento	-22.383	-18.367
6.01.03.04	Pagamentos obrigações com poder concedente	-17.800	-13.776
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	44.015	27.261
6.02.01	Aquisição de Imobilizado	-335.250	-196.532
6.02.02	Alienação de Imobilizado	58.000	320
6.02.03	Aumento de Investimentos líquido de redução de capital em Controladas	-140	-40
6.02.04	Aumento do Ativo Intangível	-16.182	-17.307
6.02.07	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	53.436	24.482
6.02.08	Aplicações financeiras	251.563	201.472
6.02.09	Juros sobre Empréstimos Capitalizados	32.588	14.866
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-828.086	-231.016
6.03.01	Empréstimos Captados	-22	-17
6.03.02	Pagamentos de Debêntures, Empréstimos e Financiamentos	-53.330	-40.038
6.03.03	Juros Pagos por Debêntures, Empréstimos e Financiamentos	-33.413	-14.770
6.03.04	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-655.707	-104.762

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.03.05	Recebimento de opções de compra de ações exercidas	1.720	2.794
6.03.15	Pagamento de arrendamento mercantil	-87.334	-74.223
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-251.986	148.971
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	609.317	460.346
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	357.331	609.317

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.873.906	62.655	272.676	0	9.026	2.218.263
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.873.906	62.655	272.676	0	9.026	2.218.263
5.04	Transações de Capital com os Sócios	3.050	4.319	-159.821	-407.978	0	-560.430
5.04.01	Aumentos de Capital	850	0	0	0	0	850
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	4.858	0	0	0	4.858
5.04.06	Dividendos	0	0	-173.958	-251.691	0	-425.649
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-143.351	0	-143.351
5.04.08	Opções de Ações Exercidas	2.200	0	1.201	0	0	3.401
5.04.09	Resultado na Alienação de Ações em Tesouraria	0	-539	0	0	0	-539
5.04.10	Dividendos Adicionais Propostos	0	0	12.936	-12.936	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	429.450	5.600	435.050
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	429.450	0	429.450
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	5.600	5.600
5.05.02.06	Passivo Atuarial - Despesas Médicas - Companhia e controladas	0	0	0	0	5.600	5.600
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	21.472	-21.472	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	21.472	-21.472	0	0
5.07	Saldos Finais	1.876.956	66.974	134.327	0	14.626	2.092.883

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.871.895	58.170	192.548	0	-25.403	2.097.210
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	46.361	0	0	46.361
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.871.895	58.170	238.909	0	-25.403	2.143.571
5.04	Transações de Capital com os Sócios	2.011	4.485	35.506	-258.145	0	-216.143
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	4.522	0	0	0	4.522
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-126.764	0	-126.764
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-97.423	0	-97.423
5.04.08	Opções de Ações Exercidas	2.011	0	1.548	0	0	3.559
5.04.09	Resultado na Alienação de Ações em Tesouraria	0	-37	0	0	0	-37
5.04.10	Dividendos Adicionais Propostos	0	0	33.958	-33.958	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	256.406	34.429	290.835
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	256.406	0	256.406
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	34.429	34.429
5.05.02.06	Passivo Atuarial - Despesas Médicas - Companhia e controladas	0	0	0	0	34.429	34.429
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-1.739	1.739	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	-1.739	1.739	0	0
5.07	Saldos Finais	1.873.906	62.655	272.676	0	9.026	2.218.263

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.01	Receitas	1.435.523	1.150.486
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.411.002	1.163.802
7.01.02	Outras Receitas	37.438	9.259
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-12.917	-22.575
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-324.519	-271.895
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-119.647	-118.031
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-203.407	-151.404
7.02.04	Outros	-1.465	-2.460
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.111.004	878.591
7.04	Retenções	-158.951	-122.856
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-158.951	-122.856
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	952.053	755.735
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	213.196	103.981
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	113.706	53.698
7.06.02	Receitas Financeiras	99.490	50.283
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.165.249	859.716
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.165.249	859.716
7.08.01	Pessoal	332.860	294.911
7.08.01.01	Remuneração Direta	258.432	229.378
7.08.01.02	Benefícios	60.168	53.525
7.08.01.03	F.G.T.S.	14.260	12.008
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	269.516	205.378
7.08.02.01	Federais	197.963	146.167
7.08.02.02	Estaduais	73	50
7.08.02.03	Municipais	71.480	59.161
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	133.423	103.021
7.08.03.01	Juros	124.104	97.241
7.08.03.02	Aluguéis	9.319	5.780
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	416.514	222.448
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	143.351	97.423
7.08.04.02	Dividendos	251.691	126.764
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	21.472	-1.739
7.08.05	Outros	12.936	33.958
7.08.05.01	Dividendos Adicionais Propostos	12.936	33.958

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021
1	Ativo Total	4.348.678	4.271.065
1.01	Ativo Circulante	857.825	1.334.219
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	614.631	823.340
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	241.296
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	0	241.296
1.01.02.01.02	Títulos Designados a Valor Justo	0	241.296
1.01.03	Contas a Receber	179.722	209.989
1.01.03.01	Clientes	179.722	209.989
1.01.04	Estoques	28.647	24.391
1.01.06	Tributos a Recuperar	27.549	22.249
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	27.549	22.249
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	7.276	12.954
1.01.08.03	Outros	7.276	12.954
1.01.08.03.02	Outras Contas a Receber	7.276	12.954
1.02	Ativo Não Circulante	3.490.853	2.936.846
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	455.918	406.357
1.02.01.07	Tributos Diferidos	79.533	54.267
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	79.533	54.267
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	376.385	352.090
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	345.565	318.521
1.02.01.10.05	Precatórios a Receber	8.382	6.543
1.02.01.10.06	Outros Ativos	22.438	27.026
1.02.03	Imobilizado	2.871.831	2.382.856
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	946.168	793.560
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	1.423.571	1.175.789
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	502.092	413.507
1.02.04	Intangível	163.104	147.633
1.02.04.01	Intangíveis	163.104	147.633
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	157.146	141.655
1.02.04.01.02	Outros Intangíveis	5.958	5.978

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021
2	Passivo Total	4.348.678	4.271.065
2.01	Passivo Circulante	610.469	616.658
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	70.195	67.757
2.01.01.01	Obrigações Sociais	8.887	7.992
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	61.308	59.765
2.01.02	Fornecedores	123.525	100.125
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	123.264	99.441
2.01.02.01.01	Fornecedores Risco Sacado	15.393	10.023
2.01.02.01.02	Outros Fornecedores Nacionais	107.871	89.418
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	261	684
2.01.03	Obrigações Fiscais	31.310	36.781
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	19.919	25.910
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	2.919	3.086
2.01.03.01.03	Outras Obrigações Federais	17.000	22.824
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	590	401
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	10.801	10.470
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	53.138	70.579
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	4.524	25.710
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	158	20.726
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	4.366	4.984
2.01.04.02	Debêntures	48.614	44.869
2.01.05	Outras Obrigações	332.301	341.416
2.01.05.02	Outros	332.301	341.416
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	11.790	111.140
2.01.05.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	165	0
2.01.05.02.08	Obrigações com poder concedente	6.152	5.976
2.01.05.02.09	Arrendamento mercantil	314.147	224.253
2.01.05.02.10	Outras Contas a Pagar	47	47
2.02	Passivo Não Circulante	1.645.326	1.436.144
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	281.929	322.656
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.128	7.397
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	153
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	2.128	7.244
2.02.01.02	Debêntures	279.801	315.259
2.02.02	Outras Obrigações	1.307.677	1.059.308
2.02.02.02	Outros	1.307.677	1.059.308
2.02.02.02.07	Passivos atuariais - Assistência Médica Complementar	26.342	31.416
2.02.02.02.08	Fornecedores	25.494	15.021
2.02.02.02.09	Impostos sobre faturamento TRA	74.514	63.991
2.02.02.02.11	Arrendamento mercantil	1.172.521	942.337
2.02.02.02.12	Instrumentos Financeiros Derivativos	1.463	0
2.02.02.02.13	Outros Passivos	7.343	6.543
2.02.03	Tributos Diferidos	17.032	10.957
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	17.032	10.957
2.02.04	Provisões	38.688	43.223
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	38.688	43.223

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	14.667	16.671
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	21.507	23.189
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.039	1.413
2.02.04.01.05	Provisões Outras	1.475	1.950
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.092.883	2.218.263
2.03.01	Capital Social Realizado	1.876.956	1.873.906
2.03.02	Reservas de Capital	66.974	62.655
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	18.897	18.897
2.03.02.04	Opções Outorgadas	76.983	72.125
2.03.02.07	Resultado na Alienação de Ações em Tesouraria	-4.153	-3.614
2.03.02.08	Custo na Emissão de Novas Ações	-24.753	-24.753
2.03.04	Reservas de Lucros	134.327	272.676
2.03.04.01	Reserva Legal	90.423	68.951
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	12.936	33.958
2.03.04.10	Reserva de Lucros para Investimentos	31.123	171.123
2.03.04.11	Recompra de ações	-154	-1.354
2.03.04.12	Custos na recompra de ações	-1	-2
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	14.626	9.026

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.931.841	1.534.229
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.055.047	-897.117
3.03	Resultado Bruto	876.794	637.112
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-273.992	-235.607
3.04.01	Despesas com Vendas	-161.605	-141.036
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-149.444	-105.472
3.04.02.01	Outras Despesas Gerais e Administrativ	-149.444	-105.472
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	39.741	14.086
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.684	-3.185
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	602.802	401.505
3.06	Resultado Financeiro	-22.323	-65.042
3.06.01	Receitas Financeiras	138.509	61.431
3.06.02	Despesas Financeiras	-160.832	-126.473
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	580.479	336.463
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-151.029	-80.057
3.08.01	Corrente	-173.101	-90.554
3.08.02	Diferido	22.072	10.497
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	429.450	256.406
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	429.450	256.406
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	429.450	256.406
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,4975	0,29739
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,4953	0,29628

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	429.450	256.406
4.02	Outros Resultados Abrangentes	5.600	34.429
4.02.01	Assistencia médica complementar	8.485	52.165
4.02.02	IRPJ/CSLL diferidos sobre (Ganho) / Perda - assistência médica complementar	-2.885	-17.736
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	435.050	290.835
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	435.050	290.835

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	733.837	477.928
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	935.120	671.818
6.01.01.01	Resultado Antes da Tributação e Participação	580.479	336.463
6.01.01.02	Variações Monetárias e Cambiais	5.718	5.981
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	207.143	167.414
6.01.01.05	Constituição / (Reversão) de Provisões Contingenciais	21.351	22.232
6.01.01.07	Plano de Opção de Compra de Ações	6.850	5.249
6.01.01.08	Baixas e Resultado na Venda de Ativos Permanentes	-34.724	398
6.01.01.09	Benefício pós Emprego - Planos Médicos	3.411	7.087
6.01.01.10	Juros sobre Debêntures	7.545	6.991
6.01.01.11	Juros sobre Empréstimos e Financ. Apropriados	521	1.420
6.01.01.13	Juros sobre Aplicações Financeiras	-10.265	-16.171
6.01.01.17	Provisão/Reversão para créditos de liquidação duvidosa e Perdas de créditos incobráveis	16.107	23.502
6.01.01.18	Juros sobre obrigações com o poder concedente	372	1.656
6.01.01.19	Juros sobre arrendamento mercantil	130.612	109.596
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	15.670	-68.543
6.01.02.01	(Aumento) Redução em Contas a Receber	14.160	-102.608
6.01.02.02	(Aumento) Redução nos Estoques	-4.256	-98
6.01.02.03	(Aumento) Redução Tributos Correntes a Recuperar	-5.300	-17.661
6.01.02.05	(Aumento) Redução em Depósitos Judiciais	-27.044	-14.237
6.01.02.06	(Aumento) Redução em Outros Ativos	8.428	-7.327
6.01.02.07	Aumento (Redução) em Fornecedores	28.502	31.457
6.01.02.08	Aumento (Redução) em Fornecedores Risco Sacado	5.371	846
6.01.02.09	Aumento (Redução) em Salários e Obrigações Sociais	2.438	24.226
6.01.02.10	Aumento (Redução) em Impostos, Taxas e Contribuições	-17.950	10.058
6.01.02.11	Aumento (Redução) em Contas a Pagar	800	647
6.01.02.12	Aumento (Redução) em Impostos sobre Faturamento TRA	10.523	6.155
6.01.02.13	Aumento (Redução) em Outros Passivos	-2	-1
6.01.03	Outros	-216.953	-125.347
6.01.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-173.267	-90.854
6.01.03.03	Baixas de contingências com pagamento	-25.886	-20.717
6.01.03.04	Pagamentos obrigações com poder concedente	-17.800	-13.776
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-62.709	-21.093
6.02.01	Aquisição de Imobilizado	-389.152	-221.227
6.02.02	Alienação de Imobilizado	59.542	1.286
6.02.03	Aumento do Ativo Intangível	-17.250	-17.490
6.02.05	Aplicações financeiras	251.563	201.472
6.02.06	Juros sobre Empréstimos e Financ. Capitalizados	32.588	14.866
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-879.837	-277.356
6.03.01	Empréstimos Captados	-22	-27
6.03.02	Pagamentos de Debêntures, Empréstimos e Financiamentos	-64.177	-51.174
6.03.03	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-655.707	-104.762
6.03.04	Recebimento de opções de compra de ações exercidas	1.720	2.794
6.03.05	Juros Pagos por Debêntures, Empréstimos e Financiamentos	-36.306	-18.016

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.03.06	Recebimento / (Pagamento) de Instrumentos Financeiros Derivativos	-2.407	0
6.03.12	Pagamentos arrendamento mercantil	-122.938	-106.171
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-208.709	179.479
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	823.340	643.861
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	614.631	823.340

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.873.906	62.655	272.676	0	9.026	2.218.263	0	2.218.263
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.873.906	62.655	272.676	0	9.026	2.218.263	0	2.218.263
5.04	Transações de Capital com os Sócios	3.050	4.319	-159.821	-407.978	0	-560.430	0	-560.430
5.04.01	Aumentos de Capital	850	0	0	0	0	850	0	850
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	4.858	0	0	0	4.858	0	4.858
5.04.06	Dividendos	0	0	-173.958	-251.691	0	-425.649	0	-425.649
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-143.351	0	-143.351	0	-143.351
5.04.08	Opções de Ações Exercidas	2.200	0	1.201	0	0	3.401	0	3.401
5.04.09	Resultado na Alienação de Ações em Tesouraria	0	-539	0	0	0	-539	0	-539
5.04.10	Dividendos Adicionais Propostos	0	0	12.936	-12.936	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	429.450	5.600	435.050	0	435.050
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	429.450	0	429.450	0	429.450
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	5.600	5.600	0	5.600
5.05.02.06	Passivo Atuarial - Despesas Médicas - Companhia e controladas	0	0	0	0	5.600	5.600	0	5.600
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	21.472	-21.472	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	21.472	-21.472	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.876.956	66.974	134.327	0	14.626	2.092.883	0	2.092.883

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.871.895	58.170	192.548	0	-25.403	2.097.210	0	2.097.210
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	46.361	0	0	46.361	0	46.361
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.871.895	58.170	238.909	0	-25.403	2.143.571	0	2.143.571
5.04	Transações de Capital com os Sócios	2.011	4.485	35.506	-258.145	0	-216.143	0	-216.143
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	4.522	0	0	0	4.522	0	4.522
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-126.764	0	-126.764	0	-126.764
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-97.423	0	-97.423	0	-97.423
5.04.08	Opções de Ações Exercidas	2.011	0	1.548	0	0	3.559	0	3.559
5.04.09	Resultado na Alienação de Ações em Tesouraria	0	-37	0	0	0	-37	0	-37
5.04.10	Dividendos Adicionais Propostos	0	0	33.958	-33.958	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	256.406	34.429	290.835	0	290.835
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	256.406	0	256.406	0	256.406
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	34.429	34.429	0	34.429
5.05.02.06	Passivo Atuarial - Despesas Médicas - Companhia e controladas	0	0	0	0	34.429	34.429	0	34.429
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-1.739	1.739	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	-1.739	1.739	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.873.906	62.655	272.676	0	9.026	2.218.263	0	2.218.263

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.01	Receitas	2.211.643	1.730.661
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.188.009	1.740.077
7.01.02	Outras Receitas	39.741	14.086
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-16.107	-23.502
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-659.932	-524.144
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-236.447	-219.149
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-420.801	-301.810
7.02.04	Outros	-2.684	-3.185
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.551.711	1.206.517
7.04	Retenções	-207.143	-167.414
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-207.143	-167.414
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.344.568	1.039.103
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	138.509	61.431
7.06.02	Receitas Financeiras	138.509	61.431
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.483.077	1.100.534
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.483.077	1.100.534
7.08.01	Pessoal	429.858	388.311
7.08.01.01	Remuneração Direta	327.913	293.304
7.08.01.02	Benefícios	83.123	76.063
7.08.01.03	F.G.T.S.	18.822	18.944
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	443.858	316.759
7.08.02.01	Federais	330.323	225.898
7.08.02.02	Estaduais	5.791	5.100
7.08.02.03	Municipais	107.744	85.761
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	179.911	139.058
7.08.03.01	Juros	160.832	126.473
7.08.03.02	Aluguéis	19.079	12.585
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	416.514	222.448
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	143.351	97.423
7.08.04.02	Dividendos	251.691	126.764
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	21.472	-1.739
7.08.05	Outros	12.936	33.958
7.08.05.01	Dividendos Adicionais Propostos	12.936	33.958

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração

Prezados(as) Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Santos Brasil Participações S.A. ("Santos Brasil") (Código B3: STBP3) relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as disposições da Lei das Sociedades por Ações, das normas IFRS e das normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Mensagem da Administração

O ano de 2022 foi histórico para a Santos Brasil, com crescimento relevante em todas as suas unidades de negócio e fortalecimento de seus indicadores econômico-financeiros e operacionais, reforçando-se, ainda, o seu compromisso com o desenvolvimento sustentável. Todas as conquistas de 2022 refletem um conjunto de decisões e iniciativas planejadas de forma estruturada, com disciplina e visão de longo prazo, executadas por um time de alta performance. Os frutos estão e, confia-se, continuarão a ser colhidos nos próximos anos, em linha com os bons fundamentos de seus negócios.

Em 2022, experimentou-se o arrefecimento das restrições impostas pela pandemia da Covid-19 – em que pesem episódios de *lockdown* ainda na China - e a normalização das cadeias de suprimento globais, inclusive com queda nos volumes transportados, em especial de bens duráveis, e nos preços de fretes praticados nas principais rotas comerciais do mundo. O cenário mostrou-se razoavelmente desafiador, principalmente nos últimos meses do ano, porém a Santos Brasil soube navegar com resiliência, firme na sua estratégia de excelência nos serviços prestados, preservação e/ou captura do volume disponível e recomposição dos preços praticados.

O resultado é recorde. A receita líquida somou R\$ 1,9 bilhão em 2022, um crescimento de 25,9% em relação a 2021. A geração de caixa operacional, representada pelo EBITDA, alcançou R\$ 810 milhões, 42,4% maior que o ano anterior, com margem EBITDA de 41,9%, ganho de 4,8 p.p. em relação a 2021. Em base recorrente, o EBITDA foi de R\$ 779 milhões em 2022 (+33,6% vs. 2021), com margem de 40,3% (+2,6p.p. vs. 2021). A Companhia voltou a registrar patamar de Margem EBITDA (consolidada) superior a 40%, o que evidencia a qualidade e a vantagem competitiva de seus ativos. Por sua vez, o lucro líquido registrado em 2022 atingiu R\$ 430 milhões, com margem líquida de 22%, com a distribuição de R\$ 535 milhões em proventos aos acionistas da Companhia, o que implica um *payout* de 124% e um *dividend yield* de 8%, com base no preço da ação em 31/12/2022. Trata-se do maior pagamento de dividendos e Juros sobre o Capital Próprio – JCP dos últimos 10 (dez) anos.

A forte geração de caixa operacional, aliada à sua desalavancagem financeira, permite à Santos Brasil executar investimentos na expansão e modernização de seus ativos, sem prejuízo da remuneração do capital de seus acionistas. Em 2022, a Santos Brasil investiu R\$ 406 milhões em seus negócios, dos quais R\$ 242 milhões no Tecon Santos, incluindo (i) a execução de obras civis para ampliação da capacidade comercial e operacional; (ii) a aquisição de equipamentos elétricos, que aumentarão a eficiência operacional, reduzindo a emissão de gases de efeito estufa (GEE) do terminal, em linha com a nossa meta de descarbonização; e (iii) implementação de novos sistemas operacionais, a exemplo de um novo *Terminal Operating System - TOS*. No Tecon Vila do Conde investiu-se R\$ 39 milhões em melhorias de infraestrutura e na ampliação da área de armazenagem, que permitirão que o terminal absorva o crescimento do transporte de cargas containerizadas na região Norte do país e, também, de cargas de projeto. Nos terminais de granéis líquidos em Itaqui aplicou-se R\$ 101 milhões ao longo de 2022, já com o início das operações dos terminais *brownfield* a partir do 3º trimestre de 2022. Encerrou-se o exercício social de 2022 com uma posição de caixa líquido da ordem de R\$ 280 milhões, mesmo com a alocação de R\$ 1,06 bilhão entre CapEx e proventos pagos no ano.

Com efeito, o firme propósito de maximizar o retorno do seu portfólio de ativos avançou em 2022. Deu-se a partida nos investimentos que compõem a segunda fase do ciclo de CapEx do Tecon Santos, que ampliará a capacidade do terminal para 2,6 milhões de TEUs até 2026, inclusive com aumento da produtividade do pátio de armazenagem do terminal, com otimização do layout, compra de equipamentos e implantação de sistemas de automação. Os investimentos consolidarão a Santos Brasil como a maior provedora de capacidade para a movimentação de contêineres no Porto de Santos, posto que já ocupa hoje. Igualmente, o Tecon Vila do Conde receberá novos investimentos, focados em ganhos de produtividade, eficiência e capacidade, elevando-se o nível de serviço do terminal, localizado em uma região que cresce a taxas maiores que o Brasil. Finalmente, é com grande satisfação que a Santos Brasil iniciou as operações dos terminais *brownfield* de granéis líquidos no Porto de Itaqui (TGL 01 e TGL 03). Com sucesso, a Companhia já contratou cerca de 55% da capacidade comercial existente desses terminais, gerando resultados três anos antes do plano de negócios original. Em 2023, a Companhia seguirá investindo na expansão dos terminais de granel líquido, com expectativa de quase quadruplicar a capacidade atual até 2026-27. O ingresso da Santos Brasil no segmento de granéis líquidos mostra-se promissor, considerando-se a

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

demanda vigorosa por combustíveis na zona de influência do Porto de Itaqui, impulsionada pelo crescimento do agronegócio na região do MATOPI (Maranhão, Tocantins e Piauí).

Por fim, com orgulho, vale ressaltar que as ações da Santos Brasil ingressaram no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3. Essa conquista reforça o compromisso da Companhia com o desenvolvimento sustentável, mitigando o impacto de suas operações no meio ambiente; com um ambiente de trabalho mais diverso e inclusivo, respeitando-se o ser-humano, fortalecendo-se o time e enriquecendo a experiência dos(as) funcionários(as); com os mais elevados padrões de Governança de Corporativa na gestão dos negócios da empresa. A trajetória para ingressar no ISE se iniciou em 2020 e coroa a mobilização da Companhia para evoluir e, constante e continuamente, se alinhar aos valores que regem a sociedade presente. Outrossim, pelo quinto ano consecutivo, a Santos Brasil manteve-se no Great Place to Work – GPTW, aumentando a sua nota para 81 pontos.

A Santos Brasil

Fundada em 1997, a Santos Brasil é líder na operação portuária de contêineres do país, sendo responsável por aproximadamente 19% dos contêineres movimentados nos portos brasileiros¹. Os ativos da Companhia estão localizados em Portos Organizados nas regiões Sudeste, Sul, Norte e Nordeste, com nove terminais arrendados: (i) três terminais de contêiner - Tecon Santos, no Porto de Santos (SP), Tecon Imbituba, no Porto de Imbituba (SC) e Tecon Vila do Conde, no Porto de Vila do Conde (PA), (ii) um terminal de veículos (TEV), no Porto de Santos (SP), (iii) dois terminais de carga geral - TCG Imbituba, no Porto de Imbituba (SC) e TCG Saboó, no Porto de Santos (SP), e (iv) três terminais de graneis líquidos no Porto do Itaqui (MA), com as operações de dois deles (TGL 01 e TGL 03) iniciadas ao longo de 2022.

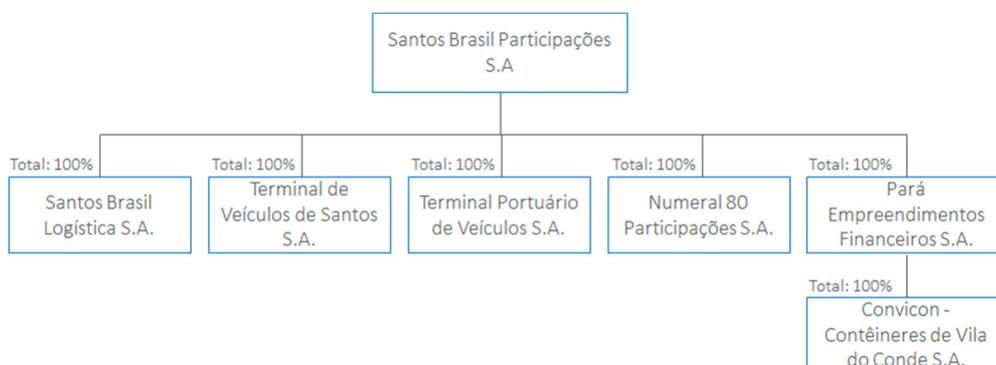
A Santos Brasil Logística, empresa de logística integrada da Santos Brasil, possui dois Centros Logísticos Industriais e Aduaneiros (CLIAs), localizados em Santos (SP) e Guarujá (SP), dois Centros de Distribuição, localizados em São Bernardo do Campo (CD São Bernardo do Campo e CD Imigrantes) e uma frota própria de mais de 100 caminhões.

A Companhia atua em praticamente todas as etapas da cadeia logística, desde o embarque e descarga de contêineres, veículos e cargas gerais dos navios, até a movimentação, armazenagem, transporte e distribuição das cargas, conectando as etapas que compõem a cadeia de suprimentos de seus clientes e oferecendo soluções logísticas integradas e customizadas.

A Santos Brasil presta serviços às companhias de navegação (armadores), donas e operadoras dos navios e contêineres, e a importadores e exportadores, donos das cargas movimentadas e que atuam em segmentos diversos, com destaque para as indústrias automotiva, química, petroquímica, farmacêutica, alimentícia, agronegócio e segmentos de bens de consumo em geral, incluindo eletroeletrônicos, entre outros.

Em 2022, a Companhia não realizou fusões, aquisições ou cisões e, atualmente, possui investimentos em sociedades controladas, conforme o organograma a seguir:

Estrutura societária



¹ Anuário ANTAQ para janeiro-dezembro de 2022.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Participação	2022	2021
Controladas diretas:		
Santos Brasil Logística S.A.	100%	100%
Terminal de Veículos de Santos S.A.	100%	100%
Terminal Portuário de Veículos S.A.	100%	100%
Numeral 80 Participações S.A.	100%	100%
Pará Empreendimentos Financeiros S.A.	100%	100%
Controladas indiretas:		
Convicon – Contêineres de Vila do Conde S.A.	100%	100%

O quadro a seguir representam a variação dos investimentos. Como apresentado acima, a Pará Empreendimentos Financeiros S.A. é a controladora direta da Convicon Contêineres de Vila do Conde S.A.

Participação	2022	2021
Controladas diretas:		
Santos Brasil Logística S.A.	184,2	148,9
Terminal de Veículos de Santos S.A.	195,2	177,3
Terminal Portuário de Veículos S.A.	0,1	0,1
Numeral 80 Participações S.A.	0,1	0,0
Pará Empreendimentos Financeiros S.A.	108,1	113,4
Total	487,7	439,5
Controladas indiretas:		
Convicon – Contêineres de Vila do Conde S.A.	107,4	112,4

Contexto de mercado

Em 2022, a Balança Comercial brasileira registrou superávit de US\$ 61,8 bilhões, um leve aumento de 0,6% em relação a 2021, segundo dados do Ministério da Economia. As exportações totalizaram US\$ 334 bilhões, aumento de 19,1% na comparação anual, enquanto as importações somaram US\$ 273 bilhões, aumento de 24,3% em relação a 2021. Nesse sentido, a soma das exportações e importações registrou alta de 21,4% frente a 2021, refletindo, principalmente, o aumento nos preços de commodities e cargas movimentadas em geral.

De acordo com dados publicados pela autoridade portuária do Porto de Santos, *Santos Port Authority* (SPA), o maior e mais importante porto do país registrou estabilidade (+0,4% YoY) na movimentação de contêineres em 2022 em relação a 2021, apesar da queda de 3,7% YoY no volume movimentado no quarto trimestre do ano, impactado, principalmente, pela retração nas importações e na cabotagem. Em 2022, as operações de longo curso do Porto de Santos cresceram, com as importações e exportações registrando altas de 0,8% YoY e 1,0% YoY, respectivamente, enquanto a Cabotagem teve queda de 2,3% YoY, afetada pela estiagem na foz do Rio Amazonas no 4T22.

A movimentação de contêineres no Tecon Imbituba, essencialmente representada pelo serviço de cabotagem que opera no terminal, registrou crescimento de 21,7% YoY, fruto do fortalecimento no transporte doméstico por navegação costeira de cargas como arroz, cerâmicas, plásticos e madeiras.

O Tecon Vila do Conde registrou queda de 6,8% na movimentação de contêineres de 2022, impactado pela menor disponibilidade de contêineres vazios para a exportação, principalmente de cargas de menor valor agregado, como madeira e minérios.

Em relação à movimentação de graneis líquidos, os dados publicados pela ANTAQ² apontam o Porto de Itaqui como o 5º maior porto na movimentação de combustíveis e derivados³ do país, depois dos portos de Aratu, Santos, Suape e São Sebastião. Em 2022, os dados da Antaq apontaram queda de 12,5% na movimentação de graneis líquidos combustíveis no Porto de Itaqui em relação a 2021. A queda no volume do Porto de Itaqui pode ser explicada pelo crescimento de 44,6% na movimentação de Suape, devido à entrada de um novo operador portuário, e, principalmente, da paralisação dos terminais *brownfield* arrematados pela Santos Brasil que, após passarem por manutenção e finalizado o processo de licenciamento, iniciaram suas operações em dezembro/2022.

²Anuário ANTAQ para janeiro-dezembro de 2022.

³ Considera apenas combustíveis, derivados, etanol e biodiesel.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Por fim, a produção brasileira de veículos cresceu 5,4% em 2022, em relação a 2021, segundo dados da ANFAVEA⁴. A produção de veículos é um indicador importante para a movimentação de contêineres importados no Porto de Santos, em função do abastecimento de peças e componentes às montadoras instaladas no País. Quanto às exportações de veículos, houve crescimento de 27,8% em 2022, com destaque para os embarques para países da América do Sul, em especial Chile, Colômbia e Argentina, e para o México. Em 2022, a movimentação do Terminal de Veículos (TEV) registrou crescimento de 38,3% YoY, com aumentos de 37,9% YoY e 42,3% YoY nas exportações e importações, respectivamente. Como resultado do forte desempenho operacional do TEV, a ocupação da capacidade de movimentação do terminal (300.000 veículos por ano) subiu para 94% em 2022, de 67% em 2021.

Estratégia e modelo de negócio

A Santos Brasil é um operador de terminais portuários independente, que busca maximizar o retorno de seus ativos, promover a competitividade de seus clientes e conduzir os seus negócios com excelência na gestão administrativa, financeira e operacional. Os três pilares de negócio da Companhia, que consequentemente direcionam a sua estratégia de crescimento e alocação de capital, são (i) terminais de contêiner e carga geral, incluindo terminal de veículos; (ii) logística integrada ao porto, inclusive 3PL; e (iii) terminais de granéis líquidos. A execução da estratégia é pautada por seis habilitadores principais: (i) experiência do(a) funcionário(a); (ii) experiência do cliente; (iii) desenvolvimento sustentável através de práticas ESG⁵; (iv) tecnologia e inovação; (v) disciplina financeira; e (vi) expertise regulatória.

Os ativos portuários e logísticos da Santos Brasil possuem vantagens competitivas identificáveis, são estrategicamente localizados e, portanto, difíceis de serem replicados. Além disso, excelência operacional, gestão administrativa, comercial e regulatória ativa e disciplina financeira na alocação de recursos e no controle de custos e despesas são traços característicos do modelo de negócio da Santos Brasil. O Tecon Santos, por exemplo, reflete o comprometimento da Companhia em capturar oportunidades de alto retorno potencial, tendo sido investido aproximadamente R\$ 5,8 bilhões⁶ ao longo de 25 anos, que deve alcançar cerca de R\$ 7,0 bilhões até 2031, consolidando o ativo como o maior, mais eficiente e relevante terminal de contêiner da América do Sul.

A Companhia possui mercados de interesse com potencial de crescimento duradouro, sem grandes riscos de mudanças estruturais durante o ciclo de operação dos ativos e, preferencialmente, que se beneficiem de correlação positiva com indústrias de crescimento sustentado, i.e. o agronegócio brasileiro (granéis sólidos vegetais, minerais e líquidos) e a cadeia de consumo de bens duráveis, não duráveis e insumos para a produção, representados por cargas containerizadas.

Perspectivas e oportunidades

A evolução do setor portuário brasileiro ganhou impulso nos últimos anos em razão de um arcabouço regulatório mais moderno e flexível (i.e. Decreto 9.048/2017 e Portaria MINFRA 513/2019), que trouxe maior segurança jurídica aos participantes do mercado e fomentou investimentos. Some-se a isso uma ampla agenda de leilões de terminais portuários, tanto de projetos *greenfield*, quanto *brownfield*, resultando em 38 terminais portuários arrendados ou cedidos à iniciativa privada entre 2019 e 2022, além da primeira desestatização de uma autoridade portuária brasileira, a Companhia Docas do Espírito Santos (CODESA), cujo leilão ocorreu em março de 2022. O Ministério de Portos e Aeroportos (MPA) retomou, em fevereiro de 2023, licitações de arrendamentos portuários, com o leilão do terminal PAR50 no Porto de Paranaguá. Novas licitações deverão ser conduzidas ao longo do ano.

A Companhia entende que a maximização na geração de valor deve priorizar investimentos em expansão e modernização de seus ativos atuais, cujos retornos sobre o capital alocado, relativos ao risco incorrido, são, geralmente, superiores à estratégia de crescimento pela via inorgânica. Ainda assim, a Companhia continuará atenta às oportunidades de fusões e aquisições e, inclusive, licitações de novos arrendamentos portuários para expandir sua base de negócios, como em 2021, quando foram arrematadas, nos leilões promovidos pelo Ministério da Infraestrutura, três áreas no Porto do Itaquí para a armazenagem de granéis líquidos combustíveis, sendo dois terminais *brownfield* e um *greenfield*.

Em 2022, a Companhia investiu R\$ 406 milhões em seus ativos, dos quais R\$ 242 milhões destinados ao Tecon Santos, onde está em curso a fase do projeto de expansão e modernização do terminal que elevará a capacidade para cerca de 2,6 milhões de TEUs até 2026. Após a conclusão da primeira fase do projeto, voltada à estrutura de cais do terminal, adicionando 200 mil TEUs à capacidade anterior de 2,0 milhões de TEUs do terminal, iniciou-se, em 2022, a segunda fase, voltada à expansão da capacidade de armazenagem, através da aquisição de equipamentos, alteração no layout da retroárea, incluindo uma ampliação do acesso ferroviário, e investimentos em sistemas de tecnologia e automação. Em 2022, foram adquiridos dois guindastes de cais STS (*ship-to-shore*) e oito RTGs elétricos, que além de aumentarem a produtividade do terminal, aceleram o processo de descarbonização das operações da Companhia. Após a

⁴ Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores.

⁵ Sigla em inglês para *Environmental, Social and Corporate Governance* (Meio-Ambiente, Social e Governança Corporativa).

⁶ Corrigido por IGP-M.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

conclusão dos atuais investimentos, que elevarão a capacidade do Tecon Santos para 2,6 milhões de TEUs até 2026, uma nova etapa de investimentos, principalmente em automação de equipamentos e processos, poderia elevar a capacidade anual do terminal para além de 3,0 milhões de TEUs. Como resultado do amplo ciclo de investimentos em curso, o Tecon Santos continuará sendo o maior provedor de capacidade para a movimentação de contêineres no Porto de Santos, contribuindo para alavancar o comércio exterior brasileiro.

No Tecon Vila do Conde, iniciou-se um novo ciclo de investimentos, em que deverão ser investidos cerca de R\$ 120 milhões até 2025 para expandir a atual capacidade de 217 mil TEUs para cerca de 300 mil TEUs. O projeto engloba a compra de equipamentos e a expansão da área de armazenagem de contêineres convencionais e *reefers*, essenciais para que o terminal capture o potencial de exportação de *commodities* da região Norte e Nordeste do País, com destaque para cargas refrigeradas, i.e. carne bovina e frutas. Em 2022, foram investidos R\$ 39 milhões no Tecon Vila do Conde, com destaque para obras no sistema de drenagem do pátio, tendo em vista o alto nível pluviométrico da região, e investimentos na estrutura do novo Pátio D. Para 2023, espera-se maior disponibilidade de contêineres vazios para exportação por parte dos armadores, principalmente de cargas de menor valor agregado, após 2022 ter sido impactado pelos gargalos logísticos no portos do hemisfério norte, que prejudicou o fluxo de contêiner vazios nos mercados secundários.

Em relação ao Tecon Imbituba, em 2022 foi obtida autorização provisória da ANTAQ para a movimentação e armazenagem de carga geral no terminal, medida necessária para que seja atendida com maior eficiência e segurança a forte demanda por cargas não containerizadas na região Sul do país. Em adição à nova operação, a Santos Brasil pretende seguir com a prospecção de novos serviços para a movimentação de contêineres e manter o atual serviço de Cabotagem, fluxo com potencial de crescimento em razão da BR do Mar. Vale destacar que o Tecon Imbituba está apto a receber navios com 366 metros de comprimento, futuramente esperados para a costa brasileira, o que pode impulsionar as operações de Longo Curso no terminal. Já para o Terminal de Carga Geral (TCG) de Imbituba, os embarques de fertilizantes, produtos siderúrgicos e outras cargas gerais devem continuar impulsionando os resultados. Registre-se que, em 2022, o Tecon Santos recebeu e operou os dois primeiros navios da nova classe New Panamax, o que evidencia a atratividade da costa brasileira para navios desse porte.

O Terminal de Veículos (TEV) registrou forte crescimento em 2022 (+38,3% YoY), com desempenhos positivos nas exportações de veículos, com destaque para os mercados do Chile, Colômbia, Argentina e México, e nas importações. No ano, observou-se crescimento na movimentação de veículos leves e pesados, com destaque para o mix de veículos leves. Para 2023, espera-se desempenho moderado, potencialmente afetado pela crise econômica na Argentina, mercado relevante das exportações do Brasil, e pelo cenário doméstico nacional, com endividamento familiar, restrição de crédito e juros elevados impactando a demanda.

Em relação aos terminais de granéis líquidos, o início das operações das áreas *brownfield* (TGL 01 TGL 03) se deu no último trimestre de 2022, inicialmente com capacidade instalada de 50 mil m³. Em 2023, será iniciado o projeto de expansão das capacidades do TGL 01 e TGL 03 e início do projeto de construção do TGL 02. Quanto à estratégia comercial do negócio de granel líquido, há boas perspectivas em relação ao fechamento de novos contratos, com o objetivo de ocupar 100% da capacidade atual ao longo do ano. A conclusão da expansão das duas áreas *brownfield* e o início das operações do terminal *greenfield* estão previstos para 2026-27, quando se espera atingir 190 mil m³ de capacidade total.

Outrossim, em 2021, a Companhia assinou o arrendamento transitório de duas áreas localizadas na região do Saboó, que somam mais de 100 mil m². Os terminais são dedicados à movimentação de cargas de projeto e cargas gerais, como geradores de energia, pás eólicas, lingotes de alumínio e celulose, e os contratos de arrendamento poderão ser renovados pela autoridade portuária por prazo indeterminado, em caráter transitório.

Na Santos Brasil Logística, o crescimento da armazenagem alfandegada em 2022 foi resultado das importações e da maior captura de contêineres dos terminais concorrentes para armazenagem no CLIA Santos e CLIA Guarujá, o que reforça a diferenciação da Companhia pelo alto nível do serviço prestado e eficiência operacional. Ainda, os resultados foram impulsionados pelas renegociações contratuais conduzidas ao longo do ano, com impacto direto no crescimento do ticket médio e das margens operacionais.

Em uma visão consolidada, a Santos Brasil encerrou 2022 com uma posição de caixa e aplicações financeiras de R\$ 615 milhões e, descontada a dívida bruta total, um caixa líquido de R\$ 280 milhões. A baixa alavancagem, conjugada com a expectativa de forte geração de caixa nos próximos anos, permitirá que a Companhia continue investindo na expansão e modernização de seus ativos distribuindo proventos aos acionistas. Em 2022, a Santos Brasil distribuiu R\$ 535 milhões em dividendos e JCP, correspondendo a cerca de R\$0,62 por ação, o que implica um *payout* de 124% e um *dividend yield* de 8%, com base no preço da ação em 31/12/2022.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Mudança de política contábil voluntária – CPC 06

De forma voluntária, a Companhia optou por adotar o pronunciamento técnico CPC 06 (R2), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, para todos os seus terminais arrendados, inclusive aqueles que são objeto de contratos de arrendamento anteriores a 1º de janeiro de 2019. A Companhia adota a presente medida em prol da harmonização e padronização de práticas contábeis relativas aos seus terminais arrendados – considerando-se que os terminais de granéis líquidos no Porto de Itaqui-MA já são contabilizados sob a égide do CPC 06 (R2), desde o princípio -, o que, no seu entendimento, trará o benefício de uma compreensão uníssona ao leitor sobre a contabilização de todos os arrendamentos contratados pela Companhia.

Em razão desta mudança de suas políticas contábeis, e visando atender o pronunciamento técnico CPC 23 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, as Demonstrações Financeiras de 2021 foram rerepresentadas para se ter uma adequada comparação com 2022. A Companhia ainda rerepresentará as demonstrações financeiras dos três primeiros trimestres de 2022 (9M22) ao longo das divulgações de resultados trimestrais de 2023.

Os impactos desta mudança voluntária de prática contábil, no balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2021 geraram um ajuste não material de R\$15,3 milhões nos saldos de abertura que impactam as demonstrações individuais e consolidadas do resultado de 2021, porquanto tratam-se de reclassificações majoritariamente entre ativos e passivos, de ordem qualitativa.

Por sua vez, os efeitos contábeis da unificação de suas políticas contábeis somam R\$ 16,6 milhões no resultado do exercício social de 2022.

Demonstração de Resultados e Balanço Patrimonial

O ativo referente aos contratos dos arrendamentos portuários, anteriormente reconhecido no Balanço Patrimonial como “Ativo Intangível”, foi reclassificado como “Ativo Imobilizado”. O passivo de contrapartida aos contratos de arrendamento, que então era reconhecido na rubrica “Obrigações com Poder Concedente”, foi reclassificado como “Arrendamento Mercantil”.

Diante da adesão integral ao referido pronunciamento, contemplando-se todos os seus arrendamentos a Companhia revisou a taxa incremental de juros utilizada para o cálculo a valor presente do saldo a pagar de cada contrato de arrendamento portuário, além da inclusão do PIS e COFINS nas parcelas fixas e variáveis mínimas fixadas nos contratos. Portanto, foram realizadas novas mensurações do Ativo Imobilizado e da conta de passivo Arrendamento Mercantil nas demonstrações financeiras de 2021 e 2022.

Isso posto, a Companhia rerepresentou suas Demonstrações Financeiras de 2021, com as variações nas contas detalhadas nas tabelas abaixo. Este *release* de resultados considera, portanto, como base de comparação, os números rerepresentados do 4T21 e do exercício fiscal de 2021. Os números do 4T22 e do exercício fiscal de 2022 também seguem a nova metodologia contábil.

Na Demonstração de Resultados, as contas alteradas foram: (i) Custo Operacional: alteração do cálculo de crédito de PIS e COFINS, devido à inclusão desses impostos nas parcelas dos contratos de arrendamento, e menores custos com depreciação e amortização, decorrente da redução do saldo do ativo imobilizado por conta da nova metodologia contábil; e (ii) maiores despesas com juros de arrendamento mercantil no resultado financeiro, consequência da revisão da taxa incremental de juros dos contratos dos arrendamentos portuários.

As tabelas a seguir detalham os ajustes realizados nas contas de Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultados.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Balanco Patrimonial – Consolidado (R\$ mil)**

ATIVO	31/12/2021	Ajustes CPC 06	31/12/2021 Reapresentado	Descrição dos ajustes
Ativo total	4.752.317	-481.252	4.271.065	
Ativo circulante	1.334.219	0	1.334.219	
Caixa e equivalentes de caixa	823.340	0	823.340	
Aplicações financeiras	241.296	0	241.296	
Contas a receber	209.989	0	209.989	
Estoques	24.391	0	24.391	
Outros	35.203	0	35.203	
Ativo não circulante	3.418.098	-481.252	2.936.846	
Depósitos judiciais	318.521	0	318.521	
Outros	103.824	-15.988	87.836	
Imobilizado	264.292	2.118.564	2.382.856	Reclassificação da conta 'Intangível' e alteração no cálculo do valor presente dos contratos de arrendamento portuário;
Intangível	2.731.461	-2.583.828	147.633	Reclassificação da conta 'Intangível' e alteração no cálculo do valor presente dos contratos de arrendamento portuário;

PASSIVO	31/12/2021	Ajustes CPC 06	31/12/2021 Reapresentado	Descrição dos ajustes
Passivo total	4.752.317	-481.252	4.271.065	
Passivo circulante	562.810	53.848	616.658	
Obrigações sociais e trabalhistas	67.757	0	67.757	
Fornecedores	100.125	0	100.125	
Obrigações fiscais	36.781	0	36.781	
Empréstimos e financiamentos	70.579	0	70.579	
Arrendamento Mercantil	0	224.253	224.253	Reclassificação da conta 'Obrigações com o Poder Concedente' e alteração no cálculo do valor presente dos contratos de arrendamento portuário;
Obrigações com o Poder Concedente	165.110	-159.134	5.976	Reclassificação da conta 'Obrigações com o Poder Concedente' e alteração no cálculo do valor presente dos contratos de arrendamento portuário;
Outros	122.458	-11.271	111.187	Reclassificação da conta 'Obrigações com o Poder Concedente' e alteração no cálculo do valor presente dos contratos de arrendamento portuário;
Passivo não circulante	2.002.279	-566.135	1.436.144	
Empréstimos e financiamentos	322.656	0	322.656	
Tributos diferidos	10.957	0	10.957	
Provisões	43.223	0	43.223	
Passivos atuariais	31.416	0	31.416	
Arrendamento Mercantil	0	942.337	942.337	Reclassificação da conta 'Obrigações com o Poder Concedente' e alteração no cálculo do valor presente dos contratos de arrendamento portuário;
Obrigações com o Poder Concedente	1.450.656	-1.450.656	0	Reclassificação da conta 'Obrigações com o Poder Concedente' e alteração no cálculo do valor presente dos contratos de arrendamento portuário;
Outros	143.371	-57.816	85.555	Reclassificação da conta 'Obrigações com o Poder Concedente' e alteração no cálculo do valor presente dos contratos de arrendamento portuário;
Patrimônio líquido	2.187.228	31.035	2.218.263	
Capital social realizado	1.873.906	0	1.873.906	
Reservas de capital	62.655	0	62.655	
Reservas de lucros	207.683	31.035	238.718	Efeito no resultado de anos anteriores a 2021 decorrente da alteração na política contábil;
Outros resultados abrangentes	9.026	0	9.026	
Dividendos adicionais propostos	33.958	0	33.958	
Lucro/Prejuízos acumulados	0	0	0	

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Demonstração de Resultados – Consolidado 2021 (R\$ mil)**

	31/12/2021	Ajustes CPC 06	31/12/2021 Reapresentado	Descrição dos ajustes
Receita Operacional Bruta	1.768.418	0	1.768.418	
(-) Deduções da receita	-234.189	0	-234.189	
Receita Operacional Líquida	1.534.229	0	1.534.229	
(-) Custos Operacionais	921.869	-24.752	897.117	
<i>Custos variáveis e fixos</i>	738.914	-4.940	733.974	- Mudança de critério de cálculo de crédito de PIS e COFINS devido à inclusão dos impostos nas parcelas fixas e variáveis dos contratos de arrendamento portuário;
<i>Depreciação e amortização</i>	182.955	-19.812	163.143	- Custo menor devido à maior taxa incremental de juros para cálculo do valor presente do ativo imobilizado. O ativo imobilizado menor implica em depreciação menor;
Lucro bruto	612.360	24.752	637.112	
(-) Despesas Operacionais	235.607	0	235.607	
<i>Despesas com Vendas</i>	140.962	0	140.962	
<i>Desp. Gerais, Adm., Outras</i>	90.372	0	90.372	
<i>Depreciação/amortização</i>	4.272	0	4.272	
EBIT	376.753	24.751	401.504	
<i>Depreciação/amortização</i>	187.227	-19.812	167.415	- Custo menor devido à maior taxa incremental de juros para cálculo do valor presente do ativo imobilizado. O ativo imobilizado menor implica em depreciação menor;
EBITDA	563.980	4.939	568.919	
(+) Resultado financeiro	-17.069	-47.973	-65.042	- Despesa financeira maior devido à maior taxa incremental de juros para os pagamentos com arrendamento mercantil;
(-) IRPJ / CSLL	-87.952	7.895	-80.057	- Despesa menor com IRPJ/CSLL devido ao menor lucro tributável;
LUCRO LÍQUIDO	271.733	- 15.326	256.406	

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Demonstração de Resultados – Consolidado 9M22 (R\$ mil)⁷**

	9M22	Ajustes CPC 06	9M22 Reapresentado	Descrição dos ajustes
Receita Operacional Bruta	1.678.094	0	1.678.094	
(-) Deduções da receita	-215.128	0	-215.128	
Receita Operacional Líquida	1.462.966	0	1.462.966	
(-) Custos Operacionais	803.018	-23.665	779.353	
<i>Custos variáveis e fixos</i>	636.972	-4.174	632.798	- Mudança de critério de cálculo de crédito de PIS e COFINS devido à inclusão dos impostos nas parcelas fixas e variáveis dos contratos de arrendamento portuário;
<i>Depreciação e amortização</i>	166.046	-19.491	146.555	- Custo menor devido à maior taxa incremental de juros para cálculo do valor presente do ativo imobilizado. O ativo imobilizado menor implica em depreciação menor;
Lucro bruto	659.947	23.665	683.613	
(-) Despesas Operacionais	224.420	0	224.420	
<i>Despesas com Vendas</i>	123.464	0	123.464	
<i>Desp. Gerais, Adm., Outras</i>	95.040	0	95.040	
<i>Depreciação/amortização</i>	5.916	0	5.916	
EBIT	435.527	23.665	459.192	
<i>Depreciação/amortização</i>	171.962	-19.491	152.471	- Custo menor devido à maior taxa incremental de juros para cálculo do valor presente do ativo imobilizado. O ativo imobilizado menor implica em depreciação menor;
EBITDA	607.489	4.174	611.663	
(+) Resultado financeiro	31.917	-42.580	-10.663	- Despesa financeira maior devido à maior taxa incremental de juros para os pagamentos com arrendamento mercantil;
(-) IRPJ / CSLL	-161.030	6.431	-154.599	- Despesa menor com IRPJ/CSLL devido ao menor lucro tributável;
LUCRO LÍQUIDO	306.414	- 12.483	293.931	

⁷ Não revisado pela Auditoria Externa

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Desempenho operacional e econômico-financeiro

Consolidado

R\$ milhões	2022	2021	Δ (%)
Receita Bruta	2.217,9	1.768,4	25,4%
Terminais Portuários	1.588,2	1.333,2	19,1%
Santos Brasil Logística	502,6	357,0	40,8%
Terminal de Veículos	138,8	88,9	56,1%
Corporativo	0,0	0,0	0,0%
Eliminações	-11,7	-10,7	9,3%
Receita Líquida	1.931,9	1.534,3	25,9%
Terminais Portuários	1.401,5	1.169,5	19,8%
Santos Brasil Logística	423,3	299,1	41,5%
Terminal de Veículos	117,8	75,4	56,2%
Corporativo	0,0	0,0	0,0%
Eliminações	-10,7	-9,7	10,3%
Custos Operacionais	-1.055,0	-897,1	17,6%
Terminais Portuários	-790,0	-671,6	17,6%
Santos Brasil Logística	-226,5	-196,0	15,6%
Terminal de Veículos	-49,2	-39,2	25,5%
Corporativo	0,0	0,0	0,0%
Eliminações	10,7	9,7	10,3%
Despesas Operacionais	-273,9	-235,7	16,2%
Terminais Portuários	-103,3	-103,5	-0,2%
Santos Brasil Logística	-116,4	-82,7	40,7%
Terminal de Veículos	-6,0	-4,7	27,7%
Corporativo	-48,2	-44,8	7,6%
EBITDA	809,9	568,9	42,4%
Terminais Portuários	676,8	525,2	28,9%
Santos Brasil Logística	97,8	37,0	164,3%
Terminal de Veículos	79,5	47,6	67,0%
Corporativo	-44,1	-40,9	7,8%
Margem EBITDA	41,9%	37,1%	4,8 p.p.
<i>Itens não recorrentes</i>	-30,6	14,5	-311,0%
EBITDA recorrente	779,3	583,4	33,6%
Margem EBITDA recorrente	40,3%	38,0%	2,3 p.p.

Em 2022, a Receita Líquida da Companhia somou R\$ 1,93 bilhão (+25,9% YoY), com crescimento em todas as linhas de negócio, sendo os principais destaques: (i) reajustes contratuais com clientes, (ii) crescimento do *dwell time* da armazenagem de importação, que impulsionou a receita do Tecon Santos e da Santos Brasil Logística, (iii) maior volume movimentado e melhor mix de cargas na Santos Brasil Logística, e (iv) maior volume movimentado e melhor mix de veículos pesados no TEV.

Os Custos Operacionais somaram R\$ 1,05 bilhão em 2022 (+17,6% YoY), com aumento de 17,6% YoY nos custos dos Terminais Portuários devido (i) a maiores gastos com movimentação, reflexo da pressão inflacionária sobre insumos e da revisão tarifária da SPA, (ii) ao aumento nos custos com pessoal, decorrente de reajustes na folha de pagamentos em linha com a inflação e do maior quadro de funcionários(as), (iii) ao incremento nos processos preventivos de manutenção e (iv) a demais gastos com tecnologia, locação de equipamentos, serviços terceirizados e processos judiciais. Na Santos Brasil Logística, os custos cresceram 15,6% YoY, devido (i) a maiores gastos com movimentação, em linha com o crescimento dos volumes, (ii) à maior necessidade de serviços terceirizados, em

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

especial para transporte rodoviário e manutenção de equipamentos, e (iii) a demais gastos administrativos. Por fim, a alta de 25,5 YoY nos custos do TEV refletiu o crescimento da movimentação de veículos em 2022.

As Despesas Operacionais totalizaram R\$ 273,9 milhões em 2022 (+16,2% YoY). No ano, houve impactos não recorrentes no montante líquido de R\$ 30,6 milhões: (i) R\$ 0,4 milhão negativo em despesas extraordinárias em Terminais Portuários no 1T22, (ii) R\$ 0,1 milhão positivo com a recuperação de INSS sobre a folha de pagamento em Terminais Portuários no 2T22, (iii) R\$ 0,2 milhão negativo relacionado à baixa contábil da venda de caminhões na Santos Brasil Logística no 3T22, (iv) R\$ 35,6 milhões positivos relacionados à venda de um terreno da Companhia em Imbituba (SC), (v) R\$ 4,5 milhões negativos decorrentes da contratação de assessoria especializada para a venda do ativo, ambos nas despesas corporativas do 4T22, e (vi) R\$ 0,1 milhão negativo associado à baixa contábil na venda de caminhões da Santos Brasil Logística.

O EBITDA da Companhia somou R\$ 809,9 milhões em 2022, com margem EBITDA de 41,9% (+4,8 p.p. YoY). Em base recorrente, o EBITDA foi de R\$ 779,3 milhões, com margem de 40,3% (+2,3 p.p. YoY).

Resultado Líquido

R\$ milhões	2022	2021	Δ (%)
EBITDA	809,9	568,9	42,4%
Depreciação e Amortização	207,1	167,4	23,7%
EBIT	602,8	401,5	50,1%
Resultado Financeiro	-22,3	-65,0	-65,7%
Receitas Financeiras	127,9	59,3	115,7%
Despesas Financeiras	-144,3	-118,3	22,0%
Juros de dívida/debêntures	-8,1	-8,4	-3,6%
Arrendamento mercantil e aluguel	-122,9	-104,2	17,9%
Outras despesas financeiras	-13,4	-5,8	131,0%
Variações monetárias e cambiais	-5,9	-6,0	-1,7%
IRPJ / CSLL	-151,0	-80,1	88,5%
Lucro (Prejuízo) Líquido	429,5	256,4	67,5%

Em 2022, a Santos Brasil apurou Lucro Líquido de R\$ 429,5 milhões, crescimento de 67,5% em relação ao lucro apurado em 2021.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, incidirão sobre o Lucro Líquido as deduções ou acréscimos, de forma decrescente e na seguinte ordem:

1. 5% (cinco por cento) para a formação da Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do Capital Social. A constituição da Reserva Legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo da mesma, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% (trinta por cento) do Capital Social;
2. Montante destinado à formação de Reservas para Contingências e reversão das formadas em exercícios anteriores;
3. Lucros a Realizar e Reversão dos Lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício;
4. 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento do dividendo mínimo obrigatório; e
5. A parcela remanescente do lucro líquido ajustado após o pagamento do dividendo mínimo obrigatório será destinada à Reserva para Investimento e Expansão, que tem por finalidade: (i) assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente, sem prejuízo de retenção de lucros nos termos do Art. 196 da Lei nº 6.404/76, (ii) reforço de capital de giro, e podendo ainda (iii) ser utilizada em operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações do capital da Companhia, podendo a Assembleia Geral deliberar sua dispensa na hipótese de pagamento de dividendos adicionais ao dividendo mínimo obrigatório.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Dívida Bancária e Disponibilidades

R\$ milhões	Moeda	31/12/2022	31/12/2021	Δ (%)
Curto Prazo	Nacional	50,4	65,6	-23,2%
	Estrangeira	4,4	5,0	-12,0%
Longo Prazo	Nacional	279,8	315,4	-11,3%
	Estrangeira	2,1	7,2	-70,8%
Endividamento Total⁸		336,7	393,2	-14,4%
Caixa e aplicações financeiras		614,6	1.064,6	-42,3%
Dívida (caixa) Bancária Líquida		-277,9	-671,4	-58,6%

A Companhia encerrou 2022 com caixa e aplicações financeiras no montante de R\$ 614,6 milhões e, após desconto da dívida bancária bruta, caixa líquido de R\$ 277,9 milhões.

Investimentos

R\$ milhões	2022	2021	Δ (%)
TERMINAIS PORTUÁRIOS	383,7	228,7	67,8%
Tecon Santos	242,1	169,2	43,1%
Tecon Imbituba	2,3	1,5	53,3%
Tecon Vila do Conde	38,6	14,9	159,1%
Terminal do Saboó	0,0	0,1	-100,0%
Terminais de Líquidos	100,7	43,0	134,2%
LOGÍSTICA	16,0	10,5	52,4%
TERMINAL DE VEÍCULOS	0,4	0,6	-33,3%
CORPORATIVO	6,3	0,0	0,0%
INVESTIMENTO BRUTO	406,4	239,8	69,5%
Baixas de ativo Imobilizado/Intangível	-28,9	-30,9	-6,5%
INVESTIMENTO LÍQUIDO	377,5	208,9	80,7%

Em 2022, a Santos Brasil seguiu com o robusto plano de investimentos na expansão e modernização de seus ativos e aplicou R\$ 406,4 milhões nas unidades de negócio, sendo 94,4% do total alocado nos Terminais Portuários. No Tecon Santos, foram investidos R\$ 242,1 milhões, com destaque para (i) investimentos remanescentes no novo berço, com a instalação de cabeços, defensas e outros acessórios, além da dragagem, (ii) compra de dois novos guindastes de cais STS (*ship-to-shore*) e oito RTGs elétricos, que deverão ser entregues até o final de 2023, (iii) início das obras de drenagem e (iv) investimentos em tecnologia, com a troca e instalação de novos sistemas, em preparação para o projeto de automação do terminal.

No Tecon Vila do Conde, foram investidos R\$ 38,6 milhões, essencialmente em obras de melhoria da infraestrutura do terminal. Em 2022, destacam-se (i) obras de drenagem, necessárias para adequar o terminal aos altos níveis pluviométricos da região Norte, (ii) obras civis do Pátio D, área dedicada ao armazenamento de contêineres vazios, e (iii) projetos de tecnologia, com a implantação de novos sistemas.

Os Terminais de Líquidos em Itaqui, por sua vez, receberam R\$ 100,7 milhões de investimentos, com destaque para os projetos de expansão das áreas *brownfield* (TGL 01 e TGL 03), cuja operação teve início em novembro de 2022 com o recebimento do primeiro navio de diesel e gasolina por cabotagem no TGL 03.

Por fim, foram investidos R\$ 16,0 milhões na Santos Brasil Logística, com destaque para a verticalização de um dos armazéns alfandegados do CLIA Santos, que incrementará a capacidade de armazenagem em 24%, e expansão do número de posições porta-pallets no Centro de Distribuição Imigrantes, além de outras melhorias na infraestrutura das unidades e projetos de tecnologia.

⁸ Não considera os passivos com arrendamento mercantil e obrigações com poder concedente

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Terminais Portuários

	2022	2021	Δ (%)
Contêineres (unidades)			
Cais	1.298.597	1.301.435	-0,2%
Contêineres cheios	932.458	1.007.391	-7,4%
Contêineres vazios	366.139	294.044	24,5%
Armazenagem	142.211	161.639	-12,0%
Carga geral (toneladas)			
Cais	123.745	370.201	-66,6%

	2022	2021	Δ (%)
Tecon Santos	1.145.030	1.149.987	-0,4%
Contêineres cheios	846.652	921.576	-8,1%
Contêineres vazios	298.378	228.411	30,6%
Carga Geral (toneladas)	-	-	-
Tecon Imbituba	53.033	43.581	21,7%
Contêineres cheios	29.924	27.363	9,4%
Contêineres vazios	23.109	16.218	42,5%
Carga Geral (toneladas)	121.660	370.147	-67,1%
Tecon Vila do Conde	100.534	107.867	-6,8%
Contêineres cheios	55.882	58.452	-4,4%
Contêineres vazios	44.652	49.415	-9,6%
Carga Geral (toneladas)	2.085	54	3.761,1%

Em 2022, a Santos Brasil movimentou em seus Terminais Portuários 1.298.597 contêineres, volume praticamente estável em relação a 2021 (-0,2% YoY), apesar da queda observada nos volumes do 4T22 (-7,9% YoY), trimestre que foi impactado (i) pela normalização da sazonalidade das importações, após dois anos de deslocamento da *peak season* para o quarto trimestre do ano, (ii) pela mudança no padrão de consumo da população, com a retomada dos serviços e arrefecimento do consumo de bens duráveis, (iii) pela estiagem na foz do Rio Amazonas, que reduziu o número de escalas dos serviços de cabotagem em alguns portos e, (iv) pelo atraso de três escalas no Tecon Santos, sendo duas de Longo Curso e uma de Cabotagem. Vale destacar que o ano de 2021 é uma forte base de comparação de volumetria, quando se registrou a retomada da atividade industrial, após o período mais agudo da pandemia de Covid-19, além do consumo de bens duráveis ainda aquecido e do processo de restocagem da indústria e do varejo. Em relação ao mix cheio/vazio, foram movimentados 932.458 contêineres cheios em 2022, o que representa 71,8% da movimentação total, comparado a 77,4% em 2021, mudança atribuída ao maior reposicionamento de contêineres vazios e queda na importação de contêineres cheios.

O **Tecon Santos** operou 1.145.030 contêineres em 2022 (-0,4% YoY), com destaque para a queda de 12,9% YoY nas importações, reflexo (i) da forte base de comparação de 2021, quando se registrou recordes de movimentação em razão da retomada da atividade industrial após a fase mais crítica da pandemia de Covid-19, (ii) do pior desempenho do 4T22, com os volumes importados prejudicados pela normalização da sazonalidade e pela redução do consumo de bens duráveis, com destaque para o menor volume de importações da Ásia. As exportações do Tecon Santos, por sua vez, apresentaram crescimento de 8,1% em 2022, onde ressalta-se a resiliência desse mix em razão da natureza da carga embarcada para os cinco continentes, representada, principalmente, por commodities alimentícias e outros produtos essenciais para consumo. O volume de Cabotagem do terminal, por fim, registrou alta de 9,3% YoY, confirmando a força do modal de transporte por navegação costeira no País. Em relação ao mix, o terminal operou 846.652 contêineres cheios (-8,1% YoY), que representaram 73,9% da movimentação total (vs. 80,1% em 2021), dos quais 281.337 foram contêineres cheios de importação (-12,9% YoY) e 214.207 de exportação (+0,6% YoY). Como resultado, o Tecon Santos encerrou 2022 com *market share* de 39,3%, praticamente estável em relação aos 39,7% em 2021.

O **Tecon Imbituba** movimentou 53.033 contêineres em 2022 (+21,7% YoY), fruto do bom desempenho da Cabotagem, que representou 99,1% dos volumes no ano. Vale notar que houve crescimento de 9,4% YoY no volume de contêineres cheios, com destaque para a movimentação de arroz, polímeros e caulim, e de 42,5% YoY na movimentação de contêineres vazios, reflexo do reposicionamento por parte dos armadores, em linha com a progressiva normalização das cadeias logísticas globais. O **TCG Imbituba** (terminal de carga

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

geral) registrou queda de 67,1% YoY no volume operado de carga, resultado dos menores embarques de celulose para exportação. Nota-se que, em 2022, o **Tecon Imbituba** recebeu a autorização da ANTAQ para movimentar e armazenar cargas gerais no terminal, medida que contribui para atender com mais eficiência e segurança a pujante demanda de cargas gerais na região Sul do país.

Por fim, o **Tecon Vila do Conde** registrou 100.534 contêineres movimentados em 2022, queda de 6,8% em relação a 2021, reflexo do menor volume das operações de Longo Curso (-17,1% YoY), resultado da menor disponibilidade de contêineres vazios para exportação, principalmente de cargas com menor valor agregado, e.g. madeira e minérios. Por outro lado, a Cabotagem registrou crescimento de 12,2% em 2022, vs. 2021.

R\$ milhões	2022	2021	Δ (%)
Receita Bruta	1.588,2	1.333,2	19,1%
Operações de cais	908,4	760,3	19,5%
Operações de armazenagem	679,7	572,9	18,6%
Receita Líquida	1.401,5	1.169,5	19,8%
Operações de cais	824,6	685,6	20,3%
Operações de armazenagem	576,9	483,8	19,2%
Custos Operacionais	-790,1	-671,6	17,6%
Custos com movimentação	-133,0	-124,3	7,0%
<i>Combustíveis, lubrificantes e energia</i>	-65,8	-49,9	31,9%
<i>Mão de obra avulsa</i>	-22,8	-46,0	-50,4%
<i>Outros custos com movimentação</i>	-44,4	-28,3	56,9%
Custos com pessoal	-326,0	-289,7	12,5%
Manutenção	-61,1	-52,9	15,5%
Depreciação e amortização	-168,5	-130,5	29,1%
Outros custos	-101,5	-74,3	36,6%
Despesas Operacionais	-103,3	-103,5	-0,2%
Vendas	-52,8	-62,5	-15,5%
Gerais e administrativas	-50,3	-40,7	23,6%
Depreciação e amortização	-0,2	-0,3	-33,3%
EBITDA	676,8	525,2	28,9%
<i>Margem EBITDA</i>	<i>48,3%</i>	<i>44,9%</i>	<i>3,4 p.p.</i>

Em 2022, a Receita Líquida dos Terminais Portuários somou R\$ 1.401,5 milhões (+19,8% YoY), impulsionada, principalmente, por renegociações contratuais conduzidas nas operações de cais e armazenagem e pelo crescimento do *dwell time* médio na armazenagem de contêineres importados no Tecon Santos, que foi de 12,4 dias em 2022, vs. 10,5 dias em 2021. Portanto, o aumento do ticket médio foi a alavanca de crescimentos de receita no ano, se sobrepondo à estabilidade nos volumes de movimentação de cais e à queda observada no número de contêineres armazenados. Vale destacar que os dois terminais *brownfield* de granéis líquidos, cujas operações iniciaram no 4T22, apresentaram receita líquida de R\$ 668 mil com a armazenagem de combustíveis.

No ano, os Custos Operacionais dos Terminais Portuários totalizaram R\$ 790,0 milhões (+17,6% YoY), sendo registrado crescimento de 7,0% YoY nos custos com movimentação, reflexo (i) da alta de 31,9% YoY nos gastos com combustíveis, lubrificantes e energia elétrica, reflexo da maior inflação do período e (ii) do crescimento de 56,9% YoY na linha de outros custos com movimentação, explicado pela revisão tarifária da SPA (Santos Port Authority), implementada em abril de 2022, que também alterou o critério de cobrança dos arrendatários do Porto de Santos, sendo a taxa de infraestrutura, anteriormente fixa, agora cobrada sobre o volume movimentado. Os fatores mencionados foram mitigados pela redução de 50,4% YoY nos custos com mão de obra avulsa, sendo a base de comparação do ano de 2021 impactada de forma pontual pelo montante de R\$ 18,6 milhões referentes ao pagamento de despesas retroativas com o OGMO Santos, que estavam sob discussão judicial. Os custos com pessoal tiveram incremento de 12,5% YoY, que, além do impacto da inflação sobre a folha de pagamentos e benefícios, refletiu também o aumento no quadro de funcionários(as), com destaque para a contratação do time da nova unidade de granéis líquidos e maiores gastos com processos trabalhistas. O crescimento de 15,5% YoY na linha de manutenção decorreu de maiores gastos com avaliações preventivas de equipamentos e instalações, necessários para manter a alta produtividade nas operações portuárias, além do efeito inflacionário sobre peças, componentes e materiais em geral.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Por fim, registrou-se alta de 29,1% YoY nos gastos com depreciação e amortização, fruto da maior amortização do direito de exploração dos contratos de arrendamento, e de 36,6% YoY na linha de outros custos, com destaque (i) para projetos de tecnologia, incluindo a implantação de novos sistemas operacionais e aumento da segurança de dados, (ii) processos judiciais, (iii) locação de equipamentos e (iv) serviços terceirizados.

Sobre as Despesas Operacionais dos Terminais Portuários, que totalizaram R\$ 103,3 milhões, houve estabilidade na comparação anual (-0,2% YoY), com as seguintes movimentações: (i) queda de 15,5% YoY nas despesas com vendas, essencialmente em razão da queda expressiva na provisão para devedores duvidosos em razão da suspensão do faturamento do Serviço de Segregação e Entrega (SSE) e (ii) alta de 23,6% YoY nas despesas gerais e administrativas, com destaque para maiores gastos com pessoal, resultado da contratação de executivos(as) para áreas de apoio corporativas e administrativas, além da formação da equipe da nova unidade de granéis líquidos.

Em 2022, o EBITDA dos Terminais Portuários somou R\$ 676,8 milhões (+28,9% YoY), com margem EBITDA de 48,3% (+3,4 p.p. YoY), essencialmente em razão da bem-sucedida estratégia comercial e de *Pricing*, que gerou reajustes contratuais com clientes das operações de cais e armazenagem. No ano, os terminais de granéis líquidos do Itaqui contribuíram com EBITDA negativo de R\$ 10,1 milhões, ressaltando que as áreas TGL 01 e TGL 03 entraram em operação somente em dezembro de 2022.

Logística

	2022	2021	Δ (%)
Armazenagem Alfandegada (CLIAs)			
Contêineres armazenados	73.494	70.067	4,9%
Centros de Distribuição			
Pallets movimentados	1.120.189	866.438	29,3%

Em 2022, a Santos Brasil Logística registrou 73.494 contêineres armazenados (+4,9% YoY), sendo o bom desempenho essencialmente em razão da maior captura de contêineres de importação de terminais no Porto de Santos para armazenagem nos CLIAs Santos e Guarujá, mesmo com as importações do Porto de Santos terem crescido somente 0,08% em 2022, segundo dados da SPA.

Os Centros de Distribuição da Santos Brasil Logística registraram crescimento de 29,3% YoY no número de *pallets* movimentados, fruto da excelência na prestação de serviços integrados à cadeia de suprimentos dos clientes, que culminou na ampliação de contratos com clientes ativos. Vale ressaltar que houve expansão da capacidade dos Centros de Distribuição (São Bernardo do Campo e Imigrantes), que contribuiu para a manutenção do elevado nível de serviço e ampliação dos contratos com clientes.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

R\$ milhões	2022	2021	Δ (%)
Receita Bruta	502,6	357,0	40,8%
Armazenagem alfandegada	391,4	261,2	49,8%
Centros de Distribuição	51,1	42,7	19,7%
Outros	60,1	53,2	13,0%
Receita Líquida	423,3	299,1	41,5%
Armazenagem alfandegada	332,2	221,5	50,0%
Centros de Distribuição	44,8	37,5	19,5%
Outros	46,3	40,1	15,5%
Custos Operacionais	-226,5	-196,0	15,6%
Custos com movimentação	-83,1	-75,7	9,8%
<i>Combustíveis, lubrificantes e energia</i>	-15,9	-10,1	57,4%
<i>Fretes</i>	-45,5	-40,7	11,8%
<i>Outros custos com movimentação</i>	-21,7	-25,0	-13,2%
Custos com pessoal	-54,4	-57,1	-4,7%
Serviços Terceirizados	-32,9	-20,2	62,9%
Depreciação e amortização	-17,3	-16,4	5,5%
Outros custos	-38,9	-26,6	46,2%
Despesas Operacionais	-116,4	-82,7	40,7%
Vendas	-103,9	-75,1	38,3%
Gerais e administrativas	-12,4	-7,5	65,3%
Depreciação e amortização	-0,1	-0,1	0,0%
EBITDA	97,8	37,0	164,3%
<i>Margem EBITDA</i>	<i>23,1%</i>	<i>12,4%</i>	<i>10,7 p.p.</i>

A Receita Líquida da Santos Brasil Logística totalizou R\$ 423,3 milhões em 2022 (+41,5% YoY), resultado (i) da maior movimentação de carga no ano, com crescimento nos volumes de armazenagem alfandegada e nos Centros de Distribuição, (ii) do ticket médio superior, reflexo da ampla renegociação de contratos, (iii) da maior participação de cargas fracionadas (LCL⁹) no total movimentado, e (iv) do maior *dwel time* na comparação anual.

Em 2022, os Custos Operacionais da Logística somaram R\$ 226,5 milhões (+15,6% YoY), com alta de 9,8% YoY nos custos com movimentação, com destaque para combustíveis, lubrificantes e energia elétrica (+57,4% YoY) e fretes (+11,8% YoY), necessários para atender os maiores volumes do ano, sendo a redução de 13,2% YoY na linha de outros custos beneficiada pela interrupção da cobrança do Serviço de Segregação e Entrega (SSE) pelos terminais portuários do Porto Santos, com efeito mais significativo no 4T22. Já o crescimento de 62,9% YoY nos serviços terceirizados reflete, principalmente, a maior necessidade de mão de obra para o serviço de transporte rodoviário, que cresceu em 2022, e manutenção de máquinas e equipamentos. Por sua vez, o aumento de 46,2% YoY na linha de outros custos se deve aos maiores gastos com tecnologia, serviços compartilhados, despesas gerais, manutenções e incentivos sociais e culturais. Por fim, registrou-se alta de 5,5% YoY nos custos com depreciação e amortização. Vale notar que a Santos Brasil Logística apresentou queda de 4,7% YoY nos custos com pessoal, essencialmente em decorrência de menores gastos com indenizações trabalhistas.

Em relação às Despesas Operacionais, a Santos Brasil Logística totalizou R\$ 116,4 milhões (+40,7% YoY), resultado (i) do crescimento de 38,3% YoY nas despesas com vendas, fruto das maiores comissões comerciais devido ao maior volume operado, e (ii) das despesas gerais e administrativas 65,3% YoY superiores, essencialmente em razão dos maiores gastos com serviços compartilhados.

Em razão dos fatores acima mencionados, a Santos Brasil Logística somou R\$ 97,8 milhões de EBITDA em 2022 (+164,3% YoY), com margem EBITDA de 23,1% (+10,7 p.p.), um recorde histórico.

⁹ Less than Container Load.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Terminal de Veículos

	2022	2021	Δ (%)
Veículos (unidades)	281.014	201.457	39,5%
Exportação	250.759	181.884	37,9%
Importação	30.255	19.573	54,6%
Leves	257.673	179.205	43,8%
Pesados	23.341	22.252	4,9%

Em 2022, o TEV movimentou 281.014 veículos (+39,5% YoY), com crescimentos (i) de 37,9% YoY na exportação, fruto de maiores embarques de veículos para o Chile, Colômbia e México, e (ii) de 54,6% YoY na importação, com destaque para maior descarga de veículos produzidos por montadoras localizadas na China e Uruguai. Em relação ao mix, os veículos leves foram responsáveis por 91,7% da movimentação do TEV em 2022 (vs. 89,0% em 2021), com a participação dos veículos pesados passando de 11,0% para 8,3%. Vale notar que, apesar da menor representatividade de veículos pesados, houve crescimento em termos absolutos, reflexo da forte demanda do agronegócio e do setor de construção civil.

R\$ milhões	2022	2021	Δ (%)
Receita Bruta	138,8	88,9	56,1%
Receita Líquida	117,8	75,4	56,2%
Custos Operacionais	-49,2	-39,2	25,5%
Custos com movimentação	-26,8	-18,6	44,1%
Depreciação e amortização	-17,0	-16,2	4,9%
Outros custos	-5,4	-4,4	22,7%
Despesas Operacionais	-6,0	-4,7	27,7%
Vendas	-4,7	-3,4	38,2%
Gerais e administrativas	-1,3	-1,3	0,0%
Depreciação e amortização	0,0	0,0	0,0%
EBITDA	79,5	47,6	67,0%
Margem EBITDA	67,5%	63,2%	4,3 p.p.

Em 2022, a Receita Líquida do TEV registrou alta de 56,2% YoY, reflexo da forte movimentação de veículos no período, com destaque para veículos pesados, cujo ticket médio de armazenagem é significativamente superior ao de veículos leves. Em relação aos Custos Operacionais, o TEV registrou aumento de 25,5% YoY, essencialmente em razão do maior volume movimentado no ano. As Despesas Operacionais cresceram 27,7% YoY, reflexo do maior pagamento de comissões comerciais, em linha com o crescimento do volume. Em 2022, o TEV alcançou R\$ 78,8 milhões de EBITDA (+67,0% YoY), com incremento de 4,3 p.p. na margem EBITDA, que foi de 67,5%.

Corporativo

R\$ milhões	2022	2021	Δ (%)
Despesas Corporativas	-48,2	-44,8	7,6%
Gerais e administrativas	-44,1	-40,9	7,8%
Depreciação e amortização	-4,1	-3,9	5,1%
EBITDA	-44,1	-40,9	-7,8%
Margem EBITDA	-	-	-

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

As despesas corporativas somaram R\$ 48,2 milhões em 2022 (+7,6% YoY). No 4T22, houve o impacto positivo não recorrente de R\$ 31,1 milhões com a venda de ativo imobilizado (i.e. terreno) da Companhia localizado em Imbituba (SC).

O crescimento das despesas corporativas teve como principais razões (i) o maior número de funcionários(as) nas áreas corporativas e administrativas, consequentemente com aumento na folha de pagamentos, benefícios e provisão de participação nos lucros e resultados; (ii) maiores gastos com tecnologia; e (iii) aumentos das despesas com assessorias legais, estratégicas e econômico-financeiras.

O EBITDA corporativo totalizou R\$ 44,1 milhões negativos.

Mercado de capitais

Governança Corporativa

A Companhia é comprometida com o constante aperfeiçoamento de suas práticas de Governança Corporativa e de seu relacionamento com acionistas, clientes, fornecedores, órgãos públicos, funcionários(as) e com os demais envolvidos em seus negócios. Após 10 anos listada no Nível 2 da B3¹⁰, a Companhia concluiu, em agosto de 2016, a migração para o Novo Mercado, segmento com os padrões mais elevados de Governança Corporativa da bolsa de valores brasileira, que resultou na extinção do acordo de acionistas que vigorava até o momento e na transformação de todas as ações preferenciais em ordinárias, que dão direito ao voto aos(as) acionistas. Assim, passou a vigorar a prática *one share, one vote* (“uma ação, um voto”).

Para garantir a transparência e segurança na divulgação de informações, a Companhia adota, de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários, um conjunto de critérios, para a divulgação e manutenção de sigilo sobre informações relevantes.

Em 2022, o Conselho de Administração, mais alto órgão da Administração da Companhia, passou a ser composto por 8 (oito) membros titulares e 8 (oito) membros suplentes, com mandato de dois anos e sendo permitida a reeleição. Vale destacar que nenhum membro do Conselho de Administração integra a Diretoria da Santos Brasil. Dentre as responsabilidades do Conselho de Administração, destaca-se a definição de objetivos empresariais, da política e da orientação geral dos negócios, a fiscalização da gestão da Diretoria Estatutária e a deliberação sobre quaisquer transações que envolvam empresas vinculadas aos(as) acionistas e às partes relacionadas.

A estrutura de Governança Corporativa também engloba a Diretoria Estatutária e o Conselho Fiscal, colegiado permanente, independente e autônomo, além de um Comitê de Auditoria, vinculado ao Conselho de Administração. Além disso, a Santos Brasil conta com Comitê de Compliance, Comitê de Sustentabilidade, Comitê de M&A e Comitê de Gente, com regimentos internos próprios.

A Diretoria Estatutária, responsável pela execução da estratégia fixada em conjunto com o Conselho de Administração, é atualmente composta pelo: (i) Diretor-Presidente, que acumula o cargo de Diretor de Operações, (ii) Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores e (iii) Diretor Comercial. Todos são nomeados pelo Conselho de Administração para um mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição. De acordo com o Estatuto Social da Companhia, é vedada a acumulação dos cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor-Presidente, logo os referidos cargos não podem ser exercidos pela mesma pessoa na Companhia.

O Conselho Fiscal, atualmente composto por 3 (três) membros titulares e 3 (três) membros suplentes, atua em caráter permanente e independente da Administração e dos auditores externos da Santos Brasil, sendo incumbido, dentre outras atribuições, de (i) fiscalizar os atos dos(as) Administradores(as) e o cumprimento de seus deveres legais e estatutários, (ii) verificar a qualidade e integridade dos relatórios e informações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia e (iii) examinar e opinar sobre as demonstrações contábeis do exercício social.

Vale mencionar que a Companhia, acionistas, Administradores(as) e o Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei nº 6.404/76, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes no Regulamento do Novo Mercado, no Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Novo Mercado e no Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

Em relação aos comitês, vale destacar o Comitê de *Compliance*, que possui caráter permanente e é composto pela alta administração da Companhia. Compete ao Comitê de *Compliance*: (i) fiscalizar o cumprimento das diretrizes do Código de Conduta, políticas, normas e regulamentos da Santos Brasil por funcionários(as), consultores(as), administradores(as), conselheiros(as) e parceiros(as) de

¹⁰ Brasil, Bolsa, Balcão.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

negócios, (ii) definir e gerir os indicadores de desempenho do Programa de *Compliance*, (iii) avaliar controles internos e riscos do negócio, adotando, sempre que necessário, medidas de aprimoramento do Programa de *Compliance*, das políticas, normas e regulamentos da Companhia, dentre outras ações necessárias, (iv) propor e acompanhar planos de treinamentos, liderados pelo time de *Compliance*, sobre os deveres impostos pela legislação vigente, (v) analisar e deliberar sobre as denúncias recebidas por meio do Portal Confidencial, bem como sobre alterações ou melhorias procedimentais relativas às reclamações e sugestões recebidas pelo Portal Confidencial, (vi) deliberar sobre potenciais questões envolvendo conflito de interesses, brindes, presentes, entretenimento e hospitalidade, interações com agentes públicos, bem como qualquer outro tema afim, (vi) informar o Conselho de Administração sobre as atividades do Comitê e do Programa de *Compliance*, sempre que necessário ou relevante para o cumprimento de sua finalidade, (vii) revisar e aprovar normativos, quando aplicáveis e (viii) analisar os casos omissos.

Já o Comitê de Sustentabilidade, que tem como principal atribuição garantir a aplicação da Política de Sustentabilidade constante o alinhamento da condução dos negócios com o desenvolvimento sustentável da Companhia, é composto pela Diretoria Estatutária da Santos Brasil, pela área de Sustentabilidade e por demais funcionários(as) de áreas operacionais e administrativas, resultando em uma equipe multidisciplinar e heterogênea.

Por fim, o Comitê de Auditoria é composto 3 (três) membros, sendo ao menos 1 (um) membro independente do Conselho de Administração, inclusive que preside o colegiado, e ao menos 1 (um) membro com reconhecida experiência em contabilidade societária, nos termos da regulação editada pela CVM. O órgão é responsável por (i) opinar na contratação e destituição dos serviços de auditoria externa, (ii) avaliar as informações e relatórios financeiros elaborados periodicamente, (iii) supervisionar as atividades da auditoria Interna, do Programa de *Compliance*, Gestão de Riscos Corporativos e Controles Internos da Companhia e (iv) avaliar, monitorar, e recomendar à Administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a Política de Transações entre Partes Relacionadas. Conforme citado anteriormente, o Comitê de Auditoria se reporta diretamente ao Conselho de Administração.

Melhores Práticas

Além de tornar-se signatária do Pacto Global da ONU em 2013, a Santos Brasil é comprometida com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela ONU, que são 17 metas globais para erradicar a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que todos(as) possam desfrutar de paz e prosperidade até 2030. Dessa forma, a Companhia fundamenta a sua estratégia em quatro pilares: (i) saúde e segurança, (ii) redução das emissões de gases de efeito estufa (GHG), do consumo de água e da geração de resíduos, (iii) transparência e práticas anticorrupção e (iv) desenvolvimento humano. Para tal, são mantidas e periodicamente revisadas políticas formais que norteiam as operações e condutas, estabelecidas para reforçar continuamente o compromisso da Santos Brasil com os mais elevados padrões de ética e integridade no desenvolvimento e gestão de seus negócios.

A Política de *Compliance* contempla a Política de Direitos Humanos, em vigor desde 2017, com diretrizes de respeito, promoção e preservação dos direitos essenciais nos relacionamentos com clientes, funcionários(as), fornecedores e terceiros. Complementa essa estrutura o Comitê de *Compliance*, que possui regimento interno próprio. A Companhia também possui um canal para recebimento de denúncias, administrado por uma empresa independente, chamado Portal Confidencial. O canal está disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana, e acessível por telefone e por mensagem eletrônica aos públicos interno e externo da Santos Brasil. O processo de apuração das denúncias é realizado pela área de *Compliance* da Companhia, sendo submetida, no final da investigação, à deliberação final do Comitê de *Compliance*. Em 2022, o canal registrou 520 demandas, das quais 345 denúncias, 92 reclamações, 43 sugestões, 15 dúvidas e 25 comunicações de conflitos de interesse.

Já a Política de Sustentabilidade simboliza o compromisso da Santos Brasil em enraizar a Sustentabilidade em sua cultura, nas decisões de negócio e em suas práticas diárias, servindo como referência para toda a sua atuação. Dentre os principais objetivos, está (i) definir os princípios socioambientais da Companhia, (ii) nortear as tomadas de decisão que possam envolver questões socioambientais, bem como as estratégias, objetivos e metas, (iii) definir as diretrizes para reduzir ou mitigar impactos socioambientais negativos, além de contribuir para intensificação e disseminação de impactos positivos, (iv) servir como fonte de orientação aos(as) funcionários(as), terceiros, fornecedores, clientes, comunidades, entre outras partes interessadas, garantindo o alinhamento das ações e decisões de negócio da Santos Brasil aos princípios do Pacto Global e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, e (v) reafirmar o compromisso da Companhia em ser referência no setor, capaz de promover mudanças na sociedade em prol do desenvolvimento sustentável.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Reconhecimentos

Em 2022, a Santos Brasil foi reconhecida por diferentes prêmios e índices por seu comprometimento com os mais altos padrões de Governança Corporativa, com a preservação do meio ambiente e com a responsabilidade social.

Inicialmente, destaca-se a entrada das ações da Companhia na 18ª carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISE-B3), em vigor a partir de janeiro de 2023, que reúne o seleto grupo de empresas reconhecidamente comprometidas com a agenda ESG. O ISE é o primeiro índice voltado ao ESG na América Latina e o 4º maior do mundo, incentivando a adoção de melhores práticas de sustentabilidade para a garantir a perenidade dos negócios. O ingresso na carteira do ISE é um importante marco para a Companhia e é resultado do empenho de todos(as) em busca de uma empresa cada vez mais eficiente e alinhada aos temas que movem a sociedade moderna.

Vale lembrar que, no início de 2022, a Santos Brasil ingressou no Índice Carbono Eficiente B3 (ICO₂ B3), para empresas comprometidas com a transparência de suas emissões e que antecipam a visão de se preparem para uma economia de baixo carbono, e IGPTW, que reúne as empresas que possuem as melhores práticas no mercado de trabalho, certificadas pela consultoria global GPTW (*Great Place to Work*), além de integramos o índice S&P/B3 Brazil ESG Index.

Ainda, a Companhia alcançou a nota B- no *Carbon Disclosure Program* (CDP) de 2022, o melhor resultado da história da Santos Brasil. O CDP é uma organização internacional, sem fins lucrativos, considerada a principal iniciativa do setor financeiro em relação à mitigação de mudanças climáticas.

Na frente de Governança Corporativa, a Companhia foi a vencedora regional e nacional do Prêmio Aberje 2022 na categoria Ética, Integridade e *Compliance*, com a websérie Santos Brasil na Bolsa, desenvolvida pelo time de Relações com Investidores. O treinamento levou para os(as) funcionários(as), por meio de conteúdos educativos, conceitos básicos do mercado de capitais, os benefícios de ter ações listadas na bolsa de valores e os deveres e direitos de funcionários(as) de uma Companhia de capital aberto. A premiação é organizada pela Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje) desde 1967 e é considerada uma das maiores honrarias da comunicação corporativa.

Destaca-se também a premiação Maiores e Melhores, uma das mais prestigiada e tradicionais do país, em que a Santos Brasil foi eleita como a 3ª melhor empresa do setor de Transporte, Logística e Serviços Logísticos, e o Prêmio Época 360, em que a Companhia foi eleita como a melhor empresa de infraestrutura do país, com o 1º lugar em Visão de Futuro, 2º lugar em Governança Corporativa (ESG) e 2º lugar em Socioambiental (ESG).

Por fim, a Companhia foi premiada em oito categorias no Latin America Executive Team 2022 (Small Cap) da Institutional Investor, com o time de Relações com Investidores tendo sido eleito o melhor do segmento de transporte pelos analistas *buy-side* e o segundo colocado na visão consolidada. A Santos Brasil foi premiada nas categorias Melhor Programa de ESG (3º lugar), Melhor CEO (3º lugar - *buy side*), Melhor CFO (3º lugar), Melhor profissional de RI (2º lugar), Melhor Programa de RI (3º lugar), Melhor *Analyst Day* (3º lugar) e Melhor Gestão da Crise de Covid-19 (3º lugar), desempenho que resultou na distinção *Most Honored Company*. A publicação norte-americana é uma das mais respeitadas do mundo e sua premiação anual é considerada uma das mais renomadas e relevantes do universo corporativo.

Inovação e Tecnologia

Em 2022, a Companhia continuou o desenvolvimento e implementação de novas tecnologias, além da renovação da infraestrutura e dos equipamentos, iniciativas necessárias para suportar o crescimento das operações e elevar a produtividade.

Inicialmente, destaca-se a implantação do novo TOS (*Terminal Operational System*) no Tecon Vila do Conde, e a preparação do Tecon Santos para a implantação em 2023, com o novo sistema operacional OPUS, do fornecedor Cyberlogitec, visando ambiente técnico mais moderno, novas funcionalidades e maiores possibilidades de integrações. Adicionalmente, foi desenvolvido um novo sistema de integração entre o TOS e os processos da Santos Brasil, para o histórico das operações, denominado Host Operacional. O sistema foi construído com base nas melhores práticas e em plataformas que permitem mais flexibilidade de parametrização.

Ao longo de 2022, foram conduzidas múltiplas iniciativas para otimizar o dia a dia da operação. Inicialmente, destaca-se a *Berth Window* integrada com a atracação de todos os portos e com previsão de ventos e marés, o que confere maior visibilidade aos terminais sobre a chegada dos navios. Adicionalmente, foram colhidos os benefícios de Coletores *Reefers* para monitoramento dos contêineres, que operam em modo *on-line* e *off-line* e permitem a captura simplificada de dados por meio de códigos de barra. Nos armazéns alfandegados, foi idealizado um novo sistema de controle, que permitirá a distribuição de tarefas, controle de quadras, emissão de etiquetas e até mesmo comunicação RFB/DTE.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Com mais foco na parte comercial, foi criado o Portal Pré-Faturamento, com objetivo de dar mais transparência nos processos a serem faturados para os clientes. Com a ferramenta, um pré-faturamento é disponibilizado para validação dos serviços executados antes que a Nota Fiscal seja emitida e, adicionalmente, permite a integração com o sistema do cliente.

Ainda na frente administrativa, foi realizada a integração com bases externas para o desenvolvimento de estudos que comparam dados de todos os portos e, portanto, permitem análises mais aprofundadas sobre os clientes e o mercado, e desenvolvidos modelos preditivos para suportar as áreas Comercial, de Operações e de Gente & Gestão, que reforçam a cultura de gestão orientada a dados.

Por fim, para a segurança dos(as) funcionários(as), foram instalados leitores de fadiga nos caminhões, o que confere maior segurança aos operadores e às operações de forma geral.

Evolução das ações

As ações da Companhia encerraram 2022 cotadas a R\$ 7,81, o que representa uma valorização de 26,2% no ano, com desempenho superior ao Ibovespa (IBOV), que valorizou 5,4%, e ao Índice *Small Caps* (SMLL), que registrou queda de 13,6% em 2022. Em relação à liquidez das ações da Santos Brasil, a negociação média diária em 2022 foi de 32,6 milhões (vs. R\$ 41,9 milhões em 2021).

Evolução das ações da Santos Brasil (STBP3) em 2022 (base 100 = 29/12/2021)



Direito dos acionistas

Em 22 de agosto de 2016, a Companhia concluiu a migração para o Novo Mercado, segmento com os mais elevados padrões de Governança Corporativa da B3. As ações da Companhia passaram a ser negociadas exclusivamente na forma de ações ordinárias (ON), garantindo-se, para cada ação, o direito a um voto nas deliberações das Assembleia Gerais, restando vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia. O Capítulo II do Estatuto Social da Companhia trata do Capital Social e Ações, de sua divisão e respectivos direitos, sem prejuízo de outros mecanismos de proteção previstos em disposições estatutárias específicas.

Auditoria independente

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Santos Brasil Participações S.A. e das suas controladas são auditadas pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., cuja escolha compete exclusivamente ao Conselho de Administração.

A política de atuação da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa busca avaliar a existência de conflito de interesses. Assim, são avaliados os seguintes aspectos: o(a) auditor(a) não deve (i) auditar o seu próprio trabalho, (ii) exercer funções gerenciais no seu cliente e (iii) promover os interesses do seu cliente, condições que foram observadas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 27 da Resolução CVM nº 80/22, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório da Ernst & Young Auditores Independentes S.S., emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Desempenho social

Capital humano

No fim de 2022, a Santos Brasil contava com 3.264 funcionários(as) localizados em diversas regiões do Brasil.

A Companhia continuou buscando melhorias e atualizações no ambiente de trabalho e na relação com os(as) funcionários(as) por meio de diversas ações baseadas na pesquisa GPTW (*Great Place to Work*) e outros canais de comunicação, como a pesquisa de satisfação com os serviços internos e novos sistemas de gestão.

Em relação ao desenvolvimento de pessoas, foi dado início ao Programa de Desenvolvimento de Lideranças em 2022, no qual coordenadores(as), gerentes e diretores(as) passaram por treinamentos com uma consultoria externa, que abordou, dentre outros temas, Inteligência Emocional, Comunicação Assertiva, Gestão de Pessoas, Líder Coach e Planejamento e Orientação para Resultados. Ainda, foi lançado o programa de Mentoria Interna, com a capacitação de mentores e mentorados e o acompanhamento, ao longo de seis meses, da evolução dos encontros.

Na plataforma de desenvolvimento e carreira, Carreira em Foco, novos treinamentos foram disponibilizados, totalizando (i) mais de 220 cursos, desde treinamentos legais e obrigatórios até cursos sobre liderança e o que representa a presença da Companhia na Bolsa de Valores, (ii) 17 comunidades de funcionários(as) criadas para trocas de conhecimento, (iii) mais de 2.800 funcionários(as) ativos(as) e (iv) 53.719 horas de treinamento na plataforma em 2022.

Pensando no crescimento futuro, a Santos Brasil contratou uma turma de estagiários(as) e, com o objetivo de fortalecer o *pool* de talentos com profissionais que apoiem a estratégia e sustentabilidade da Companhia, conduziu o 1º Programa de *Trainee* da Santos Brasil. No total, são 8 *trainees* que passarão 2 anos em rotações entre áreas operacionais, com o objetivo de assimilar o negócio e fortalecer e desenvolver *hard* e *soft skills* para, no futuro, se tornarem lideranças na Santos Brasil.

Adicionalmente, a Santos Brasil seguiu com o Ciclo de Evolução para gerir o desenvolvimento profissional dos(as) funcionários(as). O Ciclo de Evolução busca consolidar a cultura de meritocracia, reconhecimento por entregas e do "como" tais entregas são feitas. O programa contempla a definição de metas individuais e coletivas, o acompanhamento mensal das metas, *feedbacks* constantes e planejados, plano de desenvolvimento individual, avaliação 360º e um calendário para revisão salarial e movimentos de carreira. A nova maneira de gerir o desenvolvimento de todos(as) proporcionou visão mais ampla dos talentos e, assim, maior aproveitamento interno, sendo que 57% das vagas em posições de liderança foram preenchidas com funcionários(as) da empresa.

O plano de remuneração da Companhia tem como principal diretriz a meritocracia e é pautado por informações de mercado obtidas através de pesquisas de remuneração. A evolução de carreira e dos rendimentos fixos, bem como a apuração dos resultados para o Plano de Participação nos Resultados (PPR), baseiam-se no Ciclo de Evolução e abrange as avaliações individuais ou coletivas de metas.

Diversidade, equidade e inclusão fazem parte da estratégia e da cultura da Santos Brasil, que busca cada vez mais estimulá-las e praticá-las. Diante disso, projetos referentes à Cultura e Diversidade foram iniciados em 2021 e reforçados em 2022, como o diagnóstico de cultura, que contemplou todas as unidades, o censo de diversidade, com todos(as) os(as) funcionários(as), e a palestra sobre o tema para as lideranças da Companhia. Em 2023, os temas seguirão sendo endereçados e aperfeiçoados.

Respeito à diversidade e inclusão e valorização do indivíduo fazem parte dos valores da Santos Brasil e, através da parceria com a consultoria CKZ (consultoria especializada nos temas de D&I¹¹), aplicamos o censo de Diversidade e Inclusão para todos(as) os(as) funcionários(as) da Companhia, além de um webinar para falar de vieses inconscientes. Adicionalmente, os(as) executivos(as) foram capacitados(as) no tema Liderança Inclusiva e foram formadas turmas exclusivas de vieses inconscientes para os(as) executivos(as) e funcionários(as) das áreas de Gente e Gestão, Comunicação e Sustentabilidade e Jurídico. O ano de 2022 foi encerrado com a Jornada de Diversidade e Inclusão, com uma semana dedicada aos temas de D&I, na qual funcionários(as) puderam participar da Caminhada do Privilégio e Jogo das 7 famílias e assistiram palestras sobre Grupos Minorizados e Ambiente Inclusivo, conduzidas pela Consultoria CKZ. Registrou-se 1.697 participações na Jornada.

Ainda olhando para temas de D&I, foi iniciada a inauguração dos espaços de amamentação, sendo o Tecon Santos a primeira unidade contemplada, e foram firmadas parcerias com instituições dedicadas a públicos minorizados, como o Meu Emprego Inclusivo.

¹¹ Diversidade e Inclusão.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Dados sobre o quadro de funcionários(as) da Santos Brasil

	2022	2021
Número de funcionários	3.264	2.931
Turnover	9,01%	11,40%
São Paulo	8,80%	11,58%
Pará	11,64%	11,85%
Santa Catarina	7,81%	7,02%
Maranhão	0,00%	-
Investimento em treinamentos¹²	-	-
Fundo de seguridade	Previdência Privada¹³	Previdência Privada
Outros planos sociais	-	-
Nível educacional		
Ensino Fundamental incompleto	44	47
Ensino Fundamental completo	158	172
Ensino Médio incompleto	64	46
Ensino Médio completo	1.892	1.739
Técnico incompleto	8	6
Técnico completo	195	172
Superior incompleto	128	100
Superior completo	614	536
Pós-graduação	156	109
Mestrado	5	4

Segurança

Na Santos Brasil, não se mede esforços para o fortalecimento da cultura de saúde e segurança em todas as operações e, assim, reduzir os riscos dos(as) funcionários(as). Em 2022, foi realizada a edição anual da Jornada de Segurança e Saúde, que contou com palestras, intervenções nos postos de trabalho, além do lançamento da Jornada Digital, através de uma plataforma exclusiva com games e conteúdo interativo que foi disponibilizado aos(as) funcionários(as) operacionais e administrativos(as) que atuam nos escritórios da Companhia.

Outra importante ação foi a instalação de sensores de fadiga nos caminhões do Tecon Santos com a finalidade de monitoramento dos(as) motoristas e identificação de sinais de dispersão, sonolência ou cansaço, entre outras anormalidades, emitindo alerta para uma central de controle. Assim, é feito contato pela liderança com o(a) funcionário(a) para detectar o problema e solucioná-lo, evitando ocorrência de acidentes durante as operações.

Paralelamente, foi lançado um Programa de Reconhecimento de Segurança em todas as operações, que contou com uma premiação dos(as) funcionários(as) engajados nas ações de saúde e segurança e que atuam na identificação de riscos e oportunidades de melhoria nos ambientes de trabalho. Esse programa reforça que a cultura de saúde e segurança segue progredindo como um valor presente na rotina da Santos Brasil.

Todas essas iniciativas proporcionaram os seguintes resultados: foram ultrapassados 1.500 dias sem acidentes com afastamento no TEV (Terminal de Veículos) e 1.200 dias sem acidentes com afastamento no Tecon Vila do Conde. No Tecon Santos, 2022 teve uma taxa de frequência de 0,58, um resultado satisfatório, similar ao obtido em 2021.

Desenvolvimento Socioambiental

A Santos Brasil atua sob valores sólidos, voltados para torná-la referência nos mercados em que está inserida, a partir de serviços eficazes, ágeis e seguros, que respeitam o meio ambiente, os indivíduos e as comunidades.

Tendo como guia a Política de Sustentabilidade da Companhia, elaborada nos padrões ESG (Environmental, Social and Governance), a empresa realiza programas e projetos corporativos de sustentabilidade por meio da administração de investimentos,

¹² A Companhia utiliza o modelo de aprendizagem 70/20/10, isto é: 70% é aprendizado *on the job*, 20% através de troca de experiência e 10% por meio de cursos.

¹³ Benefício abrange funcionários(as) do Tecon Santos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

estabelecimento de parcerias com *stakeholders*, implementação de estratégias, gestão, monitoramento e controle nos âmbitos social, ambiental e econômico.

Para alinhar esses objetivos, entender o status dos índices estabelecidos e discutir novas metas, a área de Sustentabilidade realiza reuniões trimestrais do Comitê de Sustentabilidade, envolvendo diretores(as) e gerentes. Reuniões dos Grupos de Trabalho de Sustentabilidade também são realizadas mensalmente, cujos(as) participantes são gerentes e coordenadores(as) de todas as unidades da empresa, além das equipes de SSMA e Infraestrutura.

Emissões

Em 2022, as emissões totalizaram 27.891 toneladas de CO₂e, uma redução de 19% em relação a 2021. As emissões por TEU das operações da Santos Brasil foram reduzidas em 15,8% em 2022, para 11,58 kgCO₂e/TEU (vs. 13,76 kgCO₂e/TEU, em 2021).

Foi implementado I-REC nas unidades do estado de São Paulo. A certificação assegura que 100% da energia utilizada para o funcionamento dessas operações seja proveniente de fontes renováveis.

Água

A atenção à crise hídrica está refletida em iniciativas como a implementação de sistema IoT – Telemetria em hidrômetros, que permite o acompanhamento *on-line* e em tempo real do consumo de água, possibilitando verificação de possíveis vazamentos ou consumos excessivos de forma diligente.

A Santos Brasil investe também em outros projetos e ações para a redução no consumo e a reutilização deste recurso, como captação de água da chuva e Estação de Tratamento de Efluentes com geração de água para reuso.

Os reflexos dessas iniciativas aparecem nos indicadores de consumo de água, que apresentaram diminuição de 11% (m³/ per capita) em 2022, em relação à 2021.

Resíduos

Dos resíduos sólidos gerados nas unidades da Companhia em 2022, 85% foram recicláveis. Entretanto, a Companhia continuou investindo em educação ambiental e soluções para melhorar essa gestão, como o biodigestor de resíduos orgânicos gerados no refeitório do Tecon Santos. O equipamento funciona decompondo o material orgânico e o transforma em água industrial, que é encaminhada para nossa estação de tratamento para se tornar água de reuso. Antes dessa melhoria, esse mesmo resíduo era enviado para aterros sanitários.

Outra iniciativa foi a campanha Chega de Plástico, com a adoção de canecas e squeezez feitos de material durável, presenteadas para os(as) funcionários(as). Além disso, foi feita a retirada de copos plásticos das unidades, com o objetivo de reduzir o consumo deste material na Companhia e conscientizar sobre sua nocividade para o meio ambiente. Em apenas um mês de campanha, foi registrada uma redução de 94% no uso de copos plásticos em toda a Companhia.

Responsabilidade Social Corporativa

Em 2022, a Santos Brasil publicou seu 1º Edital de Projetos Incentivados. Foram recebidas, em pouco mais de um mês, 218 propostas de todo o Brasil, com inscrições realizadas pela plataforma Prosas, sistema que conecta patrocinadores e empreendedores sociais. Ao todo, 41 iniciativas voltadas à cultura, educação e esporte foram apoiadas, por meio de leis de incentivo municipais e federais, somando mais de R\$ 3,8 milhões de investimento. O edital teve o objetivo de ampliar o investimento social privado da Santos Brasil em todas as regiões onde a empresa atua e garantir ainda mais agilidade, eficiência e transparência aos processos que dizem respeito a patrocínios, promovendo a governança social. Os 30 projetos e 11 eventos apoiados serão executados em 2023 e beneficiarão cerca de 85 mil pessoas.

Dos projetos incentivados executados em 2022, destacamos o Caminhão Conhecendo os ODS, a maior itinerância ODS das Américas, que circulou nas cidades de Guarujá (SP), Santos (SP), Imbituba (SC) e São Bernardo do Campo (SP). Levando informações e atividades sobre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, o evento mobilizou 147 parceiros em 130 atividades desenvolvidas, 36 horas de evento, 11.689 pessoas atendidas e 86 empregos temporários gerados.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Outro projeto de destaque foi o Ciranda Cultural, realizado na cidade de Barcarena (PA) ao longo de 2022, levando arte e cultura a 1.200 crianças e adolescentes, estudantes de 24 escolas da rede pública de ensino e atendidas por três CRAS. Promovendo a cidadania e o desenvolvimento da economia criativa local, o projeto oportunizou a vivência na prática de várias formas de expressão por meio de oficinas em diversos segmentos artísticos, como atividade circenses e danças regionais.

Em 2022, foram investidos cerca de R\$ 300 mil em patrocínios diretos e doações em ações nas comunidades do entorno de nossas operações. Com patrocínio máster da Santos Brasil, a Taça das Favelas, organizada nacionalmente pela Central Única das Favelas (Cufa), foi realizada no Guarujá (SP) pela Cufa Baixada Santista. A Taça das Favelas é a maior competição de futebol entre comunidades do mundo e fortalece o compromisso da Companhia de apoiar iniciativas de inclusão social e acesso à educação, cultura e esporte. Iniciada com uma peneira para meninos e meninas de 14 a 18 anos que vivem em comunidades da cidade, a competição mobilizou mais de mil adolescentes no município onde a Companhia opera o Tecon Santos.

Outra ação realizada com a CUFA foi a doação de 160 cobertores produzidos a partir da reciclagem de tecidos a famílias em situação de vulnerabilidade social residentes nas comunidades Prainha e Aldeia, que são integrantes do Complexo de Favelas do Porto e vizinhas ao Tecon Santos e ao Terminal de Veículos localizados no Guarujá (SP). Cerca de 500 camisetas antigas dos programas da Companhia foram encaminhadas pela Santos Brasil à Retalhar, empresa têxtil especializada em logística reversa, para que fossem transformadas em cobertores por meio de um processo socioambiental inovador de reciclagem e transformação.

Ainda na Baixada Santista, cerca de 2.300 crianças em situação de vulnerabilidade social ganharam presentes de Natal. Elas foram contempladas no projeto “Contêiner do Bem”, promovido em conjunto pela Santos Brasil e outros três terminais portuários do Porto de Santos. Realizada pelo quarto ano consecutivo, a iniciativa tem por objetivo proporcionar um Natal especial às crianças com a passagem de um caminhão com contêiner estilizado que realiza a entrega dos presentes, com o suporte de instituições sociais parceiras nas duas cidades portuárias. A Santos Brasil também expandiu essa ação para as demais cidades em que possui Operação, impactando mais de 1.000 crianças, reforçando o compromisso social da Companhia em estabelecer um relacionamento sólido com as comunidades do entorno, além de estimular uma cultura de solidariedade e respeito ao próximo.

O segundo semestre foi marcado pela retomada das ações presenciais do Programa Sou Voluntário, após o período suspenso pela pandemia. Ao todo, foram realizadas quatro ações, mobilizando 150 voluntários em 922 horas de trabalho voluntário, impactando cinco municípios. Destaque para a Dia Mundial da Limpeza, promovido internacionalmente pela World Cleanup Day como um programa de ação social global destinado a combater o lixo lançado no meio ambiente em todo o planeta. Realizado com parceiros locais, a Santos Brasil promoveu a retirada de 280 kg de resíduos das praias da Enseada (SP), Caripi (PA) e Praia do Porto (SC) realizada pelos voluntários da Companhia.

Em junho, o Agenda 21 Guarujá completou 10 anos, um fórum permanente instituído pela Lei Municipal nº 8940, de discussões de ações e compromissos para o desenvolvimento sustentável da cidade, contando com a participação de representantes do Setor Público, Privado e de Organizações não-governamentais. A Santos Brasil participa desde o início do fórum e, nos 10 anos de funcionamento, a Agenda 21 elaborou um conjunto de ações e prioridades para a cidade de Guarujá alinhado aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da ONU, dentro da perspectiva de agir localmente para contribuir com as mudanças globais.

Em 2022, a Santos Brasil contratou 63 jovens aprendizes, com idades entre 16 e 22 anos, que atuam em 20 áreas da Companhia. A missão do programa é colaborar com a capacitação profissional desses jovens, para que, com o auxílio da empresa, eles(as) possam desenvolver suas habilidades e competências e ingressar no mercado de trabalho. É premissa da Companhia promover o aproveitamento interno destes jovens após a conclusão do programa.

Reconhecimentos ESG

O ano de 2022 foi marcado pelo reconhecimento das práticas ESG da Santos Brasil. No Prêmio Época Negócios 360º, a Companhia ficou no 2º lugar ESG/Governança e 2º lugar ESG/Socioambiental. No início de 2022, as ações da Companhia integraram os índices ICO2 da B3 e S&P/B3 Brasil ESG, elaborado em conjunto pela S&P Dow Jones Índices e B3.

Em dezembro de 2022, a Santos Brasil passou a integrar o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3, que reúne um grupo seleto de empresas reconhecidamente comprometidas com a agenda ESG.

São Paulo, 16 de março de 2023

A Administração

Notas Explicativas**SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Santos Brasil Participações S.A. ("Companhia"), domiciliada no Brasil, com sede em São Paulo, constituída em 25 de agosto de 1998, tem por objetivo a participação, como sócia ou acionista, no capital de outras sociedades, brasileiras ou estrangeiras, e em consórcios, bem como a exploração comercial de instalações portuárias e retroportuárias e de soluções logísticas integradas, com a movimentação de contêineres e afins, que são efetuadas pelas filiais operacionais: Tecon Santos, Tecon Imituba, Terminais de Granéis Líquidos (IQI 03, IQI 11 e IQI 12) e Sabóó.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e das seguintes controladas integrais:

	Participação - %	
	31.12.2022	31.12.2021
Controladas diretas:		
Numeral 80 Participações S.A. ("Numeral 80") *	100	100
Pará Empreendimentos Financeiros S.A. ("Pará Empreendimentos") **	100	100
Santos Brasil Logística S.A. ("Santos Brasil Logística")	100	100
Terminal Portuário de Veículos S.A. ("TPV") *	100	100
Terminal de Veículos de Santos S.A. ("Terminal de Veículos/TEV")	100	100
Controlada indireta:		
Convicon Contêineres de Vila do Conde S.A. ("Tecon Vila do Conde")	100	100

* Companhias dormentes;

** Holding.

1.1. Principais eventos ocorridos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

<p><u>Licitações dos Editais de Concessão nº 06/2020, nº 07/2020 e nº 08/2020 de Graneis Líquidos de Combustíveis no complexo portuário de Itaqui</u></p>	<p>Os Planos Básicos de Implantação foram aprovados em janeiro de 2022. Em 4 de abril de 2022, a Companhia celebrou com a União, por intermédio do Ministério da Infraestrutura ("Poder Concedente"), os Termos de Aceitação Provisória e Permissão de Uso dos Ativos ("TAPs") referentes aos Contratos de Arrendamento nº 05/2021, nº 08/2021 e nº 07/2021 ("Terminais de Granéis Líquidos de Itaqui/MA"). Igualmente, na qualidade de intervenientes anuentes, firmaram os TAPs a ANTAQ - Agência Nacional de Transportes Aquaviários e a EMAP - Empresa Maranhense de Administração Portuária. A celebração dos TAPs dá início ao prazo de 20 (vinte) anos dos arrendamentos, prorrogáveis por um período máximo de 70 (setenta) anos, nos termos da cláusula 3.1. dos contratos. Além disso, trata-se do marco inicial para a exigibilidade das obrigações assumidas pela Companhia, a exemplo do pagamento de despesas próprias do arrendamento e da execução dos investimentos obrigatórios, conforme os prazos pactuados.</p> <ul style="list-style-type: none"> A filial operacional IQI 03 tem por objeto a exploração da área de 25.416 m² e infraestrutura pública para a movimentação e armazenagem de graneis líquidos, especialmente combustíveis do Porto Organizado de Itaqui, sob Contrato de Arrendamento nº 07/2021, com vigência de abril de 2022 a abril de 2042, por meio de operações graneis líquidos, que envolvem a recuperação das instalações existentes e sua atualização tecnológica e gerencial, bem como a expansão das referidas instalações mediante a realização de benfeitorias, observando as normas legais e contratuais do respectivo porto e da União, nos termos do Edital de Concessão nº 06/2020.
---	--

Notas Explicativas

	<p>Compromissos principais decorrentes do contrato de exploração do IQI 03 com a Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP.</p> <p>A filial operacional IQI 03, além do desembolso inicial na época do leilão, assumiu compromisso decomposto em parcelas mensais, no montante de R\$22 pela exploração da área durante o período do contrato (20 anos, podendo ser prorrogável por sucessivas vezes até o limite máximo de 70 anos, conforme contrato) e cinco parcelas anuais, no montante de R\$9.195, corrigidas anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.</p> <p>Existe o compromisso de Movimentação Mínima Contratual - MMC de granéis líquidos combustíveis de R\$0,87 por tonelada movimentada, com carência para os Anos 1 ao Ano 3 e a partir do Ano 4 com aumentos graduais totalizando ao final do contrato uma movimentação mínima de 4.327 toneladas.</p> <p>O contrato estabelece ainda: (i) Incrementar a capacidade estática existente em, no mínimo, 26.000 m³, alcançando a capacidade estática total de armazenagem de, no mínimo, 46.406 m³, a partir do 4º ano de contrato; e (ii) Implementar em harmonia com o prazo operacional dos demais arrendatários, uma linha tronco de dutos, de forma a conectar os berços 104, 106 e 108 ao "Ponto A", bem como promover a ligação de sua instalação portuária ao "Ponto A", totalizando 3.881 m (240 m de dutos internos + 1.895 m na "Linha Tronco de Dutos" + 246 m de conexão do IQI03 ao "Ponto A" + reposição de 1500m de dutos existentes).</p> <p>A Companhia assumiu o compromisso no Plano Básico de Implantação - IQI 03 de um investimento estimado em R\$130.992. Até 31 de dezembro de 2022, a Companhia já investiu aproximadamente R\$39.006.</p> <p>Em 15 de setembro de 2022 a filial operacional IQI 03 recebeu a autorização da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Bio-Combustíveis - ANP, a última estância necessária para o início das operações.</p> <ul style="list-style-type: none"> • A filial operacional IQI 11 tem por objeto a exploração da área de 33.217 m² e infraestrutura pública para a movimentação e armazenagem de granéis líquidos, especialmente combustíveis do Porto Organizado de Itaqui, sob Contrato de Arrendamento nº 08/2021, com vigência de abril de 2022 a abril de 2042, por meio de operações granéis líquidos, que envolvem a recuperação das instalações existentes e sua atualização tecnológica e gerencial, bem como a expansão das referidas instalações mediante a realização de melhorias, observando as normas legais e contratuais do respectivo porto e da União, nos termos do Edital de Concessão nº 07/2020. <p>Compromissos principais decorrentes do contrato de exploração do IQI 11 com a Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP.</p> <p>A filial operacional IQI 11, além do desembolso inicial na época do leilão, assumiu compromisso decomposto em parcelas mensais, no montante de R\$287 pela exploração da área durante o período do contrato (20 anos, podendo ser prorrogável por sucessivas vezes até o limite máximo de 70 anos, conforme contrato) e cinco parcelas anuais, no montante de R\$8.400, corrigidas anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.</p> <p>Existe o compromisso de Movimentação Mínima Contratual - MMC de granéis líquidos combustíveis de R\$7,83 por tonelada movimentada, com carência para os Anos 1 ao Ano 3 e a partir do Ano 4 com aumentos graduais totalizando ao final do contrato uma movimentação mínima de 6.049 toneladas.</p> <p>O contrato estabelece ainda: (i) Incrementar a capacidade estática existente em, no mínimo, 64.897 m³; e (ii) Implementar em harmonia com o prazo operacional dos demais arrendatários, uma linha tronco de dutos, de forma a conectar os berços 104, 106 e 108 ao "Ponto A", localizado na área A-08 do PDZ 2012 do Porto do Itaqui; bem como promover a ligação de sua instalação portuária ao "Ponto A", totalizando 4.719 m (215 m de dutos internos + 1.895 m na "Linha Tronco de Dutos" + 1.236 m de conexão do IQI11 ao "Ponto A" + 1.373 m de reposição de dutos internos entre os tanques 1, 2, 4 e 20).</p>
--	---

Notas Explicativas

	<p>A Companhia assumiu o compromisso no Plano Básico de Implantação - IQI 11 de um investimento estimado em R\$161.465. Até 31 de dezembro de 2022, a Companhia já investiu aproximadamente R\$58.346.</p> <ul style="list-style-type: none"> A filial operacional IQI 12 tem por objeto a exploração da área de 38.683 m² e infraestrutura pública para a movimentação e armazenagem de graneis líquidos, especialmente combustíveis do Porto Organizado de Itaqui, sob Contrato de Arrendamento nº 05/2021, com vigência de abril de 2022 a abril de 2042, por meio de operações graneis líquidos, que envolvem a recuperação das instalações existentes e sua atualização tecnológica e gerencial, bem como a expansão das referidas instalações mediante a realização de benfeitorias, observando as normas legais e contratuais do respectivo porto e da União, nos termos do Edital de Concessão nº 08/2020. <p>Compromissos principais decorrentes do contrato de exploração do IQI 12 com a Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP.</p> <p>A filial operacional IQI 12, além do desembolso inicial na época do leilão, assumiu compromisso decomposto em parcelas mensais, no montante de R\$195 pela exploração da área durante o período do contrato (20 anos, podendo ser prorrogável por sucessivas vezes até o limite máximo de 70 anos, conforme contrato) e cinco parcelas anuais, no montante de R\$6.000, corrigidas anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.</p> <p>Existe o compromisso de Movimentação Mínima Contratual - MMC de graneis líquidos combustíveis de R\$4,95 por tonelada movimentada, com carência para os Anos 1 ao Ano 4 e a partir do Ano 5 com aumentos graduais totalizando ao final do contrato uma movimentação mínima de 6.881 toneladas.</p> <p>O contrato estabelece ainda: (i) Incrementar a capacidade estática existente em, no mínimo, 78.724 m³; (ii) Implementar, em harmonia com o prazo operacional dos demais arrendatários, uma linha tronco de dutos, de forma a conectar os berços 104, 106 e 108 ao "Ponto A", localizado na área A-08 do PDZ 2012 do Porto do Itaqui, bem como promover a ligação de sua instalação portuária ao "Ponto A", totalizando 4.967 m (1.500 m de dutos internos + 1.895 m na "Linha Tronco de Dutos" + 1.572 m de conexão do IQI12 ao "Ponto A"); e (iii) Investimentos comuns a serem realizados pelos futuros arrendatários das áreas IQI 12 e IQI 13 em acesso rodoviário, acesso ferroviário, AMV e preparação do site (acesso rodoviário e ferroviário).</p> <p>A Companhia assumiu o compromisso no Plano Básico de Implantação - IQI 12 de um investimento estimado em R\$183.717. Até 31 de dezembro de 2022, a Companhia já investiu aproximadamente R\$4.280.</p>
<p><u>Compromisso de investimento decorrente do contrato de exploração do Tecon 1 com a Santos Port Authority - SPA</u></p>	<p>Em razão do 7º Termo Aditivo ("Sétimo Termo Aditivo") ao Contrato de Arrendamento do Tecon Santos ("Contrato de Arrendamento"), assinado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia celebrou com a União ("Poder Concedente"), por intermédio da SNPTA - Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários do Ministério da Infraestrutura, que estabeleceu um novo cronograma de investimentos ao Contrato de Arrendamento, passando o prazo final de execução dos investimentos relacionados à prorrogação antecipada do Contrato de Arrendamento de 31 de dezembro de 2020 para 31 de dezembro de 2031 e investimento mínimo de R\$360.000 até o final de 2022. Até 31 de dezembro de 2022, a Companhia já investiu aproximadamente R\$689.530 (R\$458.524 em 31 de dezembro 2021).</p>
<p><u>Reequilíbrio econômico financeiro do Contrato de Arrendamento do Tecon Imituba</u></p>	<p>Em 29 de abril de 2022, a Companhia requereu pedido de renovação da suspensão da cobrança dos valores da MMC para o período de 2021/2022. Em 5 de maio de 2022, foi deferida a tutela antecipada requerida pela Companhia para (i) suspender a cobrança da MMC até nova decisão em contrário; (ii) autorizar a apresentação de garantias sobre o valor controverso e (iii) determinar a transferência dos valores incontroversos à SCPAR.</p>
<p><u>Contrato de Transição - Saboó área 42.000m²</u></p>	<p>Em 1º de novembro de 2022, foi celebrado novo Contrato de Transição DIPRE-DINEG/23.2022, pelo prazo de mais 180 dias, contados a partir de 2 de novembro de 2022, conforme notas explicativas nº 13 e 17.</p>

Notas Explicativas

<u>Contrato de Transição - Saboó área 64.412m²</u>	Em 1º de novembro de 2022, foi celebrado novo Contrato de Transição DIPRE-DINEG/24.2022, pelo prazo de mais 180 dias, contados a partir de 3 de novembro de 2022, conforme notas explicativas nº 13 e 17.
<u>Compromisso de investimento decorrentes do contrato de exploração do Tecon Vila do Conde com a Companhia Docas do Pará - CDP</u>	Em razão do 8º Termo Aditivo ao Contrato de Arrendamento nº 14/2003, firmado em 16 de novembro de 2017, entre o Tecon Vila do Conde e a União Federal, por intermédio do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil ("MTPAC"), com a interveniência da Agência Nacional de Transportes Aquaviários ("ANTAQ") e da Companhia Docas do Pará ("CDP"), cujo objeto foi à prorrogação antecipada do referido arrendamento portuário até 18 de setembro de 2033, a Companhia assumiu o compromisso de investir até o final do ano de 2033, o montante de R\$129.044 em ampliação, equipamentos e sistemas. Os investimentos realizados até 31 de dezembro de 2022 foram no montante de R\$74.612 (R\$73.779 em 31 de dezembro de 2021).
<u>10º Termo Aditivo do Tecon Vila do Conde - Adensamento de área</u>	Em 10 de junho de 2022, foi celebrado o 10º Termo Aditivo ao Contrato de Arrendamento nº 14/2003, firmado entre o Tecon Vila do Conde e a União Federal, por intermédio do Ministério da Infraestrutura, com a interveniência da Agência Nacional de Transportes Aquaviários ("ANTAQ") e da Companhia Docas do Pará ("CDP"), cujo objeto foi à expansão da área de 86.615 m ² para 107.967,55 m ² .
<u>Guerra Rússia x Ucrânia</u>	Apesar das unidades de negócio da Santos Brasil possuírem exposição direta às rotas impactadas pela guerra Rússia e Ucrânia, o volume é imaterial e, portanto, não há expectativa de impacto significativo nas operações da Companhia.
<u>Suspensão da cobrança de Serviço de Segregação e Entrega de Contêineres - SSE</u>	<p>Em 29 de julho de 2022, a Companhia, em atendimento ao disposto no §4º do artigo 157 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada, e na Resolução CVM nº 44/2021, comunica aos seus acionistas e ao mercado em geral que a Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ publicou a Resolução N.º 84, de 28 de julho de 2022, suspendendo cautelarmente os dispositivos da Resolução ANTAQ N.º 72, de 30 de março de 2022, que regula a cobrança do Serviço de Segregação e Entrega de Contêineres - SSE. O referido ato da ANTAQ é decorrente da edição do Acórdão n.º 1.448/2022-TCU-Plenário, de 22 de julho de 2022, que declarou a ilegalidade da cobrança do SSE e determinou à ANTAQ anular todos os dispositivos da Regulação que legitima a prestação do serviço e permite a cobrança do SSE.</p> <p>O preço cobrado pelo SSE é destinado a remunerar, na operação de importação de cargas em regime de trânsito aduaneiro, os custos incorridos com os serviços prestados de movimentação das cargas entre a pilha de contêineres no pátio e o portão do terminal portuário; o gerenciamento de riscos de cargas perigosas; o cadastramento e o monitoramento de empresas ou pessoas; a permanência de veículos para retirada de contêineres; a liberação de documentos ou circulação de prepostos; a segregação e remoção da carga da pilha na ordem ou na disposição em que se encontra; e, também, o posicionamento da carga no veículo do importador ou do seu representante.</p> <p>Considerando a suspensão cautelar da cobrança do SSE, o impacto na geração de caixa individual e consolidada da Companhia, representada pelo EBITDA, não é material, considerando que: (i) a maior parte do faturamento do SSE já é provisionado na Demonstração de Resultado da Companhia provisório para perdas de crédito esperadas, devido às ações judiciais individuais em trâmite; (ii) a Companhia também incorre em despesas com o pagamento de SSE sobre cargas de clientes retiradas em terminais portuários concorrentes, que, portanto, deixarão de transitar no resultado. A Companhia estima que o impacto caixa anual futuro decorrente da suspensão da cobrança do SSE é de até R\$10 milhões.</p>

Notas Explicativas

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("*International Financial Reporting Standards - IFRSs*"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foi autorizada pela Diretoria em 16 de março de 2023.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas são apresentadas em real - R\$, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Estimativas e julgamentos contábeis

Na preparação destas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e controladas e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 1 - contexto: determinação se de fato a Companhia detém o controle;
- Nota explicativa nº 18 - classificação de arrendamento mercantil.

As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2023, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Notas explicativas nº 12 e 13 - teste de redução do valor recuperável: principais premissas em relação aos valores recuperáveis de imobilizado e intangível;

Notas Explicativas

- Nota explicativa nº 16 - reconhecimento e mensuração de provisão para riscos, tributários, trabalhistas e cíveis;
- Nota explicativa nº 25 - reconhecimento de passivos fiscais diferidos;
- Nota explicativa nº 27 - mensuração e principais premissas de passivos atuariais - assistência médica complementar.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui a avaliação e responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

Os dados não observáveis significativos são revisados regularmente, bem como os ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, são analisadas as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC / IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (“*inputs*”) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (“*inputs*” não observáveis).

A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 24 - Plano de opção de compra de ações; e
- Nota explicativa nº 28 - Instrumentos financeiros derivativos ou não derivativos.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Exceto pelo tema divulgado na nota explicativa nº 4, as políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas pela Companhia e por suas controladas, de maneira consistente, em todos os exercícios apresentadas nestas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.

Notas Explicativas

a) Base de consolidação

Controladas

As informações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle, até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras, individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Para cálculo de equivalência patrimonial e consolidação são utilizadas as informações contábeis das controladas na mesma data-base de apresentação das demonstrações financeiras.

Investimentos em entidades contabilizados pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em sociedades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre a Companhia e suas controladas, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre estas empresas, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia e suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras nas datas de apresentação das demonstrações financeiras são reconvertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquelas datas.

c) Receita operacional

A receita de serviços é reconhecida no resultado em virtude da respectiva prestação e está relacionada, principalmente, a operações de cais, armazenagem alfandegada e operações logísticas. As operações de cais referem-se, basicamente, ao embarque e desembarque de contêineres dos navios e são reconhecidas no resultado em virtude da conclusão das operações de cada navio. A armazenagem alfandegada está relacionada à armazenagem de carga de importação ou de exportação. A receita de armazenagem é reconhecida no resultado no momento do desembarque aduaneiro e da retirada da carga importada pelo importador ou do embarque no navio da carga exportada. As operações logísticas são referentes, principalmente, ao transporte e à armazenagem nos centros de distribuição. A receita de armazenagem é reconhecida no resultado, quinzenalmente ou mensalmente, de acordo com o contrato do cliente, e a receita de frete é reconhecida quando ocorre a entrega da mercadoria que foi armazenada.

d) Instrumentos financeiros e de patrimônio

Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Notas Explicativas

Um ativo financeiro (a menos que sejam contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado - VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensuradas inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA (instrumento de dívida); ao VJORA (instrumento patrimonial); ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes - ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Notas Explicativas

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros, caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Notas Explicativas

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas nem transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia e suas controladas realizam transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Capital social - Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como redução do patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

Instrumentos de patrimônio

Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital.

e) Ajuste a valor presente

As contas sujeitas a ajuste a valor presente são: empréstimos e financiamentos, debêntures, poder concedente e arrendamento mercantil. A mensuração do ajuste é realizada por modelo de fluxo de caixa futuro, de acordo com as taxas contratuais, descontados a valor presente utilizando taxas de mercado. As informações utilizadas para as projeções são divulgadas pela B3 - Brasil Bolsa Balcão, BC - Banco Central do Brasil, ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais, entre outros.

Notas Explicativas

f) Estoques

Os estoques estão representados, principalmente, por itens de manutenção e são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excedem ao valor de mercado.

g) Investimentos

Os investimentos em controladas e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo, ou que estejam sob controle comum, são avaliados pela equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais.

h) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (“*impairment*”) acumuladas, quando necessário.

Os equipamentos de carga apresentados no imobilizado são equipamentos não reversíveis ao final dos contratos de arrendamentos.

O *software* comprado, que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento, é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e suas controladas e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado, conforme incorridos.

Depreciação

Reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo de arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que irá obter a propriedade ao final do prazo de arrendamento.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativas estão apresentadas na nota explicativa nº 12.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Notas Explicativas

i) Ativos intangíveis

Direito de exploração

O direito de exploração é reconhecido mediante aos contratos de arrendamentos de áreas portuárias de circulante em contrapartida ao reconhecimento a valor presente das parcelas fixas e variáveis mínimas (movimentações mínimas contratuais) fixadas no contrato de arrendamento, no passivo, em rubrica especialmente criada para esse fim “Obrigações com poder concedente”.

Ágio

O ágio resultante na aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis nas demonstrações financeiras consolidadas.

O ágio gerado nas aquisições de entidades que detêm direitos de exploração é amortizado pelo prazo do contrato e não leva em consideração a renovação.

Outros ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Não há ativos intangíveis gerados internamente.

Gastos subsequentes

Capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados nos ativos específicos aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Quando aplicável, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

j) Ativos arrendados

No início de um contrato, a Companhia e suas controladas avaliam se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Os contratos de arrendamentos de áreas portuárias, são considerados como ativos arrendados em contrapartida ao reconhecimento a valor presente das parcelas fixas e variáveis mínimas (movimentações mínimas contratuais) fixadas no contrato de arrendamento, no passivo. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia e suas controladas utilizam a definição de arrendamento no CPC 06 (R2) / IFRS 16.

Notas Explicativas

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia e suas controladas alocam a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia e suas controladas optaram por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e de suas controladas. Geralmente, a Companhia e suas controladas usam sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia e suas controladas determinam sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia e suas controladas alterarem suas avaliações se exercerão uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Notas Explicativas

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido à zero.

A Companhia e suas controladas apresentam ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia e suas controladas optaram por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos circulares, incluindo equipamentos de TI. A Companhia e suas controladas reconhecem os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

(ii) Como arrendador

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia e suas controladas alocam a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes.

Quando a Companhia e suas controladas atuam como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, a Companhia e suas controladas fazem uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a Companhia e suas controladas considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

Quando a Companhia e suas controladas são arrendadores intermediários, contabilizam seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ele avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é um arrendamento circulante que a Companhia e suas controladas, como arrendatários, contabilizam aplicando a isenção descrita acima e classificam o subarrendamento como um arrendamento operacional.

Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, a Companhia e suas controladas aplicarão o CPC 47 / IFRS 15 para alocar a contraprestação no contrato.

A Companhia e suas controladas aplicam os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48 / IFRS 9 ao investimento líquido no arrendamento. A Companhia e suas controladas também revisam regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento.

A Companhia e suas controladas reconhecem os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de 'outras receitas'.

De forma geral, as políticas contábeis aplicáveis a Companhia e suas controladas como arrendador no período comparativo não foram diferentes do CPC 06 (R2) / IFRS 16, exceto para a classificação do subarrendamento celebrado durante o período do relatório atual que resultou em uma classificação de arrendamento financeiro.

Notas Explicativas

k) Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

Ativos financeiros não derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- ativos de contrato.

A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e suas controladas, na avaliação de crédito.

A Companhia e suas controladas presumem que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia e suas controladas consideram um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito da Companhia e suas controladas, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

A Companhia e suas controladas consideram que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de “grau de investimento”:

- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro;
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito.

Notas Explicativas

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia e suas controladas de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia e suas controladas em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não têm expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia e suas controladas adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia e suas controladas fazem uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia e suas controladas não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia e suas controladas para a recuperação dos valores devidos.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio que não tenha vida útil definida, o valor recuperável é testado anualmente.

Notas Explicativas

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

Para fins de análise de *impairment* foram definidas como unidades geradoras de caixa os contratos de concessão portuária, sendo os contratos da Tecon Santos, Tecon Imbituba, Terminal de Carga Geral Imbituba e Terminais de Graneis Líquidos Itaquí alocados na controladora e os contratos Terminal de Veículos - TEV e Tecon Vila do Conde alocados em suas controladas Terminal de Veículos de Santos S.A. e Convicon Contêineres de Vila do Conde S.A, respectivamente. Adicionalmente, também foi definido com uma UGC, as operações de logística realizados unicamente pela sua controlada Santos Brasil Logística S.A. A base para avaliação e testes anuais é 31 de dezembro.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

l) Benefícios a empregados

Transações de pagamentos baseados em ações

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição ("*vesting date*").

Para os prêmios de pagamento baseado em ações que não contenham condições de aquisição ("*non-vesting conditions*"), o valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações é mensurado para refletir tais condições e não são efetuados ajustes posteriores para as diferenças entre os resultados esperados e os reais.

Benefícios de término de vínculo empregatício

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como despesa quando estão comprovadamente comprometidos, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício devido a uma oferta feita para estimular a demissão voluntária. Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso tenha sido feita uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita e o número de funcionários que irão aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável. Caso os benefícios sejam pagáveis por mais de 12 meses após a data de apresentação das demonstrações financeiras, eles são descontados a seus valores presentes.

Notas Explicativas

Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago relativo aos planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros se a Companhia e suas controladas tiverem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em virtude de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação puder ser estimada de maneira confiável.

Plano de contribuição definida

A Companhia e suas controladas fornecem a seus colaboradores benefícios que englobam, basicamente, plano de previdência privada com contribuição definida administrado pela Brasilprev, conforme nota explicativa nº 5.e).

Assistência médica complementar

Os gastos com o plano de assistência médica na aposentadoria são reconhecidos pelo Método da Unidade de Crédito Projetada com base em avaliação atuarial realizada anualmente nas datas de apresentação das demonstrações financeiras. O custo de serviços passados é amortizado pelo método linear pelo período médio até que os benefícios tenham sido adquiridos.

A obrigação com benefícios de assistência médica reconhecida no balanço patrimonial representa o valor presente da obrigação com os benefícios definidos, ajustada por ganhos e perdas atuariais e pelo custo dos serviços passados, conforme nota explicativa nº 27.

m) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se houver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e for provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, conforme avaliação de risco dos assessores legais da Companhia.

n) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, que são reconhecidas no resultado por meio do método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado por meio do método da taxa efetiva de juros.

o) Imposto de renda e contribuição social

Os valores desses tributos do exercício, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas nas datas de apresentação das demonstrações financeiras, e qualquer ajuste nos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação aos prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Notas Explicativas

O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade nem o lucro ou prejuízo tributável; e diferenças relacionadas a investimentos em controladas e entidades controladas quando for provável que elas não revertam em um futuro previsível. Além disso, o imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, com base nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até as datas de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes e eles se relacionem a imposto de renda lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação, estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de apresentação das demonstrações financeiras e serão reduzidos à medida que sua realização não for mais provável.

p) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e da média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito, diluidor nos exercícios apresentados, nos termos do pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação e da norma IAS 33 - Resultado por Ação.

q) Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia e de suas controladas que desenvolvem atividades de negócio das quais podem obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes. .

Os resultados de segmentos incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem, principalmente, ativos institucionais (primariamente a sede da Companhia) e ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social.

r) Demonstrações dos fluxos de caixa

A Companhia optou por classificar os juros pagos e recebidos como fluxo de caixa de financiamento, e os dividendos e juros sobre o capital próprio, recebidos como fluxo de caixa de investimento, opção essa prevista nos termos do pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

s) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado ("DVA") individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Companhias abertas, enquanto para as IFRSs representam informação financeira adicional.

Notas Explicativas

- t) IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro)

Essa interpretação estabelece requisitos de reconhecimento e mensuração em situações onde a Companhia e suas controladas tenham definido durante o processo de apuração dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social) a utilização de tratamentos fiscais incertos, que podem vir a ser questionados pela autoridade fiscal. Em situações onde determinados tratamentos sejam incertos, a Companhia e suas controladas devem definir a probabilidade de aceitação das autoridades fiscais em relação ao tema e apresenta-los em separado, apurando eventual contingência se concluído que a autoridade fiscal não aceitará tal tratamento.

A Administração da Companhia e suas controladas passaram a considerar os aspectos do IFRIC 23 (ICPC 22) e revisou os julgamentos efetuados na apuração do imposto de renda e contribuição social, concluindo não haver tratamentos incertos utilizados em suas demonstrações financeiras, uma vez que todos os procedimentos adotados para o recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação aplicável e precedentes judiciais.

- u) Novos pronunciamentos, interpretações e alterações

Alterações nas normas de contabilidade

A Companhia e suas controladas aplicaram pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia e suas controladas decidiram não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

- Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1);
- IFRS 1 *First-time Adoption of International Financial Reporting Standards* - Subsidiária como adotante pela primeira vez;
- IFRS 9 *Financial Instruments* - Taxas no teste de '10 por cento' para baixa de passivos financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros); e
- IAS 41 *Agriculture* - Tributação em mensuração a valor justo (equivalente ao CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola).

Os pronunciamentos novos ou revisados com validade pela primeira vez nos períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2022 não apresentaram impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Novas normas e pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidas e não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis combinadas, estão descritas a seguir:

- IFRS 17 - Contratos de seguro
- Alterações ao IAS 1 - Classificação de passivos como circulante ou não circulante (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis);
- Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis);
- Alterações ao IAS 1 e IFRS *Practice Statement 2* - Divulgação de políticas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis); e
- Alterações ao IAS 12 - Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis).

Notas Explicativas

A Companhia e suas controladas decidiram não adotar antecipadamente nenhuma norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

4. MUDANÇA VOLUNTÁRIA NA PRÁTICA CONTÁBIL E REAPRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Buscando harmonizar as políticas contábeis aplicadas em todos os contratos de arrendamento portuários em que é concessionária, considerando que os contratos de Itaqui devem observar a prática emanada do pronunciamento técnico CPC 06 (R2) - Arrendamento, a Companhia decidiu de forma voluntária, uniformizar suas políticas contábeis para os contratos de arredamento.

Em razão dessa mudança de práticas contábeis é necessário reapresentar, retrospectivamente, suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício anterior findo em 31 de dezembro de 2021, referente aos demais contratos de arrendamento portuários anteriores a 1º de janeiro de 2019.

Desta forma, todos os contratos passaram a ser apresentados em conformidade com o CPC 06 (R2) - Arrendamento. Consequentemente, foram realizados os devidos reflexos na adoção do pronunciamento, tais como, revisão da taxa incremental de juros, mensuração e desconto a valor presente dos fluxos de pagamentos futuros com inclusão dos PIS e COFINS nas parcelas fixas e variáveis mínimas (movimentações mínimas contratuais) fixadas nos contratos de concessão portuárias, remensurações reavaliadas e adoção do tratamento contábil do PIS e COFINS, conforme ofício circular da CVM nº 02/2019.

Os efeitos na mudança da prática contábil no balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2021, os quais são majoritariamente reclassificações entre ativos e passivos, de forma qualitativa, não geraram efeitos materiais nos saldos de abertura que impactem as demonstrações individuais e consolidadas do resultado e dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

A tabela a seguir resume os impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

Notas Explicativas

a) Balanço patrimonial:

	Individual			Consolidado		
	31 de dezembro de 2021			31 de dezembro de 2021		
	Originalmente apresentado	Efeitos da mudança de política contábil	Reapresentado	Originalmente apresentado	Efeitos da mudança de política contábil	Reapresentado
Ativos						
Outros ativos circulantes	1.061.198	-	1.061.198	1.334.219	-	1.334.219
Ativos circulantes	1.061.198	-	1.061.198	1.334.219	-	1.334.219
Ativo fiscal diferido	63.590	(14.796)	48.794	70.255	(15.988)	54.267
Investimentos	437.147	2.313	439.460	-	-	-
Ativo imobilizado	91.103	1.833.973	1.925.076	264.292	2.118.564	2.382.856
Ativo intangível	2.365.087	(2.258.320)	106.767	2.731.461	(2.583.828)	147.633
Outros ativos não circulantes	334.068	-	334.068	352.090	-	352.090
Total dos ativos não circulantes	3.290.995	(436.830)	2.854.165	3.418.098	(481.252)	2.936.846
Total dos ativos	4.352.193	(436.830)	3.915.363	4.752.317	(481.252)	4.271.065
Passivos e patrimônio líquido						
Circulantes						
Obrigações com poder concedente	153.839	(147.863)	5.976	165.110	(159.134)	5.976
Arrendamento mercantil	394	196.038	196.432	11.271	212.982	224.253
Outros passivos circulantes	315.319	-	315.319	386.429	-	386.429
Total dos passivos circulantes	469.552	48.175	517.727	562.810	53.848	616.658
Não circulantes						
Arrendamento mercantil	1.326	777.317	778.643	57.816	884.521	942.337
Obrigações com poder concedente	1.293.357	(1.293.357)	-	1.450.656	(1.450.656)	-
Outros passivos não circulantes	400.730	-	400.730	493.807	-	493.807
Total dos passivos não circulantes	1.695.413	(516.040)	1.179.373	2.002.279	(566.135)	1.436.144
Patrimônio líquido						
Reserva de lucros	207.683	31.035	238.718	207.683	31.035	238.718
Capital social	1.873.906	-	1.873.906	1.873.906	-	1.873.906
Reserva de capital	62.655	-	62.655	62.655	-	62.655
Dividendos adicionais propostos	33.958	-	33.958	33.958	-	33.958
Ajuste de avaliação patrimonial	9.026	-	9.026	9.026	-	9.026
Total do patrimônio líquido	2.187.228	31.035	2.218.263	2.187.228	31.035	2.218.263
Total dos passivos e do patrimônio líquido	4.352.193	(436.830)	3.915.363	4.752.317	(481.252)	4.271.065

Notas Explicativas

b) Demonstrações do resultado:

	Individual			Consolidado		
	31 de dezembro de 2021			31 de dezembro de 2021		
	Originalmente apresentado	Efeitos da mudança de política contábil	Reapresentado	Originalmente apresentado	Efeitos da mudança de política contábil	Reapresentado
Receita líquida	1.036.505	-	1.036.505	1.534.229	-	1.534.229
Custo dos serviços prestados	(612.803)	21.112	(591.691)	(921.869)	24.752	(897.117)
Lucro bruto	423.702	21.112	444.814	612.360	24.752	637.112
(Despesas) receitas operacionais						
Despesas com vendas	(37.924)	-	(37.924)	(117.534)	-	(117.534)
Provisão para perdas de créditos esperados e perdas de créditos incobráveis	(22.575)	-	(22.575)	(23.502)	-	(23.502)
Despesas gerais e administrativas	(87.534)	-	(87.534)	(105.472)	-	(105.472)
Equivalência patrimonial	56.126	(2.428)	53.698	-	-	-
Outras receitas operacionais	9.259	-	9.259	14.086	-	14.086
Outras despesas operacionais	(2.460)	-	(2.460)	(3.185)	-	(3.185)
Total	(85.108)	(2.428)	(87.536)	(235.607)	-	(235.607)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	338.594	18.684	357.278	376.753	24.752	401.505
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	50.283	-	50.283	61.431	-	61.431
Despesas financeiras	(56.587)	(40.654)	(97.241)	(78.500)	(47.973)	(126.473)
Total do resultado financeiro	(6.304)	(40.654)	(46.958)	(17.069)	(47.973)	(65.042)
(Prejuízo) / lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	332.290	(21.970)	310.320	359.684	(23.221)	336.463
Imposto de renda e contribuição social						
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(66.622)	-	(66.622)	(90.554)	-	(90.554)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	6.064	6.644	12.708	2.602	7.895	10.497
Total do imposto de renda e da contribuição social	(60.558)	6.644	(53.914)	(87.952)	7.895	(80.057)
Lucro / (Prejuízo) líquido do exercício	271.732	(15.326)	256.406	271.732	(15.326)	256.406
Lucro / (Prejuízo) básico por ação - R\$						
Ordinária	0,31517	(0,01778)	0,29739	0,31517	(0,01778)	0,29739
Lucro / (Prejuízo) diluído por ação - R\$						
Ordinária	0,31399	(0,01771)	0,29628	0,31399	(0,01771)	0,29628

c) Demonstrações do resultado abrangente:

	Individual			Consolidado		
	31 de dezembro de 2021			31 de dezembro de 2021		
	Originalmente apresentado	Efeitos da mudança de política contábil	Reapresentado	Originalmente apresentado	Efeitos da mudança de política contábil	Reapresentado
(Prejuízo) / lucro líquido do exercício	271.732	(15.326)	256.406	271.732	(15.326)	256.406
Outros resultados abrangentes	34.429	-	34.429	34.429	-	34.429
Total do resultado abrangente do exercício	306.161	(15.326)	290.835	306.161	(15.326)	290.835

Notas Explicativas

d) Demonstrações dos fluxos de caixa:

	Individual			Consolidado		
	31 de dezembro de 2021			31 de dezembro de 2021		
	Originalmente apresentado	Efeitos da mudança de Política contábil	Reapresentado	Originalmente apresentado	Efeitos da mudança de Política contábil	Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais						
Lucro / (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	332.290	(21.970)	310.320	359.684	(23.221)	336.463
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa e equivalentes de caixa gerados pelas atividades operacionais:						
Juros sobre arrendamento mercantil	111	91.501	91.612	4.724	104.872	109.596
Juros sobre obrigações com poder concedente	46.508	(44.852)	1.656	51.730	(50.074)	1.656
Depreciações e amortizações	139.829	(16.973)	122.856	187.227	(19.813)	167.414
Equivalência patrimonial	(56.126)	2.428	(53.698)	-	-	-
Outros	40.596	-	40.596	56.689	-	56.689
	503.208	10.134	513.342	660.054	11.764	671.818
(Aumento) redução nos ativos operacionais:	(119.198)	-	(119.198)	(141.931)	-	(141.931)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:	59.780	-	59.780	73.388	-	73.388
(Aumento) redução nos ativos operacionais:	443.790	10.134	453.924	591.511	11.764	603.275
Pagamentos obrigações com poder concedente	(77.264)	63.488	(13.776)	(93.252)	79.476	(13.776)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(69.055)	-	(69.055)	(90.854)	-	(90.854)
Baixas de contingências com pagamento	(18.367)	-	(18.367)	(20.717)	-	(20.717)
Fluxo de caixa gerados pelas atividades operacionais	279.104	73.622	352.726	386.688	91.240	477.928
Fluxo de caixa das atividades de investimento						
Fluxo de caixa aplicados nas atividades de investimento	27.261	-	27.261	(21.093)	-	(21.093)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento						
Pagamentos arrendamento mercantil	(601)	(73.622)	(74.223)	(14.931)	(91.240)	(106.171)
Outras variações do fluxo de caixa das atividades de financiamento	(156.793)	-	(156.793)	(171.185)	-	(171.185)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicados nas) atividades de financiamento	(157.394)	(73.622)	(231.016)	(186.116)	(91.240)	(277.356)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa das operações continuadas	148.971	-	148.971	179.479	-	179.479
Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa representado por						
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	460.346	-	460.346	643.861	-	643.861
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	609.317	-	609.317	823.340	-	823.340
	148.971	-	148.971	179.479	-	179.479

Notas Explicativas

e) Demonstração do valor adicionado:

	Individual			Consolidado		
	31 de dezembro de 2021			31 de dezembro de 2021		
	Originalmente apresentado	Efeitos da mudança de Política contábil	Reapresentado	Originalmente apresentado	Efeitos da mudança de Política contábil	Reapresentado
Receitas (despesas)	1.150.486	-	1.150.486	1.730.661	-	1.730.661
Insumos adquiridos de terceiros	(271.895)	-	(271.895)	(524.144)	-	(524.144)
Valor adicionado bruto	878.591	-	878.591	1.206.517	-	1.206.517
Depreciações, amortizações e exaustão	(139.829)	16.973	(122.856)	(187.227)	19.813	(167.414)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	738.762	16.973	755.735	1.019.290	19.813	1.039.103
Valor adicionado recebido em transferência						
Equivalência patrimonial	56.126	(2.428)	53.698	-	-	-
Receitas financeiras	50.283	-	50.283	61.431	-	61.431
	106.409	(2.428)	103.981	61.431	-	61.431
Valor adicionado total a distribuir	845.171	14.545	859.716	1.080.721	19.813	1.100.534
Distribuição do valor adicionado	845.171	14.545	859.716	1.080.721	19.813	1.100.534
Pessoal:	294.911	-	294.911	388.311	-	388.311
Impostos, taxas e contribuições:						
Federais	156.950	(10.783)	146.167	238.732	(12.834)	225.898
Outros	59.211	-	59.211	90.861	-	90.861
	216.161	(10.783)	205.378	329.593	(12.834)	316.759
Remuneração de capital de terceiros:						
Juros	56.587	40.654	97.241	78.500	47.973	126.473
Outros	5.780	-	5.780	12.585	-	12.585
	62.367	40.654	103.021	91.085	47.973	139.058
Remuneração de capital próprio:						
Lucros / (Prejuízo) retidos	13.587	(15.326)	(1.739)	13.587	(15.326)	(1.739)
Outros	258.145	-	258.145	258.145	-	258.145
	271.732	(15.326)	256.406	271.732	(15.326)	256.406

5. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADASa) Dividendos a receber – controladora

	31.12.2022	31.12.2021
Ativo circulante:		
Dividendos a receber:		
Controladas diretas:		
Pará Empreendimentos Financeiros S.A.	4.243	6.266
Terminal de Veículos de Santos S.A.	9.432	4.144
Santos Brasil Logística S.A.	13.352	2.949
	<u>27.027</u>	<u>13.359</u>

b) Outros saldos relevantes

	Controladora		Consolidado (*)	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Ativo circulante:				
Contas a receber de clientes (I)	405	961	815	1.617
Contas correntes (II)	1.202	1.190	1.202	1.190
	<u>1.607</u>	<u>2.151</u>	<u>2.017</u>	<u>2.807</u>
Passivo circulante:				
Fornecedores	410	656	815	1.617
Contas correntes (II)	-	-	1.202	1.190
	<u>410</u>	<u>656</u>	<u>2.017</u>	<u>2.807</u>

(*) Valores eliminados na consolidação

Notas Explicativas

- (I) A Companhia e suas controladas prestam serviços portuários e de transporte entre si em condições comerciais acordadas entre as partes, conforme nota explicativa nº 5.c);
- (II) Referem-se à provisão de despesas com serviços administrativos compartilhados prestados pela Companhia às suas controladas.

c) Prestação de serviço portuário

	31.12.2022		31.12.2021	
	R\$ mil	Contêineres	R\$ mil	Contêineres
<u>Tecon Santos para Santos Brasil Logística</u>				
Entrega imediata de contêineres	2.286	6.593	3.275	10.974
Inspeção não invasiva de contêineres	1.244	24.770	961	18.954
Monitoramento reefers	56	191	188	282
	<u>3.586</u>	<u>31.554</u>	<u>4.424</u>	<u>30.210</u>
<u>Santos Brasil Logística para Tecon Santos</u>				
Transporte de contêineres	7.925	10.748	6.139	7.332
Agenciamento de carga	189	7.028	95	3.532
	<u>8.114</u>	<u>17.776</u>	<u>6.234</u>	<u>10.864</u>

d) Remuneração do pessoal-chave

	Controladora			
	31.12.2022		31.12.2021	
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria
Benefícios circulante	2.887	18.195	1.835	11.251
Outros benefícios	-	1.046	-	655
Plano de opção de compra de ações / Plano de incentivo atrelado a ações	-	6.851	-	5.249
Total	<u>2.887</u>	<u>26.092</u>	<u>1.835</u>	<u>17.155</u>
	Consolidado			
	31.12.2022		31.12.2021	
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria
Benefícios circulante	2.887	20.071	1.846	11.862
Outros benefícios	-	1.123	-	705
Plano de opção de compra de ações / Plano de incentivo atrelado a ações	-	6.851	-	5.249
Total	<u>2.887</u>	<u>28.045</u>	<u>1.846</u>	<u>17.816</u>

Nos valores da remuneração da Diretoria estão incluídos os diretores estatutários e os demais diretores.

Certos diretores são signatários de acordo de confidencialidade e não competição, aprovado pelo Conselho de Administração. No caso de rescisão, há obrigações e benefícios fixados nesse contrato.

Os diretores acionistas possuem 0,60% (0,52% em 31 de dezembro de 2021) das ações com direito a voto da Companhia.

e) Benefícios a colaboradores - Consolidado

A Companhia e suas controladas fornecem a seus colaboradores, benefícios que englobam basicamente plano de previdência privada com contribuição definida administrada pela Brasilprev, seguro de vida, assistência médica, cesta básica, cartão-alimentação, vale-refeição e refeições prontas. Em 31 de dezembro de 2022, os benefícios supramencionados representaram a despesa de R\$67.142 (R\$56.530 em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas

A filial operacional Tecon Santos e as controladas Santos Brasil Logística e Terminal de Veículos/TEV incluem em suas políticas de recursos humanos o Plano de Participação nos Resultados - PPR, sendo elegíveis todos os colaboradores com vínculo empregatício formal não abrangidos por nenhum outro programa de remuneração variável oferecido por elas. As metas e os critérios de definição e distribuição da verba de premiação são acordados entre as partes, incluindo os sindicatos que representam os colaboradores, com objetivos de ganhos de produtividade, de competitividade e de motivação e engajamento dos participantes. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e as demais controladas, tinham provisionado o montante de R\$21.848 (R\$29.010 em 31 de dezembro de 2021).

f) Avais e fianças

A Companhia presta garantias às suas controladas conforme segue:

EUR	31.12.2022	31.12.2021
	R\$ Mil	R\$ Mil
Aval da aquisição de carretas	-	1.227
Aval da aquisição de caminhões	-	1.482
Devedor solidário da aquisição de guindaste	3.635	20.245
Devedor solidário da aquisição de empilhadeira de cheio	678	3.776
Devedor solidário da aquisição de empilhadeira de vazio	271	1.509
	<u>4.584</u>	<u>28.239</u>
		<u>31.686</u>

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a) Caixa e equivalentes de caixa

<u>Saldos</u>	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e saldo em bancos	3.578	2.262	6.481	4.672
Aplicações financeiras	353.753	607.055	608.150	818.668
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>357.331</u>	<u>609.317</u>	<u>614.631</u>	<u>823.340</u>

<u>Natureza das aplicações financeiras</u>	Vencimento	Controladora		Consolidado	
		31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Certificado de depósito bancário - CDB	2022	-	378.024	-	589.637
	2023	256.206	90.841	510.153	90.841
	2024	-	-	450	-
	2025	59.587	63.410	59.587	63.410
		<u>315.793</u>	<u>532.275</u>	<u>570.190</u>	<u>743.888</u>
Fundos de investimento	Indeterminado	37.960	74.780	37.960	74.780
		<u>37.960</u>	<u>74.780</u>	<u>37.960</u>	<u>74.780</u>
Total		<u>353.753</u>	<u>607.055</u>	<u>608.150</u>	<u>818.668</u>

b) Outras aplicações financeiras

	Vencimento	Controladora e Consolidado	
		31.12.2022	31.12.2021
Certificado de depósito bancário - CDB	2022	-	241.296
Total		<u>-</u>	<u>241.296</u>

As taxas médias das aplicações financeiras estão relacionadas à taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e referem-se às remunerações obtidas no período de janeiro a dezembro de 2022. As aplicações em CDB variaram de 97,00% a 108,00% do CDI (97,00% a 108,00% em 31 de dezembro de 2021). As aplicações em fundos de investimento variaram de 108,40% a 109,10% (123,10% a 125,80% em 31 de dezembro de 2021) do CDI.

Notas Explicativas

O “Caixa e Equivalentes de Caixa” e as “Aplicações Financeiras” são mantidos com bancos que possuem *rating* entre BB- e AAA, baseado na agência de *rating* S&P (*Standard & Poor's*).

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Circulante

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Contas a receber de clientes	115.643	163.465	181.674	221.919
Contas a receber de clientes a faturar	10.431	8.282	16.059	11.046
Partes relacionadas (nota explicativa nº 5.b))	405	961	-	-
(-) Provisão para perdas de créditos esperadas	(15.070)	(22.112)	(18.011)	(22.976)
Total	111.409	150.596	179.722	209.989

Em 31 de dezembro de 2022, foi eliminado, para fins de consolidação, o montante de R\$815 (R\$1.617 em 31 de dezembro de 2021), referente aos valores a receber entre a Companhia e suas controladas, decorrente do faturamento de prestação de serviço e dos serviços administrativos compartilhados, conforme nota explicativa nº 5.b).

O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Créditos a vencer	101.499	129.109	163.435	183.019
Créditos em atraso até 60 dias	11.844	20.315	17.781	23.995
Créditos em atraso de 61 a 90 dias	1.498	2.946	1.747	3.108
Créditos em atraso de 91 a 180 dias	2.622	8.357	3.592	10.062
Créditos em atraso de 181 a 360 dias	8.025	9.329	9.900	9.756
Créditos em atraso há mais de 361 dias	991	2.652	1.278	3.025
Total	126.479	172.708	197.733	232.965

Redução por perda do valor recuperável

A provisão para perdas de crédito esperadas é constituída, mediante análise do risco de crédito e do comportamento histórico da inadimplência. Para tanto, são considerados os créditos vencidos e a vencer para cálculo e constituição da provisão.

Os quadros a seguir refletem a variação da provisão para perdas de crédito esperadas e os títulos baixados ao resultado na controladora e no consolidado.

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.2020	11.764	12.254
Adições, líquida de reversões	22.575	23.502
Baixas	(12.227)	(12.780)
Saldo em 31.12.2021	22.112	22.976
Adições, líquida de reversões	12.917	16.107
Baixas	(19.959)	(21.072)
Saldo em 31.12.2022	15.070	18.011

Notas Explicativas**8. ESTOQUES**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Material de manutenção	21.049	18.264	26.426	22.341
Material administrativo	225	310	376	476
Material de segurança	381	218	570	386
Outros	951	919	1.275	1.188
Total	22.606	19.711	28.647	24.391

Os estoques são, quando aplicável, apresentados deduzidos de perdas para ajuste ao seu valor realizável líquido, sendo estes ajustes decorrentes, principalmente, de obsolescência e quando constituídos são reconhecidos no resultado do exercício.

Os materiais mantidos em estoque são utilizados, principalmente, na manutenção de equipamentos operacionais e são reconhecidos no resultado do exercício quando utilizados.

9. PRECATÓRIOS – CONSOLIDADO

	31.12.2022	31.12.2021
Ativo não circulante:		
Precatórios a receber	8.382	6.543
Passivo não circulante:		
Precatórios a repassar para os antigos acionistas, líquidos dos honorários advocatícios (*)	5.956	5.234

(*) Os precatórios estão classificados nos balanços patrimoniais, na rubrica “Outros passivos”, no passivo não circulante.

A controlada Santos Brasil Logística, em 1993, propôs ação de cobrança referente ao serviço prestado de armazenagem de mercadorias e não pago pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. Em 2001, a referida ação foi julgada procedente, transitada em julgado, para ser recebida em dez parcelas anuais, restando em 31 de dezembro de 2022 apenas uma parcela a ser recebida, no montante de R\$6.933 (R\$6.543 em 31 de dezembro de 2021), corrigida conforme índice de atualização monetária dos débitos judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e reconhecida no ativo.

Em 1º de setembro de 2022, a controlada Santos Brasil Logística, firmou contrato de cessão de direitos creditórios com os antigos acionistas controladores para mitigar o custo relacionado à pendência originada de débito de impostos de competência do município de Santos, no estado de São Paulo. A cessão oriunda do processo nº 0203493-71.1998.4.03.6104 em trâmite na 3ª Vara Federal de Santos, no montante de R\$1.409, corrigido conforme SELIC e operará como medida compensatória ao adimplemento de obrigação referente ao débito de Imposto Territorial Predial Urbano - IPTU, no montante de R\$912. O contrato prevê que os valores de diferença dos precatórios recebidos deverão ser repassados aos antigos acionistas controladores. Em 31 de dezembro de 2022, o valor corrigido era de R\$1.449.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o valor do passivo não circulante, no montante de R\$5.956 (R\$5.234 em 31 de dezembro de 2021), foi ajustado considerando a correção monetária. Os contratos preveem que os valores dos precatórios recebidos deverão ser repassados aos antigos controladores. Esses valores são repassados líquidos dos honorários advocatícios a eles associados.

Notas Explicativas**10. TRIBUTOS A RECUPERAR**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	4.203	1.124	5.263	1.233
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	20.459	17.274	21.484	18.205
Créditos de Programa de Integração Social - PIS / Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	-	-	2.422
Outros	84	86	802	389
Total do circulante	24.746	18.484	27.549	22.249

Os créditos consolidados de IRRF, no montante de R\$5.263 (R\$1.233 em 31 de dezembro de 2021), referiam-se, principalmente, a aplicações financeiras do exercício/período vigente da Companhia.

Os créditos consolidados de IRPJ e CSLL, no montante de R\$21.484 (R\$18.205 em 31 de dezembro de 2021), referiam-se, principalmente: (i) as antecipações nas apurações mensais da Companhia, no montante de R\$19.903; (ii) reconhecimento IRPJ e CSLL sobre a SELIC pagos indevidamente pela Companhia, no montante de R\$507, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal ("STF"), no julgamento de mérito do RE nº 1.063.187. Tais créditos serão compensados durante o exercício.

Os créditos consolidados de PIS e COFINS, no montante de R\$2.422 em 31 de dezembro de 2021, referiam-se, principalmente, à controlada Santos Brasil Logística, e são decorrentes do reconhecimento do crédito relativo à exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS, conforme decidido e modulado pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário nº 574.706. Tais créditos foram compensados na apuração de 30 de junho de 2022.

11. INVESTIMENTOS - CONTROLADORA**a) Movimentação dos saldos - a partir de 31 de dezembro de 2020**

	Numeral 80 Participações S.A.	Terminal Portuário de Veículos S.A.	Pará Empreendimentos Financeiros S.A. (Consolidado)	Santos Brasil Logística S.A.	Terminal de Veículos de Santos S.A.	Total
			Reapresentado*		Reapresentado*	Reapresentado*
Saldo em 31 de dezembro de 2020	174	42	109.135	132.750	167.318	409.419
Aporte de capital	-	40	-	-	-	40
Equivalência patrimonial	(92)	(33)	26.056	12.419	15.348	53.698
Dividendos complementares (**)	-	-	(17.079)	-	(1.284)	(18.363)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	(6.266)	(2.949)	(4.144)	(13.359)
Passivo atuarial	-	-	1.312	6.637	76	8.025
Saldo em 31 de dezembro de 2021	82	49	113.158	148.857	177.314	439.460
Aporte de capital	100	40	-	-	-	140
Equivalência patrimonial	(68)	(22)	17.866	56.216	39.714	113.706
Dividendos complementares (***)	-	-	(18.798)	(8.848)	(12.432)	(40.078)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	(4.243)	(13.352)	(9.432)	(27.027)
Passivo atuarial	-	-	160	1.363	11	1.534
Saldo em 31 de dezembro de 2022	114	67	108.143	184.236	195.175	487.735

(*) Conforme nota explicativa nº 4.

(**) Conforme AGO de 30 de abril de 2021.

(***) Conforme AGO de 29 de abril de 2022.

Os dividendos pagos estão sendo apresentados na "Demonstração de Fluxo de Caixa" na rubrica "Atividade de Investimentos".

Notas Explicativas

b) Informações das controladas - posição em 31 de dezembro de 2022

	Numeral 80 Participações S.A. ^(a)	Terminal Portuário de Veículos S.A. ^(a)	Pará Empreendimentos Financeiros S.A. (Consolidado)	Santos Brasil Logística S.A.	Terminal de Veículos de Santos S.A.
Capital social	1.530	570	84.484	126.374	128.751
Quantidade de ações possuídas:					
Ordinárias	1.056.006	570.000	84.484.349	115.935.256	204.269.217
Preferenciais	473.994	-	-	115.935.255	-
(Prejuízo) lucro líquido do período	(68)	(22)	17.866	56.216	39.714
Patrimônio líquido	114	67	108.143	184.236	195.175
Participação no capital social - %	100	100	100	100	100
Participação no patrimônio líquido	114	67	108.143	184.236	195.175
Ativo circulante	-	71	88.961	140.835	108.251
Ativo não circulante	128	-	137.165	203.162	208.582
Total do ativo	128	71	226.126	343.997	316.833
Passivo circulante	14	4	38.613	76.154	30.402
Passivo não circulante	-	-	79.370	83.607	91.256
Total do passivo	14	4	117.983	159.761	121.658
Receita líquida	-	-	139.216	423.304	117.762
(Prejuízo) lucro líquido do período	(68)	(22)	17.866	56.216	39.714

(a) Controladas com atividades operacionais paralisadas.

Notas Explicativas

12. IMOBILIZADO

	Controladora - Reapresentado*												
	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Equipamentos de movimentação de carga	Imobilizações em andamento (**)	Equipamentos de informática	Terrenos	Máquinas, equipamentos e acessórios	Instalações, móveis e utensílios	Veículos	Imóveis	Direito de uso - Aluguéis	Direito de uso - Contratos de Concessão	Outros itens	Total
Taxa média de depreciação (% a.a.)	4,5	7,4	-	20	-	10	10	20	1,7	25,4	2,9 - 6,2	10	
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2021	424.207	212.891	205.316	11.595	39.943	3.762	974	378	1.825	2.265	794.803	71	1.698.030
Movimentações													
Aquisições / transferências	2.761	950	188.722	854	-	391	1.192	-	-	44	137.279	-	332.193
Baixas	-	(1.265)	-	-	-	-	-	-	-	(104)	-	-	(1.369)
Reclassificações (***)	-	-	(100)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(100)
Depreciações	(26.130)	(22.496)	-	(2.849)	-	(1.832)	(372)	(105)	(32)	(532)	(49.306)	(24)	(103.678)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2021	400.838	190.080	393.938	9.600	39.943	2.321	1.794	273	1.793	1.673	882.776	47	1.925.076
Saldos em 31 de dezembro de 2021													
Custo	874.107	568.831	393.938	50.454	39.943	27.507	10.791	1.707	1.955	2.091	1.158.068	347	3.129.739
Depreciação acumulada	(473.269)	(378.751)	-	(40.854)	-	(25.186)	(8.997)	(1.434)	(162)	(418)	(275.292)	(300)	(1.204.663)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2021	400.838	190.080	393.938	9.600	39.943	2.321	1.794	273	1.793	1.673	882.776	47	1.925.076
Taxa média de depreciação (% a.a.)	4,8	7,3	-	20	-	5,8 - 10	10	20	1,7	20,5	2,9 - 20	10	
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2021	400.838	190.080	393.938	9.600	39.943	2.321	1.794	273	1.793	1.673	882.776	47	1.925.076
Movimentações													
Aquisições / transferências	130.107	4.231	99.414	3.933	6.347	48.720	411	-	-	340	333.129	-	626.632
Baixas	-	(150)	(675)	-	(22.440)	-	-	-	-	-	-	-	(23.265)
Reclassificações (***)	-	-	(3.878)	-	-	-	-	-	-	-	(1)	-	(3.879)
Depreciações	(32.267)	(22.340)	-	(2.933)	-	(1.781)	(450)	(92)	(33)	(498)	(74.801)	(24)	(135.219)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2022	498.678	171.821	488.799	10.600	23.850	49.260	1.755	181	1.760	1.515	1.141.103	23	2.389.345
Saldos em 31 de dezembro de 2022													
Custo	1.004.214	571.853	488.799	54.386	23.850	76.228	11.202	1.706	1.956	2.431	1.491.198	345	3.728.168
Depreciação acumulada	(505.536)	(400.032)	-	(43.786)	-	(26.968)	(9.447)	(1.525)	(196)	(916)	(350.095)	(322)	(1.338.823)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2022	498.678	171.821	488.799	10.600	23.850	49.260	1.755	181	1.760	1.515	1.141.103	23	2.389.345

(*) Conforme nota explicativa nº 4.

(**) O valor de adições na rubrica "Imobilizações em andamento" está líquido das transferências efetuadas quando da entrada de bens em operação para os grupos que os representam.

(***) Reclassificações, principalmente, entre imobilizado e intangível.

Notas Explicativas

Direito de uso - Contratos de Concessão

	Direito de uso - Controladora						Total
	Tecon Santos	Tecon Imbituba	TCG Imbituba	Direito de uso - IQI03 (*)	Direito de uso - IQI11 (*)	Direito de uso - IQI12 (*)	
Taxa média de depreciação (% a.a.)	2,9	6,2	5,4	-	-	-	
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2021	483.805	303.787	7.211	-	-	-	794.803
Movimentações							
Aquisições / transferências	48.664	88.391	224	-	-	-	137.279
Depreciações	(18.543)	(30.110)	(653)	-	-	-	(49.306)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2021	513.926	362.068	6.782	-	-	-	882.776
Saldos em 31 de dezembro de 2021							
Custo	659.948	486.011	12.109	-	-	-	1.158.068
Depreciação acumulada	(146.022)	(123.943)	(5.327)	-	-	-	(275.292)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2021	513.926	362.068	6.782	-	-	-	882.776
Taxa média de depreciação (% a.a.)	2,9	6,5	5,4	5 - 20	5 - 20	5 - 20	
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2021	513.926	362.068	6.782	-	-	-	882.776
Movimentações							
Aquisições / transferências	37.274	40.292	437	66.065	111.483	77.578	333.129
Reclassificações (**)	-	(1)	-	-	-	-	(1)
Depreciações	(20.266)	(34.668)	(691)	(6.274)	(7.568)	(5.334)	(74.801)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2022	530.934	367.691	6.528	59.791	103.915	72.244	1.141.103
Saldos em 31 de dezembro de 2022							
Custo	697.222	526.303	12.547	66.065	111.483	77.578	1.491.198
Depreciação acumulada	(166.288)	(158.612)	(6.019)	(6.274)	(7.568)	(5.334)	(350.095)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2022	530.934	367.691	6.528	59.791	103.915	72.244	1.141.103

(*) O Direito de uso referente aos pagamentos iniciais de outorga, as parcelas mensais de arrendamento e a movimentação mínima contratual - MMC são depreciadas a taxa de 5% a.a. e as parcelas anuais de arrendamento depreciadas a taxa de 20% a.a.

(**) Reclassificações, principalmente, entre imobilizado e intangível.

Notas Explicativas

Consolidado - Reapresentado*

	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Equipamentos de movimentação de carga	Imobilizações em andamento (**)	Equipamentos de informática	Terrenos	Máquinas, equipamentos e acessórios	Instalações, móveis e utensílios	Veículos	Imóveis	Direito de uso - Aluguéis	Direito de uso - Contratos de Concessão	Outros itens	Total
Taxa média de depreciação (% a.a.)	4,8	7,9	-	20	-	10	10	20	1,7 - 2,2	9,7 - 26,1	2,9 - 6,5	10	
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2021	452.363	256.210	228.549	15.698	66.368	7.257	11.925	378	19.404	39.610	1.017.580	92	2.115.434
Movimentações													
Aquisições / transferências	16.420	11.076	185.136	2.521	-	1.689	2.647	-	-	37.041	160.703	76	417.309
Baixas	-	(1.673)	-	-	-	(11)	-	-	-	(104)	-	-	(1.788)
Reclassificações (***)	-	-	(178)	-	-	-	-	-	-	(1)	-	-	(179)
Depreciações	(29.041)	(28.423)	-	(3.941)	-	(2.824)	(3.970)	(105)	(536)	(12.149)	(66.891)	(40)	(147.920)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2021	439.742	237.190	413.507	14.278	66.368	6.111	10.602	273	18.868	64.397	1.111.392	128	2.382.856
Saldos em 31 de dezembro de 2021													
Custo	944.736	689.255	413.507	65.427	66.368	47.212	60.356	1.895	27.137	95.492	1.515.449	839	3.927.673
Depreciação acumulada	(504.994)	(452.065)	-	(51.149)	-	(41.101)	(49.754)	(1.622)	(8.269)	(31.095)	(404.057)	(711)	(1.544.817)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2021	439.742	237.190	413.507	14.278	66.368	6.111	10.602	273	18.868	64.397	1.111.392	128	2.382.856
Taxa média de depreciação (% a.a.)	5,2	7,8	-	20	-	5,8 - 10	10	20	1,7 - 2,2	11,7 - 27,2	2,9 - 6,6	10	
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2021	439.742	237.190	413.507	14.278	66.368	6.111	10.602	273	18.868	64.397	1.111.392	128	2.382.856
Movimentações													
Aquisições / transferências	179.817	6.090	94.100	8.759	6.347	50.465	1.474	-	-	6.865	347.621	18	701.556
Baixas	-	(1.689)	(675)	(2)	(22.440)	(12)	-	-	-	-	-	-	(24.818)
Reclassificações (***)	-	-	(4.840)	-	-	-	-	-	(2)	(1)	(2)	-	(4.845)
Depreciações	(36.027)	(28.766)	-	(4.702)	-	(2.796)	(3.251)	(92)	(538)	(13.190)	(93.511)	(45)	(182.918)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2022	583.532	212.825	502.092	18.333	50.275	53.768	8.825	181	18.328	58.071	1.365.500	101	2.871.831
Saldos em 31 de dezembro de 2022													
Custo	1.124.551	689.985	502.092	73.812	50.275	97.650	61.829	1.894	27.137	90.308	1.863.071	854	4.583.458
Depreciação acumulada	(541.019)	(477.160)	-	(55.479)	-	(43.882)	(53.004)	(1.713)	(8.809)	(32.237)	(497.571)	(753)	(1.711.627)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2022	583.532	212.825	502.092	18.333	50.275	53.768	8.825	181	18.328	58.071	1.365.500	101	2.871.831

(*) Conforme nota explicativa nº 4.

(**) O valor de adições na rubrica "Imobilizações em andamento" está líquido das transferências efetuadas quando da entrada de bens em operação para os grupos que os representam. O montante consolidado de R\$502.092 é composto por: (i) R\$488.799 referente a investimentos da Companhia, aplicados principalmente, na expansão do Tecon Santos e nos Terminais de Granéis Líquidos de Itaqui; (ii) R\$11.215 referente a controlada Santos Brasil Logística; (iii) R\$1.661 referente a controlada Convicon; e (iv) R\$417 referente a controlada Terminal de Veículos/TEV.

(***) Reclassificações, principalmente, entre imobilizado e intangível.

Notas Explicativas

Direito de uso - Contratos de Concessão

	Direito de uso - Consolidado								Total
	Tecon Santos	Tecon Imbituba	TCG Imbituba	Direito de uso - IQI03 (*)	Direito de uso - IQI11 (*)	Direito de uso - IQI12 (*)	Tecon Vila do Conde	Terminal de Veículos/ TEV	
Taxa média de depreciação (% a.a.)	2,9	6,2	5,4	-	-	-	6,5	4,8	
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2021	483.805	303.789	7.211	-	-	-	21.895	200.880	1.017.580
Movimentações									
Aquisições / transferências	48.664	88.391	224	-	-	-	2.405	21.019	160.703
Depreciações	(18.543)	(30.111)	(653)	-	-	-	(1.734)	(15.850)	(66.891)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2021	513.926	362.069	6.782	-	-	-	22.566	206.049	1.111.392
Saldos em 31 de dezembro de 2021									
Custo	659.948	486.012	12.109	-	-	-	26.733	330.647	1.515.449
Depreciação acumulada	(146.022)	(123.943)	(5.327)	-	-	-	(4.167)	(124.598)	(404.057)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2021	513.926	362.069	6.782	-	-	-	22.566	206.049	1.111.392
Taxa média de depreciação (% a.a.)	2,9	6,5	5,4	5 - 20	5 - 20	5 - 20	6,6	4,9	
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2021	513.926	362.069	6.782	-	-	-	22.566	206.049	1.111.392
Movimentações									
Aquisições / transferências	37.274	40.292	437	66.065	111.483	77.578	4.173	10.319	347.621
Reclassificações (**)	-	(2)	-	-	-	-	-	-	(2)
Depreciações	(20.266)	(34.668)	(691)	(6.274)	(7.568)	(5.334)	(2.067)	(16.643)	(93.511)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2022	530.934	367.691	6.528	59.791	103.915	72.244	24.672	199.725	1.365.500
Saldos em 31 de dezembro de 2022									
Custo	697.222	526.303	12.547	66.065	111.483	77.578	30.907	340.966	1.863.071
Depreciação acumulada	(166.288)	(158.612)	(6.019)	(6.274)	(7.568)	(5.334)	(6.235)	(141.241)	(497.571)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2022	530.934	367.691	6.528	59.791	103.915	72.244	24.672	199.725	1.365.500

(*) O Direito de uso referente aos pagamentos iniciais de outorga, as parcelas mensais de arrendamento e a movimentação mínima contratual - MMC são depreciadas a taxa de 5% a.a. e as parcelas anuais de arrendamento depreciadas a taxa de 20% a.a.

(**) Reclassificações, principalmente, entre imobilizado e intangível.

Notas Explicativas

Perdas por desvalorização de ativo

Em 31 de dezembro de 2022, foi efetuado teste de recuperação das UGCs, com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados (valor em uso) das UGCs considerando o orçamento anual para o exercício de 2023 e o planejamento de longo prazo até o final dos contratos de concessão portuária de cada respectiva UGC, elaborado com as seguintes premissas mais relevantes:

Taxa de crescimento dos próximos 5 anos:	2023	2024	2025	2026	2027
Tecon Santos, Tecon (i)	6,3%	5,3%	5,3%	5,4%	5,4%
Tecon Imbituba (ii)	4,5%	140,5%	8,8%	9,0%	9,2%
Terminal de Carga Geral Imbituba (iii)	6,9%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%
Terminais de Graneis Líquidos Itaqui (iv)	38,9%	94,9%	53,5%	2,6%	1,9%
Terminal de Veículos/TEV (v)	-1,5%	2,8%	2,8%	2,9%	3,0%
Tecon Vila do Conde (vi)	13,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

(i) Crescimento de volumes do Tecon Santos acompanhando o crescimento a correlação do crescimento do Porto de Santos e PIB brasileiro;

(ii) Crescimento dos volumes de operações de cais e armazenagem alfandegada, crescendo, principalmente em 2024, com o início de operações alocadas em novos navios tipo New-Panamax;

(iii) Crescimento de volumes acompanhando o crescimento do PIB brasileiro;

(iv) Volume crescendo com o início das operações e aumento gradual da ocupação e capacidade dos Terminais ao longo dos anos;

(v) Volume de importação atrelado a projeção do crescimento do PIB e de exportação atrelado ao crescimento histórico;

(vi) Sem consideração de crescimento de volume de maneira conservadora;

- Gestão de custos com foco no crescimento de eficiência e redução dos custos unitários;
- Taxa real de desconto aplicada no conceito de fluxo de caixa descontado, tendo o *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* - EBITDA como fluxo de entrada de recursos e o valor em uso dos bens ao ativo imobilizado e intangível como fluxos de saída de recursos;
- Na data-base de 31 de dezembro de 2022 foi tomado o montante dos ativos operacionais, no qual está inserido o valor líquido do direito de exploração.

	31.12.2022	31.12.2021
Taxa de desconto:	7,96%	7,96%

A taxa de desconto utilizada se deu por meio das taxas WACC divulgadas pelas entidades financeiras que acompanham a Companhia com dados de mercados atualizados.

O valor recuperável estimado das UGCs são superiores ao valor dos ativos operacionais, incluindo os ativos divulgados nesta nota explicativa acima e na nota explicativa nº 11, em 31 de dezembro de 2022. A Administração não espera impacto quanto ao valor recuperável, com base nas premissas adotadas / utilizadas para o cálculo.

Os custos dos empréstimos e financiamentos capitalizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram de R\$32.588 (R\$14.866 em 31 de dezembro de 2021) referentes aos empréstimos e financiamentos não diretamente atribuíveis as imobilizações da Companhia com taxa média de juros de 14,03% a.a. e 5,70% a.a., respectivamente, conforme notas explicativas nº 14 e 15. A controlada Tecon Vila do Conde possui equipamentos que foram dados em garantia aos financiamentos das respectivas aquisições (Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais - FINAME). O valor de custo desses ativos foi de R\$3.387 (R\$3.387 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia possui um equipamento do tipo guindaste sobre rodas ("*Rubber Tyred Gantry* - RTG"), dado em garantia na Ação Trabalhista nº 369/03 em andamento, que, em 31 de dezembro de 2022, tinha o valor contábil de R\$348 (R\$416 em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas

13. INTANGÍVEL

	Controladora - Reapresentado*							-
	Vida útil definida							
	Direito de exploração (a)		Ágio de incorporação			Softwares	Outros intangíveis	
Saboó 42.000m2 (***)	Saboó 64.412m2 (***)	Santos-Brasil S.A.	Pará Empreendimentos	TCG Imbituba	Sistema de processamento de dados	Intangível em andamento (****)	Total	
Taxa de amortização (%)	55	62	3,1	6,3	4,4	20	-	
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2020	1.960	-	66.912	2.193	9.380	5.971	4.492	90.908
Movimentações								-
Aquisições/transferências	11.183	4.784	-	-	-	4.354	12.960	33.281
Reclassificações (**)	-	-	-	-	-	100	-	100
Amortizações	(8.966)	(2.983)	(2.486)	(172)	(828)	(2.087)	-	(17.522)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2021	4.177	1.801	64.426	2.021	8.552	8.338	17.452	106.767
Saldos em 31 de dezembro de 2021								
Custo	16.193	4.783	321.264	37.760	18.983	33.352	17.452	449.787
Amortização acumulada	(12.016)	(2.982)	(256.838)	(35.739)	(10.431)	(25.014)	-	(343.020)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2021	4.177	1.801	64.426	2.021	8.552	8.338	17.452	106.767
Taxa de amortização (%)	43	52	3,1	6,3	4,4	20	-	
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2021	4.177	1.801	64.426	2.021	8.552	8.338	17.452	106.767
Movimentações								
Aquisições/transferências	12.331	5.273	-	-	-	8.623	7.559	33.786
Reclassificações (**)	-	-	-	-	-	3.881	-	3.881
Amortizações	(12.345)	(5.279)	(2.486)	(172)	(828)	(2.622)	-	(23.732)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2022	4.163	1.795	61.940	1.849	7.724	18.220	25.011	120.702
Saldos em 31 de dezembro de 2022								
Custo	28.525	10.058	321.264	37.760	18.983	45.855	25.011	487.456
Amortização acumulada	(24.362)	(8.263)	(259.324)	(35.911)	(11.259)	(27.635)	-	(366.754)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2022	4.163	1.795	61.940	1.849	7.724	18.220	25.011	120.702

(*) Conforme nota explicativa nº 4.

(**) Reclassificações, principalmente, entre imobilizado e intangível.

(***) Direito de exploração com vigência de 6 (seis) meses, renovado por mais 6 (seis) meses a partir de novembro de 2022.

(****) O montante de R\$25.011 refere-se a investimentos com desenvolvimento de sistemas.

Notas Explicativas

Consolidado - Reapresentado*

	Vida útil definida							Vida útil indefinida	Total
	Direito de exploração (a)		Ágio de incorporação			Softwares	Outros intangíveis	Ágio nas aquisições (b)	
	Saboó 42.000m2 (****)	Saboó 64.412m2 (****)	Santos-Brasil S.A.	Pará Empreendimentos	TCG Imbituba	Sistema de processamento de dados	Intangível em andamento (*****)	Santos Brasil Logística (**)	
Taxa de amortização (%)	55	62	3,1	6,3	4,4	20	-	-	
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2020	1.960	-	66.912	2.193	9.380	6.759	5.163	39.465	131.832
Movimentações									
Aquisições/transferências	11.183	4.784	-	-	-	5.207	12.290	-	33.464
Reclassificações (***)	-	-	-	-	-	177	-	-	177
Amortizações	(8.966)	(2.983)	(2.486)	(172)	(828)	(2.405)	-	-	(17.840)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2021	4.177	1.801	64.426	2.021	8.552	9.738	17.453	39.465	147.633
Saldos em 31 de dezembro de 2021									
Custo	16.193	4.783	321.264	37.760	18.983	44.213	17.453	47.576	508.225
Amortização acumulada	(12.016)	(2.982)	(256.838)	(35.739)	(10.431)	(34.475)	-	(8.111)	(360.592)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2021	4.177	1.801	64.426	2.021	8.552	9.738	17.453	39.465	147.633
Taxa de amortização (%)	43	52	3,1	6,3	4,4	20	-	-	
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2021	4.177	1.801	64.426	2.021	8.552	9.738	17.453	39.465	147.633
Movimentações									
Aquisições/transferências	12.331	5.273	-	-	-	8.694	8.556	-	34.854
Reclassificações (***)	-	-	-	-	-	4.842	-	-	4.842
Amortizações	(12.345)	(5.279)	(2.486)	(172)	(828)	(3.115)	-	-	(24.225)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2022	4.163	1.795	61.940	1.849	7.724	20.159	26.009	39.465	163.104
Saldos em 31 de dezembro de 2022									
Custo	28.525	10.058	321.264	37.760	18.983	57.747	26.009	47.576	547.922
Amortização acumulada	(24.362)	(8.263)	(259.324)	(35.911)	(11.259)	(37.588)	-	(8.111)	(384.818)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2022	4.163	1.795	61.940	1.849	7.724	20.159	26.009	39.465	163.104

(*) Conforme nota explicativa nº 4.

(**) Amortização acumulada até 31 de dezembro de 2008.

(***) Reclassificações, principalmente, entre imobilizado e intangível.

(****) Direito de exploração com vigência de 6 (seis) meses, renovado por mais 6 (seis) meses a partir de novembro de 2022.

(*****) O montante consolidado de R\$26.009 são referentes a investimentos com desenvolvimento de sistemas e está composto por: (i) R\$25.012 da Companhia; e (ii) R\$997 da controlada Convicon.

Notas Explicativas

(a) Direitos de exploração

Os direitos de exploração são referentes às parcelas que compuseram os valores pagos pela exploração comercial das instalações portuárias relacionadas, Saboó, desde 15 de maio de 2020 e sendo amortizados pelos prazos dos respectivos contratos de arrendamento.

(b) Ágio nas aquisições

O fundamento econômico do ágio de aquisição da Santos Brasil Logística é o de expectativa de rentabilidade futura e, até 31 de dezembro de 2008, foi amortizado tendo como base o seu aproveitamento fiscal em cinco anos, conforme as regras legais aplicáveis. A partir de 1º de janeiro de 2009, sua amortização foi interrompida, tendo em vista que as operações relacionadas não têm prazo definido; todavia, sua recuperação é testada anualmente e, se necessária, uma provisão é registrada.

Para o propósito de teste de redução ao valor recuperável, o ágio foi alocado ao segmento de negócio de logística - Santos Brasil Logística, por corresponder ao nível mais baixo da UGC. O ágio é monitorado para os propósitos da Administração interna, nunca acima dos segmentos operacionais da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2022, foi efetuado teste de recuperação, com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados (valor em uso) da UGC considerando o orçamento anual para o exercício de 2023 e o planejamento de longo prazo até 2027 + perpetuidade, elaborado para a controlada Santos Brasil Logística, a qual representa o segmento de negócio de logística, com as seguintes premissas mais relevantes:

- A expectativa da taxa de crescimento de volume para os CLIA's é de 11,5% para 2023;
- Projeção de crescimento de volumes no Centro de Distribuição de 6,6% em 2023;
- Em 2023 as unidades de Transportes consolidadas crescerão 19,2%;
- Para os demais anos, não foi projetado crescimento de volumes para nenhum negócio;
- Concentração nas ações em custos com ganhos de eficiência e renegociações com clientes (tarifas ou mix de cargas);
- Taxa real de desconto aplicada no conceito de fluxo de caixa descontado, tendo o *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* - EBITDA (LAJIDA) como fluxo de entrada de recursos e o valor em uso dos bens ao ativo imobilizado e intangível como fluxos de saída de recursos;
- Na data-base de 31 de dezembro de 2022 foi tomado o montante dos ativos operacionais, no qual está inserido o valor líquido do ágio.

	31.12.2022	31.12.2021
Taxa de desconto:	7,96%	7,96%

A taxa de desconto utilizada se deu por meio das taxas WACC divulgadas pelas entidades financeiras que acompanham a Companhia com dados de mercados.

O valor recuperável estimado da unidade logística é superior ao valor dos ativos operacionais, nesta nota explicativa e na nota explicativa nº 11 em 31 de dezembro de 2022, nos quais está inserido o ágio. A Administração não espera impacto quanto ao valor recuperável, com base nas premissas adotadas / utilizadas para o cálculo.

Notas Explicativas

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Juros	Atualizações	Amortização	Controladora		Moeda da Transação
				31.12.2022	31.12.2021	
Moeda nacional:						
NCE (a)	2,75% a.a.	CDI	Semestral	-	20.091	R\$
Total				-	20.091	
(-) Circulante				-	(20.091)	
	Juros	Atualizações	Amortização	Consolidado		Moeda da Transação
				31.12.2022	31.12.2021	
Moeda nacional:						
FINAME	TLP + 4,60% a.a.	UMSELIC	Mensal	158	788	R\$
NCE (a)	2,75% a.a.	CDI	Semestral	-	20.091	R\$
				158	20.879	
Moeda estrangeira:						
FINIMP (*)	EURIBOR + 3,02% a.a.	Variação cambial	Semestral	6.494	12.228	€
				6.494	12.228	
Total				6.652	33.107	
(-) Circulante				(4.524)	(25.710)	
Não circulante				2.128	7.397	

(*) O FINIMP da controlada Tecon Vila do Conde possui *covenants*, vide principais compromissos e cálculo a seguir.

- (a) Em 22 de junho de 2018 foi celebrado o aditamento da operação NCE - Nota de Crédito à Exportação com o Banco Itaú alterando o vencimento de junho de 2020 para junho de 2021, referente captação de R\$100.000, realizada em 21 de junho de 2017. Também houve alteração no percentual da taxa acrescida do CDI, alterando de 2,00% a.a. para 1,85% a.a.

Em 22 de junho de 2020 foi celebrado o segundo aditivo da operação NCE - Nota de Crédito à Exportação com o Banco Itaú prorrogando o prazo final da dívida de junho de 2021 para junho de 2022. A taxa acrescida do CDI também foi alterada de 1,85% a.a. para 2,75% a.a. Em 17 de junho de 2022 a operação foi liquidada.

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira têm os juros acrescidos do IRRF na remessa, conforme previsão contratual.

A movimentação de empréstimos e financiamentos está demonstrada no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Saldo inicial	20.091	60.142	33.107	78.819
Juros e custos apropriados	150	715	521	1.420
Juros capitalizados (*)	1.111	2.553	1.111	2.553
Variação monetária e cambial	-	-	(1.537)	(7)
(-) Amortização da dívida	(20.000)	(40.038)	(24.778)	(45.624)
(-) Juros pagos (**)	(1.352)	(3.281)	(1.772)	(4.054)
Saldo final	-	20.091	6.652	33.107

(*) Juros capitalizados, conforme nota explicativa nº12.

(**) Os juros pagos estão sendo apresentados na "Demonstração de Fluxo de Caixa" na rubrica "Atividade de Financiamentos".

O FINIMP da controlada Tecon Vila do Conde, possui *covenant*, a ser apurado pela Companhia, decorrente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA, cujo quociente deverá ser igual ou inferior a 2,5 (vezes), tendo por base as Demonstrações Financeiras Consolidadas auditadas da Companhia. Em 31 de dezembro de 2022, o resultado do índice foi atingido.

Notas Explicativas

Garantias

Garantias concedidas

	Vencimento	Moeda	Garantias
FINAME	Fevereiro/23	R\$	Equipamento objeto da transação (a)
FINAME	Abril/23	R\$	Equipamento objeto da transação (a)

(a) Conforme nota explicativa nº 12.

Os demais empréstimos e financiamentos não possuem garantias.

Garantias obtidas

Na data-base de 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía nenhuma garantia tomada decorrente das operações em aberto nem de nenhuma outra operação existente.

Em 31 de dezembro de 2022, a dívida não circulante tinha a seguinte estrutura de vencimento:

	Consolidado 2024
FINIMP	2.128
Total	2.128

15. DEBÊNTURES

	Juros	Atualizações	Amortização	Controladora		Consolidado	
				31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Debêntures (a)	0,7% a 1% a.a.	CDI	Anual	274.458	303.497	274.458	303.497
Debêntures (b)	4,2% a.a.	IPCA	Semestral	-	-	53.957	56.631
				<u>274.458</u>	<u>303.497</u>	<u>328.415</u>	<u>360.128</u>
(-) Circulante				(42.355)	(38.924)	(48.614)	(44.869)
Não circulante				232.103	264.573	279.801	315.259

(a) Em 20 de fevereiro de 2019, foi aprovado pelo Conselho de Administração a realização da 4ª emissão, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações, em até 2 séries, da espécie quirografária, no montante total de R\$300.000.

Em 26 de abril de 2019, foi finalizado o Procedimento de *Bookbuilding* e em 30 de abril de 2019 a operação foi liquidada. A tabela abaixo apresenta um resumo contendo as condições finais obtidas e a alocação das Debêntures entre as séries da Emissão:

Série	Vencimento	Taxa final (<i>Bookbuilding</i>)	Volume Alocado (R\$)
1ª Série	25 de março de 2024	CDI + 0,70% a.a.	100.000
2ª Série	25 de março de 2026	CDI + 1,00% a.a.	200.000

(b) Em 25 de outubro de 2019, foi aprovado em assembleia geral extraordinária de acionistas da controlada indireta Tecon Vila do Conde, a realização da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, no montante total de R\$60.000. As debêntures contarão com o incentivo previsto no artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

Em 26 de agosto de 2019, o Conselho de Administração da controladora Santos Brasil deliberou a concessão de garantia para a realização da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, no montante total de R\$60.000. A operação foi liquidada em 03 de dezembro de 2019.

Notas Explicativas

A tabela abaixo apresenta um resumo contendo as condições finais das Debêntures:

Série	Vencimento	Taxa final	Volume Alocado (R\$)
Série única	17 de novembro de 2031	IPCA + 4,20% a.a.	60.000

A movimentação das debêntures está demonstrada no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Saldo inicial	303.497	298.376	360.128	354.375
(-) Custo das captações	(22)	(17)	(22)	(27)
Valor líquido captado	303.475	298.359	360.106	354.348
Juros e custos apropriados	4.897	4.314	7.545	6.991
Juros capitalizados (*)	31.477	12.313	31.477	12.313
Variação monetária s/ principal	-	-	3.220	5.988
(-) Amortização da dívida	(33.330)	-	(39.399)	(5.550)
(-) Juros pagos (**)	(32.061)	(11.489)	(34.534)	(13.962)
Saldo final	274.458	303.497	328.415	360.128

(*) Juros capitalizados, conforme nota explicativa nº12.

(**) Os juros pagos estão sendo apresentados na "Demonstração de Fluxo de Caixa" na rubrica "Atividade de Financiamentos".

Com base na cláusula 6.27.2, inciso XXI, da Escritura da Quarta Emissão da Santos Brasil e na cláusula 7.1.2, inciso II, da Escritura da Primeira Emissão da Convicon, a não observância do índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA ajustado (conforme definido abaixo), que deverá ser igual ou inferior a 3,0 vezes, poderá acarretar o vencimento das obrigações decorrentes das Debêntures. O índice financeiro deve ser apurado trimestralmente, tendo por base as Demonstrações financeiras Consolidadas da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2022 o índice financeiro estava sendo atendido, conforme segue:

	Consolidado
	31.12.2022
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	614.631
Passivo	
Empréstimos e financiamentos	6.652
Debêntures	328.415
Arrendamento mercantil	62.984
Swap	1.628
Dívida líquida	(214.952)
EBITDA ajustado (*)	685.673
Dívida líquida / EBITDA ajustado igual ou inferior a 3,0 vezes	0,31

(*) Para fins de apuração do índice financeiro, "EBITDA ajustado" significa, com base nas Demonstrações financeiras Consolidadas da Companhia relativas aos 4 (quatro) trimestres imediatamente anteriores, o resultado de EBITDA menos as linhas da demonstração do fluxo de caixa relativas aos pagamentos sobre obrigações com poder concedente e pagamentos de arrendamento mercantil (relacionadas somente às concessões, conforme notas explicativas nº 17 e 18.b)) referente às parcelas fixa e variável mínima dos contratos de arrendamento. A dívida também não contempla os saldos a pagar referentes aos contratos de arrendamentos junto ao poder concedente.

Notas Explicativas**16. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS**

Contingências	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Provisão trabalhista (a)	16.852	20.633	21.507	23.188
Provisão para processo Fator Acidentário de Prevenção - FAP (b)	9.729	9.094	12.487	11.671
Provisão tributária (d)	1.675	1.675	2.179	4.999
Outros processos	1.981	2.313	2.515	3.365
Total	30.237	33.715	38.688	43.223

Depósitos judiciais	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Relativos às contingências:				
Processos trabalhistas (a)	3.027	3.467	3.350	3.867
Processo FAP (b)	6.230	5.857	7.820	7.354
Processo CADE - multa (c)	2.479	2.372	2.479	2.372
Processo CADE - faturamento TRA (c)	249.031	226.574	249.031	226.574
Outros processos	130	130	130	130
Outros depósitos judiciais (e)	50.486	39.949	57.200	46.559
Subtotal	311.383	278.349	320.010	286.856
Relativo aos fornecedores:				
SCPar Porto de Imbituba S.A. ("SCPar") (f)	25.555	15.083	25.555	15.083
OGMO - Órgão de Gestão de Mão de Obra (g)	-	16.582	-	16.582
Subtotal	25.555	31.665	25.555	31.665
Total	336.938	310.014	345.565	318.521

(a) Trabalhista

Referem-se a processos de responsabilidade: (i) da filial operacional Tecon Santos, provisionados no montante de R\$16.852 (R\$20.633 em 31 de dezembro de 2021), para os quais existem depósitos judiciais de R\$3.027 (R\$3.467 em 31 de dezembro de 2021) e 17 seguros garantindo o montante de R\$140.841 (R\$122.815 em 31 de dezembro de 2021); (ii) da controlada Santos Brasil Logística, provisionados no montante de R\$2.147 (R\$2.115 em 31 de dezembro de 2021), para os quais existem depósitos judiciais de R\$252 (R\$351 em 31 de dezembro de 2021) e 2 seguros garantindo o montante de R\$43 (R\$43 em 31 de dezembro de 2021); e (iii) da controlada Tecon Vila do Conde, provisionados no montante de R\$2.508 (R\$441 em 31 de dezembro de 2021), para os quais existem depósitos judiciais de R\$71 (R\$49 em 31 de dezembro de 2021) e 8 seguros garantindo o montante de R\$2.706 (R\$3.472 em 31 de dezembro de 2021).

(b) Fator Acidentário de Prevenção - FAP

O provisionamento refere-se às impugnações administrativas apresentadas perante o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em razão da nova sistemática de cálculo da contribuição previdenciária, baseada na criação de índice multiplicador denominado FAP, calculado principalmente com base no número de acidentes do trabalho ocorridos nas empresas e de afastamentos de funcionários em comparação com as empresas que exercem a mesma atividade econômica (Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE). Diante da manutenção da cobrança, foi ajuizada medida cautelar requerendo autorização para o depósito judicial e suspensão da exigibilidade do crédito tributário referente ao FAP do ano 2010. A liminar foi deferida autorizando o depósito integral dos créditos da controladora, no montante de R\$6.230 (R\$5.857 em 31 de dezembro de 2021), e de suas controladas composto de: (i) R\$1.489 (R\$1.401 em 31 de dezembro de 2021) - Santos Brasil Logística; (ii) R\$72 (R\$68 em 31 de dezembro de 2021) - Tecon Vila do Conde; e (iii) R\$29 (R\$28 em 31 de dezembro de 2021) - Terminal de Veículos/TEV. Posteriormente, foi ajuizada ação ordinária para discussão da constitucionalidade e legalidade do FAP. Também foram ajuizadas ações ordinárias referentes ao FAP do ano 2011 da Santos Brasil Logística e ao FAP de 2012 da Santos Brasil Participações S.A., visando à suspensão da exigibilidade do débito mediante a realização de depósitos judiciais.

Notas Explicativas

(c) CADE

Os depósitos relacionados ao CADE referem-se ao processo 08012.07443/99-17 que tramitou nesse órgão sobre acusação de possíveis condutas infringentes à ordem econômica, envolvendo várias empresas exploradoras de cais arrendado ou administração privada, inclusive a filial operacional Tecon Santos. O processo teve por objeto a legalidade da cobrança dos serviços de segregação e entrega de contêineres (SSE) efetuada contra os Terminais Retroportuários Alfandegados - TRAs. O processo foi julgado e a Companhia condenada no âmbito do CADE a: (i) multa pecuniária; e (ii) interrupção da cobrança feita aos TRAs. Em razão da decisão administrativa, a Companhia ingressou com ação judicial (item 14 do formulário de referência) e obteve decisões favoráveis de mérito em primeira e segunda instância para anular a penalidade imposta pelo CADE e declarar a legalidade da cobrança do Serviço de Segregação e Entrega, o que possibilitou à Companhia (i) dispor dos valores faturados, que não mais deverão ser depositados; (ii) cobrar os valores retroativos de faturamentos que estavam represados; e (iii) requerer judicialmente o levantamento dos depósitos judiciais dos serviços. Antes disso, a Companhia obteve liminar para retomar a cobrança mediante depósitos judiciais integrais dos valores cobrados e do valor integral da multa pecuniária aplicada pelo CADE, o que foi feito, resultando em depósitos judiciais nos valores de R\$161.234 (R\$150.619 em 31 de dezembro de 2021) e R\$2.479 (R\$2.372 em 31 de dezembro de 2021), respectivamente. Frise-se, ainda, que nesta mesma ação estão sendo depositados os tributos decorrentes do faturamento (PIS, COFINS, IRPJ e CSLL) cujo montante é de R\$76.467 (R\$65.733 em 31 de dezembro de 2021). Para maiores informações sobre o processo, verificar o Item 4.3, Processo 14 do Formulário de Referência. Sobre tais serviços ainda incide o Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN, sendo que os mesmos foram depositados judicialmente pela Companhia, com valores totais já depositados de R\$11.330 (R\$10.222 em 31 de dezembro de 2021). Os impostos incidentes sobre o faturamento TRA, no montante de R\$74.514 (R\$63.991 em 31 de dezembro de 2021), estão classificados no passivo não circulante.

(d) Tributária

O provisionamento consolidado, no montante de R\$2.179 (R\$4.999 em 31 de dezembro de 2021), refere-se, principalmente: (i) à ação anulatória de débitos fiscais, no montante de R\$1.675; e (ii) outros processos, no montante de R\$504.

(e) Outros processos

Os depósitos judiciais classificados como outros, relacionados à controladora, estão compostos de: (i) depósito referente ao alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS nos exercícios de 1999 a 2003, nos montantes de R\$1.582 (R\$1.530 em 31 de dezembro de 2021) e R\$10.045 (R\$9.702 em 31 de dezembro de 2021), respectivamente, cujas provisões foram estornadas; (ii) questionamento da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF sobre a transferência dos empréstimos no processo de incorporação, no valor de R\$3.106 (R\$2.966 em 31 de dezembro de 2021); (iii) depósito referente a tributos federais que impediam a emissão da Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, no valor de R\$28.581 (R\$17.761 em 31 de dezembro de 2021); (iv) depósito de INSS e de imposto de renda sobre o Plano de Demissão Voluntária - PDV e do Fundo de Natureza Não Salarial do Sindicato dos Estivadores - SINDESTIVA de Santos, São Vicente, Guarujá e Cubatão, no valor de R\$1.685 (R\$1.685 em 31 de dezembro de 2021); e (v) outros depósitos nas esferas tributária e civil, no valor de R\$5.487 (R\$6.305 em 31 de dezembro de 2021). Os depósitos judiciais classificados como outros nas companhias controladas são relacionados a: (i) controlada Santos Brasil Logística, referem-se a execuções fiscais de tributos federais que impediam a obtenção da Certidão Negativa da Dívida Ativa, no montante de R\$3.383 (R\$3.383 em 31 de dezembro de 2021), e a processos trabalhistas, no montante de R\$672 (R\$790 em 31 de dezembro de 2021); (ii) controlada Tecon Vila do Conde, referem-se a processos trabalhistas, no montante de R\$485 (R\$525 em 31 de dezembro de 2021), outros depósitos nas esferas tributária e civil, no montante de R\$1.984 (R\$1.578 em 31 de dezembro de 2021), e a bloqueios judiciais, no montante de R\$62 (R\$7 em 31 de dezembro de 2021); e (iii) controlada Numeral 80, referem-se a bloqueios judiciais, no montante de R\$128 (R\$6 em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas

(f) SCPar Porto de Imbituba S.A. ("SCPar")

Em 26 de novembro de 2012, foi celebrado entre a União e o Estado de Santa Catarina o Convênio de Delegação nº 01/2012, que delegou a administração e a exploração do Porto de Imbituba para a SCPAR, a partir de 25 de dezembro de 2012. A Companhia Docas de Imbituba S.A., administradora anterior, moveu processo contra a ANTAQ e a União, pleiteando a manutenção da vigência do seu contrato de concessão até dezembro de 2016. A Companhia, diante dessa situação, efetuou os pagamentos das suas obrigações relacionadas aos seus contratos de exploração do Terminal de Contêineres e do Terminal de Carga Geral naquele porto e propôs ação de consignação em pagamento para depósito, no montante de R\$23.774. Em julho de 2014, a SCPAR - Porto de Imbituba, levantou o valor de R\$8.691. Em 31 de dezembro de 2022, esses depósitos representavam o montante de R\$25.555 (R\$15.083 em 31 de dezembro de 2021). O valor relacionado a esse depósito está provisionado no passivo não circulante corrigido, em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$25.494 (R\$15.021 em 31 de dezembro de 2021), na rubrica "Fornecedores". Em agosto de 2018, a ação foi julgada procedente, declarando a extinção da obrigação da Companhia, reconhecendo a SCPAR como credora dos valores depositados referentes ao período contratual após 25 de dezembro de 2013 e reconhecendo a Companhia Docas de Imbituba como credora dos valores referentes ao período contratual que antecede o fim da concessão. A SCPAR e a Companhia Docas de Imbituba opuseram embargos de declaração em face da decisão prolatada. Os embargos opostos pela Companhia Docas de Imbituba foram acolhidos corrigindo a data do termo final do Contrato (de 25 de dezembro de 2013 para 25 de dezembro de 2012). Em 26 de agosto de 2021, foi dado parcial provimento ao apelo da SCPAR para reconhecer a sucumbência parcial da Companhia na primeira parte da ação de consignação. Em 13 de setembro de 2021, a Companhia opôs embargos de declaração os quais aguardam julgamento. Para 31 de dezembro de 2022, não houve mudança no andamento do processo.

(g) OGMO - Órgão de Gestão de Mão de Obra

Em 30 de março de 2019, a contribuição paga pelos Operadores Portuários ao OGMO - Órgão de Gestão de Mão de Obra, para custear suas despesas administrativas e operacionais, bem como o passivo das ações existentes, passou a ser calculada com base no volume de toneladas movimentadas por cada Operador Portuário. Este novo modelo difere do critério até então vigente, que considerava a quantidade de mão de obra avulsa requisitada ao OGMO para movimentação de carga. Em 1º de abril de 2019, a Ação Ordinária nº 10063282820198260562, visando à nulidade da Assembleia que instituiu a nova forma de contribuição e reconhecendo a ilegalidade de tal critério. Em 20 de outubro de 2021 as Partes se compuseram, definindo o regramento para o custeio das despesas do OGMO. O valor depositado pela Companhia, no montante de R\$16.582 (R\$16.582 em 31 de dezembro de 2021) foi integralmente levantado pelo OGMO em setembro de 2022. Para maiores informações sobre o processo, verificar o Item 4.3, Processo 22 do Formulário de Referência.

Os processos referentes à controlada Santos Brasil Logística, mencionados no item (a), cuja origem tenha sido anterior à data de sua aquisição, conforme determinação contratual será de responsabilidade de seus antigos acionistas. Em 30 de setembro de 2022, os processos foram liquidados pela Companhia. Os valores desembolsados pela Companhia serão objeto de compensação de precatórios que os antigos controladores têm a receber, conforme nota explicativa nº 9. Em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$2.924 foi reconhecido no ativo não circulante, na rubrica "Outros Ativos".

As movimentações das provisões para contingências, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estão demonstradas nos quadros a seguir:

Notas Explicativas

	Controladora				Total
	Provisão trabalhista	Provisão FAP	Provisão tributária	Outros processos	
Saldo em 31.12.2020	21.061	8.886	1.643	2.762	34.352
Adições	1.035	208	16	85	1.344
Pagamento de condenação	(16.218)	-	(140)	(2.009)	(18.367)
Outras movimentações (*)	14.755	-	156	1.475	16.386
Saldo em 31.12.2021	20.633	9.094	1.675	2.313	33.715
Adições	174	635	-	-	809
Pagamento de condenação	(20.448)	-	-	(1.935)	(22.383)
Outras movimentações (**)	16.493	-	-	1.603	18.096
Saldo em 31.12.2022	16.852	9.729	1.675	1.981	30.237

(*) O montante de R\$16.386 refere-se, principalmente, a alterações de probabilidade de perda, no montante de R\$12.696.

(**) O montante de R\$18.096 refere-se, principalmente, a alterações de probabilidade de perda, no montante de R\$13.961.

	Consolidado				Total
	Provisão trabalhista	Provisão FAP	Provisão tributária	Outros processos	
Saldo em 31.12.2020	22.660	11.405	4.808	2.835	41.708
Adições	1.330	266	16	641	2.253
Pagamento de condenação	(17.808)	-	(140)	(2.769)	(20.717)
Outras movimentações (*)	17.006	-	315	2.658	19.979
Saldo em 31.12.2021	23.188	11.671	4.999	3.365	43.223
Adições	174	816	352	2	1.344
Pagamento de condenação	(22.628)	-	(937)	(2.321)	(25.886)
Outras movimentações (**)	20.773	-	(2.235)	1.469	20.007
Saldo em 31.12.2022	21.507	12.487	2.179	2.515	38.688

(*) O montante de R\$19.979 refere-se, principalmente, a alterações de probabilidade de perda, no montante de R\$15.371.

(**) O montante de R\$20.007 refere-se, principalmente, a alterações de probabilidade de perda, no montante de R\$17.912.

Além dos processos anteriormente citados, a Companhia e suas controladas possuem processos administrativos e judiciais em andamento, cujas avaliações, efetuadas por seus assessores jurídicos, são consideradas como de chance de perda possível, no montante de R\$987.747 (R\$902.865 em 31 de dezembro de 2021), nesse caso nenhuma provisão para perda foi registrada nas demonstrações financeiras.

As movimentações dos processos possíveis, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, estão demonstradas nos quadros a seguir:

Natureza da ação	Saldo em 31.12.2021	Adições (*)	Outras movimentações (**)	Saldo em 31.12.2022
Aduaneira	9.207	1	2	9.210
Cível	80.133	1.065	5.551	86.749
Trabalhista (a)	175.392	28.121	28.585	232.098
Tributária (b)	628.976	-	20.943	649.919
Outras	9.157	75	539	9.771
Total	902.865	29.262	55.620	987.747

(*) Referem-se ao ingresso de novas ações contra a Companhia e que foram classificados com probabilidade de perda possível.

(**) Referem-se, basicamente, a alterações de probabilidade de perda, e atualizações monetárias de processos em andamento. As principais movimentações do período são referentes a atualização da contingência dos Autos de Infração referentes ao ágio e PIS / COFINS (tributário), Processo Sindestiva (trabalhista), todos com explicações abaixo, nesta Nota.

Notas Explicativas

Natureza da ação	Saldo em 31.12.2020	Adições (*)	Outras movimentações (**)	Saldo em 31.12.2021
Aduaneira	8.631	19	557	9.207
Cível	69.179	12.042	(1.088)	80.133
Trabalhista (a)	81.183	103.820	(9.611)	175.392
Tributária (b)	587.242	13.828	27.906	628.976
Outras	12.212	372	(3.427)	9.157
Total	758.447	130.081	14.337	902.865

(*) Referem-se a novos processos classificados com probabilidade de perda possível. Quanto aos processos trabalhistas, às adições são relacionadas a diversas reclamatórias ajuizadas no período, sendo o principal processo movido pelo Sindicato dos Estivadores de Santos - SINDESTIVA, no montante de R\$78.697 (processo destacado ao final desta nota).

(**) Referem-se, basicamente, a alterações de contingências ou da probabilidade de perda positiva ou negativamente. A principal movimentação do período é referente à atualização da contingência do Processo Ágio, cujo saldo de contingência em 31 de dezembro de 2021 era de R\$379.230 e em 31 de dezembro de 2022 passou a ser de R\$387.019.

a) Trabalhista**Processo SINDESTIVA**

O Sindicato dos Estivadores de Santos que propôs ação judicial contra a Companhia visando à cobrança de multa diária por um suposto descumprimento de uma decisão judicial proferida em 2016 pela Justiça Trabalhista do Guarujá. Segundo as alegações do Sindicato, a decisão judicial descumprida obrigou a Companhia a contratar, para o exercício das atividades de estivador, somente trabalhadores portuários vinculados ao Sindicato dos Estivadores. O valor inicial pretendido pelo Sindicato foi de R\$721.063 milhões, que representaria o valor da multa estipulada na decisão calculada de 2016 a 2021 (R\$20 mil por dia por trabalhador irregular). A Companhia apresentou defesa na primeira instância, sendo proferida decisão de mérito confirmando o descumprimento da decisão e fixando a multa no valor de R\$70 milhões. Em março de 2021 a Companhia interpôs recurso ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região ("TRT2") defendendo o não descumprimento da decisão judicial, visto que vem utilizando mão de obra portuária para o desempenho das atividades de estivador, nos termos da Lei 12.815 (Lei dos Portos). Em 28 de outubro de 2021, a 12ª Turma do TRT2 negou provimento ao recurso interposto pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia aguardava o julgamento do Recurso de Revista pelo Tribunal Superior do Trabalho. Segundo os assessores legais da Companhia, há chances possíveis de reversão da decisão desfavorável à Companhia perante o Tribunal Superior do Trabalho. Em 31 de dezembro de 2022 o valor atualizado era de R\$96.849 (R\$78.697 em 31 de dezembro de 2021).

b) Tributária**Processo Ágio**

Em 14 de dezembro de 2012, a Companhia e sua controlada Numeral 80 receberam auto de infração da Receita Federal do Brasil lavrado para a cobrança de IRPJ e CSLL relativos aos anos-base de 2006 a 2011, cumulados com juros de mora, multa de ofício agravada e multa isolada, no montante de R\$334.495. Segundo o auto de infração, a Numeral 80 teria deixado de adicionar ao lucro real e à base de cálculo da CSLL as despesas de amortização do ágio decorrente da incorporação das sociedades adquirentes de ações de sua emissão.

A Companhia e sua controlada Numeral 80 impugnam o auto de infração ao fundamento de que o ágio gerado na aquisição das participações acionárias detidas na Numeral 80 (então Santos-Brasil S.A.) e a ela transferido por meio da incorporação foi constituído regularmente, em estrita conformidade com a legislação societária e fiscal. O valor da Autuação, para 31 de dezembro de 2022, é de R\$410.719 (R\$387.019 em 31 de dezembro de 2021). Para maiores informações sobre o processo, verificar o Item 4.3, Processo 1 do Formulário de Referência.

Notas Explicativas

Processo PIS / COFINS

Em outubro de 2019, a Companhia recebeu o Auto de Infração nº 0816500.2018.00316 lavrado pela Delegacia Especial de Fiscalização da Receita Federal do Brasil de Comércio Exterior, no montante de R\$18.742, referente à cobrança de PIS e COFINS, data base 2015. A Receita Federal entende que a Companhia creditou-se de forma indevida de alguns insumos. A Companhia apresentou impugnação, visto que todos os créditos foram gerados em conformidade com a legislação vigente. Em 31 de dezembro de 2022, o valor atualizado é de R\$21.641 (R\$24.927 em 31 de dezembro de 2021). Para maiores informações sobre o processo, verificar o Item 4.3, Processo 7 do Formulário de Referência.

17. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE

A Companhia reconhece no passivo as parcelas fixas e variáveis (movimentações mínimas contratuais) dos contratos de transição de curto prazo, sendo trazidas a valor presente na data inicial dos contratos de arrendamento.

Notas Explicativas

Controladora e Consolidado - Reapresentado*											
	Saldo contábil		Juros apropriados	Varição monetária / Efeitos de renovação (**)	Pagamentos	Saldo contábil		Juros apropriados	Varição monetária / Efeitos de renovação (*)	Pagamentos	Saldo contábil
Contratos	31.12.2020	Adições				31.12.2021	Adições				31.12.2022
Arrendamento:											
Saboó 42.000 m2	1.720	9.551	1.356	-	(9.154)	3.473	10.532	223	-	(10.655)	3.573
Saboó 64.412 m2	-	4.627	66	-	(2.998)	1.695	5.102	108	-	(5.161)	1.744
	1.720	14.178	1.422	-	(12.152)	5.168	15.634	331	-	(15.816)	5.317
MMC:											
Saboó 42.000 m2	409	1.632	232	-	(1.536)	737	1.798	37	-	(1.810)	762
Saboó 64.412 m2	-	156	2	-	(87)	71	172	4	-	(174)	73
	409	1.788	234	-	(1.623)	808	1.970	41	-	(1.984)	835
Obrigações com poder concedente	2.129	15.966	1.656	-	(13.775)	5.976	17.604	372	-	(17.800)	6.152
(-) Circulante	(2.129)					(5.976)					(6.152)

(*) Conforme nota explicativa nº 4.

(**) A contrapartida desse montante é o direito de exploração no ativo intangível, conforme nota explicativa nº 13.

Notas ExplicativasPeríodos de vigência dos contratos e seguro garantia

Contratos	Início do contrato	Término do contrato	Seguro garantia
Saboó 42.000 m ²	Novembro/2022	Maió/2023	Novembro/2022 a Junho/2023
Saboó 64.412 m ²	Novembro/2022	Maió/2023	Novembro/2022 a Junho/2023

A Companhia possui em seus contratos de transição, compromissos de pagamento de valores com base em suas movimentações operacionais. Esses valores eram os vigentes em 31 de dezembro de 2022 e são atualizados anualmente, de acordo com os contratos de arrendamento, pelo IPCA:

Contratos	Em reais - R\$		
	Custo por contêiner movimentado	Custo por tonelada movimentada	Custo por veículo movimentado
Saboó 42.000 m ² (a)	-	3,73	-
Saboó 42.000 m ² (b)	-	-	16,28
Saboó 64.412 m ² (c)	-	4,88	-
Saboó 64.412 m ² (d)	3,70	-	-

- (a) Valor por tonelada de celulose movimentada, a título de arrendamento variável (movimentação).
 (b) Valor por veículo movimentado, a título de arrendamento variável (movimentação).
 (c) Valor por tonelada movimentada, a título de arrendamento variável (movimentação).
 (d) Valor por contêiner movimentado, a título de arrendamento variável (movimentação).

Notas Explicativas

18. ARRENDAMENTO MERCANTIL - CONSOLIDADO

a) Ativo de direito de uso

	Controladora - Reapresentado*								Consolidado - Reapresentado*						
	Santos Brasil Participações								Santos Brasil Participações		Terminal Veículos/TEV	Santos Brasil Logística	Tecon Vila do Conde		Total do ativo
	Imóvel	Concessão						Total do ativo	Imóvel	Concessão	Concessão	Imóvel	Máquinas e equipamentos	Concessão	
		Tecon Santos	Tecon Imbituba	TCG Imbituba	Terminais										
				IQI 03	IQI 11	IQI 12									
Saldo contábil 31.12.2020	2.265	483.805	303.789	7.211	-	-	-	797.070	2.265	794.805	200.880	36.469	875	21.895	1.057.189
Adições / Baixas	(60)	48.664	88.391	224	-	-	-	137.219	(60)	137.279	21.019	28.591	8.406	2.405	197.640
Depreciação	(532)	(18.543)	(30.111)	(653)	-	-	-	(49.839)	(532)	(49.307)	(15.850)	(7.590)	(4.027)	(1.734)	(79.040)
Saldo contábil 31.12.2021	1.673	513.926	362.069	6.782	-	-	-	884.450	1.673	882.777	206.049	57.470	5.254	22.566	1.175.789
Adições	340	37.274	40.290	437	66.065	111.483	77.578	333.467	340	333.127	10.319	6.524	-	4.173	354.483
Depreciação	(498)	(20.266)	(34.668)	(691)	(6.274)	(7.568)	(5.334)	(75.299)	(498)	(74.801)	(16.643)	(8.488)	(4.204)	(2.067)	(106.701)
Saldo contábil 31.12.2022	1.515	530.934	367.691	6.528	59.791	103.915	72.244	1.142.618	1.515	1.141.103	199.725	55.506	1.050	24.672	1.423.571

(*) Conforme nota explicativa nº 4.

b) Passivo de arrendamento

	Controladora - Reapresentado*								Consolidado - Reapresentado*						
	Santos Brasil Participações (I)								Santos Brasil Participações (I)		Terminal Veículos/TEV (III)	Santos Brasil Logística (II)	Tecon Vila do Conde (IV)		Total do passivo
	Imóvel	Concessão						Total do passivo	Imóvel	Concessão	Concessão	Imóvel	Máquinas e equipamentos	Concessão	
		Tecon Santos	Tecon Imbituba	TCG Imbituba	Terminais										
				IQI 03	IQI 11	IQI 12									
Saldo contábil 31.12.2020	2.270	476.953	336.752	4.493	-	-	-	820.468	2.270	818.198	81.762	39.155	932	23.212	965.529
Adições / Baixas	(106)	-	-	-	-	-	-	(106)	(106)	-	-	27.032	8.406	-	35.332
Juros apropriados	111	53.910	37.132	459	-	-	-	91.612	111	91.501	10.901	4.243	370	2.470	109.596
Variação monetária / Efeitos de renovação (**)	46	48.665	88.390	223	-	-	-	137.324	46	137.278	21.018	1.558	-	2.404	162.304
Pagamentos	(601)	(57.097)	(15.862)	(663)	-	-	-	(74.223)	(601)	(73.622)	(14.239)	(10.017)	(4.313)	(3.379)	(106.171)
Saldo contábil 31.12.2021	1.720	522.431	446.412	4.512	-	-	-	975.075	1.720	973.355	99.442	61.971	5.395	24.707	1.166.590
Adições	-	-	-	-	39.309	82.320	56.934	178.563	-	178.563	-	-	-	2.624	181.187
Juros apropriados	85	58.445	40.945	480	2.818	5.905	4.085	112.763	85	112.678	11.615	3.188	223	2.823	130.612
Variação monetária / Efeitos de renovação (**)	341	37.273	40.293	438	10.354	14.181	9.941	112.821	341	112.480	10.320	6.527	-	1.549	131.217
Pagamentos	(565)	(62.323)	(18.970)	(681)	(211)	(2.732)	(1.852)	(87.334)	(565)	(86.769)	(15.716)	(11.401)	(4.500)	(3.987)	(122.938)
Saldo contábil 31.12.2022	1.581	555.826	508.680	4.749	52.270	99.674	69.108	1.291.888	1.581	1.290.307	105.661	60.285	1.118	27.716	1.486.668

(*) Conforme nota explicativa nº 4.

(**) A contrapartida desse montante é o ativo imobilizado no ativo não circulante, conforme nota explicativa nº 12.

(***) Tecon Imbituba possui em aberto os montantes de R\$85.679 em 2021 e R\$126.436 em 2022 referente ao processo de reequilíbrio econômico, conforme nota explicativa nº 1.1.

(****) TCG Imbituba possui em aberto os montantes de R\$328 em 2021 e R\$377 em 2022 de movimentação mínima contratual referente ao processo judicial envolvendo a antiga Companhia Docas de Imbituba S.A. e a atual administradora do porto de Imbituba, SCPAR Porto de Imbituba S.A.

Notas Explicativas

A Companhia e suas controladas reconhecem no passivo as parcelas fixas e variáveis (movimentações mínimas contratuais) dos contratos de concessão, sendo trazidas a valor presente na data inicial dos contratos de arrendamento.

Em 31 de dezembro de 2022, o fluxo bruto tinha a seguinte estrutura de vencimento:

	Controladora	Consolidado
Fluxo Bruto	2.765.387	3.077.536
2023	291.145	323.908
2024-2025	331.298	394.576
2026-2027	337.002	400.280
2028-2047	1.805.942	1.958.772
(-) Juros	(1.473.499)	(1.590.868)
	1.291.888	1.486.668

Na mensuração dos fluxos de caixas dos arrendamentos não foram destacados os créditos de impostos, sendo os efeitos potenciais de PIS / COFINS apresentados no quadro a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	31.12.2022		31.12.2021 Reapresentado*		31.12.2022		31.12.2021 Reapresentado*	
	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente
Fluxo de caixa								
Contraprestação	2.638.573	1.165.075	2.210.436	889.068	2.950.722	1.359.855	2.522.992	1.080.583
Imóvel	1.696	1.581	1.920	1.720	76.651	61.866	80.165	63.691
Máquinas e equipamentos Concessão	-	-	-	-	1.125	1.118	5.625	5.395
PIS/COFINS potencial (9,25%)	2.636.877	1.163.494	2.208.516	887.348	2.872.946	1.296.871	2.437.202	1.011.497
Imóvel	244.068	107.769	204.465	82.239	272.942	125.787	233.377	99.954
Máquinas e equipamentos Concessão	157	146	178	159	7.090	5.723	7.415	5.891
	-	-	-	-	104	103	520	499
	243.911	107.623	204.288	82.080	265.748	119.961	225.441	93.563

(*) Conforme nota explicativa nº 4.

Taxa de desconto dos contratos, períodos de vigência e seguro garantia

Contratos	Taxa de desconto a.a. (*)	Início do contrato	Término do contrato	Seguro garantia
Santos Brasil Participações (I)				
Imóvel	5,91%	dezembro/2020	dezembro/2025	-
Concessão				
Tecon Santos	11,53%	novembro/1997	novembro/2047	abril/2022 a abril/2023
Tecon Imbituba	11,24%	abril/2008	abril/2033	julho/2022 a julho/2023
TCG Imbituba	11,28%	junho/2007	junho/2032	julho/2022 a julho/2023
IQI03	9,38%	abril/2022	abril/2042	agosto/2022 a agosto/2023
IQI11	9,38%	abril/2022	abril/2042	agosto/2022 a agosto/2023
IQI12	9,38%	abril/2022	abril/2042	agosto/2022 a agosto/2023
Terminal de Veículos/TEV (II)				
Concessão	11,31%	janeiro/2010	janeiro/2035	julho/2022 a julho/2023
Santos Brasil Logística (III)				
Imóvel				
CD Imigrantes	5,91%	junho/2020	maio/2031	-
CD São Bernardo	7,48%	julho/2021	dezembro/2028	-
Tecon Vila do Conde (IV)				
Máquinas e equipamentos	7,48%	junho/2021	abril/2023	-
Concessão	11,28% e 14,70%	setembro/2003	setembro/2033	julho/2022 a julho/2023

(*) A taxa de desconto foi calculada através das projeções do custo de crédito CDI e adicionado o *spread* (divulgado pelo ANBIMA) de acordo com o prazo dos contratos.

Notas Explicativas

A Companhia e suas controladas possuem em seus contratos de concessão, compromissos de pagamento de valores com base em suas movimentações operacionais. Esses valores eram os vigentes em 31 de dezembro de 2022 e são atualizados anualmente, de acordo com os contratos de arrendamento pelo IPCA:

Contratos	Em reais - R\$		
	Custo por contêiner movimentado	Custo por tonelada movimentada	Custo por veículo movimentado
Tecon Santos (a)	57,9	-	-
Tecon Santos (b)	28,82	-	-
Tecon Imbituba (c)	152,7	-	-
TCG Imbituba (d)	-	3,68	-
TCG Imbituba (e)	-	8,14	-
TCG Imbituba (f)	-	4,93	-
IQI03 (g) *	-	0,95	-
IQI11 (g) *	-	8,62	-
IQI12 (g) **	-	5,45	-
Tecon Vila do Conde (h)	38,11	-	-
Tecon Vila do Conde (i)	7,62	-	-
Tecon Vila do Conde (g)	-	3,81	-
Terminal de Veículos/TEV (j)	-	-	28,67

* Contratos com carência de 3 anos;

** Contrato com carência de 4 anos.

- (a) Valor devido quando a MMC não for atingida, limitado à MMC.
 (b) Valor devido quando a movimentação exceder a MMC.
 (c) Valor devido pelo uso da infraestrutura terrestre e também quando a MMC não é atingida, limitado à MMC.
 (d) Valor devido pelo uso da área arrendada e também quando a MMC não é atingida, limitado à MMC.
 (e) Valor devido pelo uso da infraestrutura terrestre (cais), referente à movimentação de carga proveniente de navio.
 (f) Valor devido pelo uso da infraestrutura terrestre (pátio), referente à movimentação de carga proveniente de unitização e desunitização de contêineres.
 (g) Valor devido por tonelada.
 (h) Valor devido por contêiner cheio e também quando a MMC não é atingida, limitado à MMC.
 (i) Valor devido por contêiner vazio.
 (j) Valor devido por veículo e também quando a MMC não é atingida, limitado à MMC.

c) Arrendamento operacional

A Companhia e sua controlada Terminal de Veículos/TEV também possuem contratos de aluguel de áreas administrativas, com vencimentos no circulante, os quais, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, geraram despesas no montante de R\$355 (R\$328 em 31 de dezembro de 2021).

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO – CONTROLADORA

a) Capital social

	Ações ordinárias	
	31.12.2022	31.12.2021
Existentes no início do exercício	862.830.552	862.478.378
Opção de ações exercidas/entregues através do plano de incentivo durante o exercício	821.854	352.174
Emitidas / autorizadas sem valor nominal	863.652.406	862.830.552

Do total de ações em 31 de dezembro de 2022, 858.379.874 (858.126.173 em 31 de dezembro de 2021) encontravam-se em circulação, ou seja, 99,39% e 99,45%, respectivamente, do capital total ("freefloat"), sendo composto em sua totalidade por ações ordinárias.

Notas Explicativas

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de decisão de Assembleia Geral, até o limite de 2.000.001.000 ações, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão e de colocação dos referidos títulos mobiliários.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Em 28 de julho de 2022, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração o aumento de capital referente ao exercício de opção de compra de ações ocorrido em 7 de junho de 2022, no montante de R\$2.200, dividido em 660.563 ações ordinárias, e o montante de R\$850 dividido em 161.291 ações ordinárias com data de 1 de agosto de 2022, em face do exercício do 2º Programa de Incentivo Arelado a Ações da Companhia - *Performance Share*.

b) Reserva de capital

Plano de opção de compra de ações / Plano de incentivo atrelado a ações

Representado pelo registro contábil do plano de opção de compra de ações, no montante de R\$65.121 em 31 de dezembro de 2022 (R\$65.328 em 31 de dezembro de 2021) e do plano de incentivo atrelado a ações: *Performance Share*, no montante de R\$7.499 (R\$4.514 em 31 de dezembro de 2021) e *Matching* de ações, no montante de R\$4.363 (R\$2.283 em 31 de dezembro de 2021), obedecendo ao que determina o pronunciamento técnico CPC 10 - Pagamentos Baseados em Ações.

Outras

Na incorporação de ações, o valor do patrimônio líquido da então controlada Santos-Brasil S.A., na data-base de 31 de dezembro de 2006, foi levado à rubrica "Capital social" da controladora, conforme previsto no Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações. O valor do lucro do exercício, no patrimônio líquido da então controlada Santos-Brasil S.A., representado pelo resultado de suas operações, no período compreendido entre a referida data-base e a data da operação de incorporação, outubro de 2007, líquido das distribuições efetuadas aos acionistas, de R\$28.923, foi classificado na rubrica "Reserva de capital".

Em 30 de abril de 2010, a Companhia realizou a compra da participação indireta de sua controlada Pará, por sua controlada direta na época Nara Valley, com variação de participação societária de 75% para 87,67%. Essa operação resultou na variação de participação no montante de R\$(4.548).

Em 20 de abril de 2011, a controlada Nara Valley Participações S.A. adquiriu, conforme Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, 12,327% da participação acionária de sua controlada direta Pará Empreendimentos, pelo montante de R\$4.500, perfazendo 100% do seu controle acionário. Essa operação resultou na variação de participação no montante de R\$(5.478).

Até 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou custos de emissão complementar de ações referente às novas ações emitidas para Oferta Restrita, conforme nota explicativa nº 19.a), no montante de R\$(24.753).

Até 31 de dezembro de 2022, foram exercidas opções de compras de ações, onde a Companhia entregou ações que estavam em tesouraria, gerando um resultado de R\$(4.153) (R\$(3.614) até 31 de dezembro de 2021).

c) Reserva de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Notas Explicativas

Reserva para investimento e expansão

Representada pelas propostas da Administração de retenção dos saldos remanescentes dos lucros líquidos do exercício e de exercícios anteriores, após as retenções previstas na legislação ou aprovadas pelos acionistas, para fazer face ao plano de investimentos de expansão em controladas, conforme orçamentos de capital, tendo em 31 de dezembro de 2022 o montante de R\$31.123 (R\$171.123 em 31 de dezembro de 2021). Em 2 de setembro de 2022 foi deliberado e aprovado em Reunião do Conselho de Administração a distribuição de dividendos intermediários, no montante de R\$140.000, conforme item d) desta nota explicativa.

Recompra de ações

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram entregues 478.593 ações em tesouraria referentes a opções exercidas de *Stock Option* e ações entregues de *Matching* de ações, gerando um resultado de R\$1.548.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram entregues 371.690 ações em tesouraria referentes a opções exercidas de *Stock Option* e ações entregues de *Matching* de ações, gerando um resultado de R\$1.201.

Em 9 de março de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou programa de recompra de ações de emissão da Companhia ("Programa de Recompra"), que serão mantidas em tesouraria, a princípio, sem redução do capital social. O Programa de Recompra reforça a confiança da Companhia no valor justo de sua ação e tem por objetivo maximizar a geração de valor para os acionistas.

O Programa de Recompra será limitado a 85.000 (oitenta e cinco milhões) ações ordinárias de emissão da Companhia, em atendimento ao artigo 8º da Instrução CVM nº 567/2015, que estabelece o máximo de 10% de ações em tesouraria de cada espécie ou classe de ações em circulação no mercado, e terá prazo máximo de 18 meses, contados da sua aprovação.

A seguir, posição em 31 de dezembro de 2022 de ações compradas pela Companhia:

	Quantidade de Ações Ordinárias	Valor	Valor de Mercado (*)	Preço		
				Médio Ponderado	Mínimo	Máximo
Saldo original	6.138.745	19.844	48.986	3,23	2,90	3,70
(-) Ações entregues	(6.091.187)	(19.689)				
Saldo Atual	<u>47.558</u>	<u>155</u>	380			

(*) Valor de mercado com base na última cotação, anterior a data de encerramento do exercício.

d) Remuneração dos acionistas

São assegurados aos acionistas dividendos mínimos anuais de 25% do lucro líquido, ajustado de acordo com a legislação societária e o Estatuto Social da Companhia.

A seguir, a demonstração da remuneração dos acionistas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

Notas Explicativas

	%	<u>31.12.2022</u>
Lucro líquido do exercício		429.450
Constituição da reserva legal	5%	(21.472)
Lucro líquido ajustado (a)		<u>407.978</u>
Dividendos mínimos obrigatórios	25%	101.995
Remuneração aos acionistas		
Dividendos intermediários, adiantados no decorrer do exercício de 2022 (b)		251.691
Juros sobre o capital próprio, adiantados no decorrer do exercício de 2022 (c)		143.351
IRRF sobre os juros sobre o capital próprio (d)		(12.646)
Dividendos complementares propostos (e)		<u>12.936</u>
Remuneração líquida aos acionistas (b + c – d + e)		<u>395.332</u>
Remuneração bruta aos acionistas (b + c + e)	100%	<u>407.978</u>
Os dividendos intermediários e os juros sobre o capital próprio líquidos e creditados por classe de ação foram:		
Ações ordinárias		<u>382.397</u>
Quantidade de ações ordinárias		863.604.848
Valor unitário de dividendos por ação		R\$0,489762037

Em 2 de setembro de 2022, foi deliberado e aprovado em Reunião do Conselho de Administração a distribuição de dividendos intermediários com reserva de lucros, no montante de R\$140.000.

e) Ajuste de avaliação patrimonial

Assistência médica complementar

Representado pelo registro contábil do cálculo atuarial da assistência médica complementar (nota explicativa nº 27), obedecendo ao que determina o pronunciamento técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.

20. RECEITA OPERACIONAL

A seguir, a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas nas demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, bem como a desagregação da receita, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Receita bruta	1.429.597	1.183.216	2.217.930	1.768.418
Terminais Portuários	1.428.818	1.183.216	1.583.822	1.328.737
Operações Portuárias	792.627	645.125	882.703	728.962
Armazenagem Alfandegada	622.722	517.563	678.493	571.895
Carga Geral	13.469	20.528	22.626	27.880
Logística	-	-	494.498	350.764
Transportes	-	-	44.594	37.831
Armazenagem Alfandegada	-	-	391.397	261.151
Centro de Distribuição	-	-	51.087	42.683
Terminais Logísticos	-	-	7.420	9.099
Terminal de Veículos/TEV	-	-	138.831	88.917
Armazenagem Alfandegada	-	-	138.831	88.917
Terminais de Líquidos	779	-	779	-
Operações Portuárias	779	-	779	-
Deduções da receita:				
Impostos sobre serviços	(148.712)	(127.297)	(256.168)	(205.848)
Outras	(18.595)	(19.414)	(29.921)	(28.341)
Total	<u>1.262.290</u>	<u>1.036.505</u>	<u>1.931.841</u>	<u>1.534.229</u>

Notas Explicativas

21. DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
	Reapresentado*		Reapresentado*	
Mão de obra avulsa	(25.695)	(48.317)	(26.859)	(49.078)
Taxas - Companhias Docas	(17.287)	(12.481)	(17.327)	(15.685)
Energia elétrica	(14.127)	(12.957)	(16.618)	(14.973)
Combustíveis e lubrificantes	(41.726)	(29.212)	(65.067)	(45.016)
Fretes	(16.498)	(11.548)	(55.834)	(47.906)
Movimentação de veículos	-	-	(33.281)	(23.221)
Outros serviços e materiais	(2.037)	(2.632)	(12.440)	(17.071)
Despesas com pessoal	(370.153)	(326.177)	(477.921)	(428.978)
Consultoria, assessoria e auditoria	(38.955)	(29.085)	(41.432)	(31.196)
Outros serviços de terceirização	(55.249)	(29.722)	(81.949)	(42.895)
Manutenção operacional	(48.016)	(42.216)	(66.294)	(55.793)
Depreciação e amortização (*)	(158.951)	(122.856)	(207.143)	(167.414)
Aluguéis / condomínios - áreas operacionais	-	-	(11.220)	(9.690)
Comissões sobre vendas de serviços	(24.196)	(21.882)	(125.770)	(95.606)
Provisão para perdas de créditos esperadas e perdas de créditos incobráveis	(12.917)	(22.575)	(16.107)	(23.502)
Outras despesas	(40.196)	(28.064)	(110.834)	(75.601)
Total	(866.003)	(739.724)	(1.366.096)	(1.143.625)
Classificadas como:				
Custo dos bens e/ou serviços prestados (*)	(688.752)	(591.691)	(1.055.047)	(897.117)
Despesas com vendas	(35.921)	(37.924)	(145.498)	(117.534)
Provisão para perdas de créditos esperadas e perdas de créditos incobráveis	(12.917)	(22.575)	(16.107)	(23.502)
Despesas gerais e administrativas e amortização de ágio	(128.413)	(87.534)	(149.444)	(105.472)
Total	(866.003)	(739.724)	(1.366.096)	(1.143.625)

(*) Conforme nota explicativa nº 4.

22. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Outras receitas operacionais:				
Correção de adiantamento para fundo de dragagem (*)	-	2.030	-	2.030
Correção de depósitos judiciais (**)	-	4.550	-	4.560
Correção precatórios	-	-	391	-
Ganho na venda de ativos	35.559	312	36.128	911
Ganho na baixa de direito de uso	-	2	-	2
Receita com depósitos não identificados	972	841	2.000	1.850
Recuperação de energia elétrica	59	216	65	216
Recuperação de PIS / COFINS sobre ICMS	-	-	-	2.162
Recuperação de INSS - Folha de Pagamento	107	464	107	576
Reembolso de seguro	387	487	395	562
Outras receitas	354	357	655	1.217
Total	37.438	9.259	39.741	14.086
Outras despesas operacionais:				
Baixa e perdas na venda de ativos	(149)	(1.257)	(729)	(1.309)
Correção de provisões	(634)	(209)	(815)	(268)
ISS sobre vendas canceladas	(682)	(994)	(827)	(1.091)
Precatórios	-	-	(313)	(517)
Total	(1.465)	(2.460)	(2.684)	(3.185)

(*) Até junho de 2021 as correções de dragagem eram feitas na rubrica "correção de adiantamento para fundo de dragagem" em "Outras Receitas Operacionais", a partir de julho 2021 essas correções passaram a ser classificadas no grupo de "Receitas Financeiras".

(**) Até junho de 2021 as correções de depósitos judiciais eram feitas na rubrica "correção de depósitos judiciais" em "Outras Receitas Operacionais", a partir de julho 2021 essas correções passaram a ser classificadas no grupo de "Receitas Financeiras".

Notas Explicativas**23. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
	Reapresentado*		Reapresentado*	
Receitas financeiras:				
Rendimento de aplicações financeiras	81.588	39.373	108.340	47.388
Variações monetárias e cambiais ativas	-	-	6.373	2.150
Valor justo da operação de <i>Swap</i>	-	-	4.208	-
Correção impostos a recuperar	3.468	673	3.679	1.036
Correção de depósitos judiciais (**)	12.436	9.038	12.855	9.076
Outras receitas (***)	1.998	1.199	3.054	1.781
Total	99.490	50.283	138.509	61.431
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures e empréstimos	(5.047)	(5.029)	(8.066)	(8.411)
Variações monetárias e cambiais passivas	-	-	(9.657)	(8.131)
Valor justo da operação de <i>Swap</i>	-	-	(6.642)	-
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF sobre operações administrativas	(289)	(72)	(290)	(101)
Juros sobre obrigações com poder concedente	(372)	(1.656)	(372)	(1.656)
Juros sobre arrendamento mercantil	(112.763)	(91.612)	(130.612)	(109.596)
Comissões e taxas financeiras	(1.973)	(3.554)	(2.058)	(3.633)
Correção Movimentação Mínima Contratual - MMC TI (****)	(9.096)	-	(9.096)	-
(-) Crédito PIS / COFINS sobre juros CPC 06	6.868	6.000	8.076	7.103
Outras despesas	(1.432)	(1.318)	(2.115)	(2.048)
Total	(124.104)	(97.241)	(160.832)	(126.473)

(*) Conforme nota explicativa nº 4.

(**) Até junho de 2021 as correções de depósitos judiciais eram feitas na rubrica "correção de depósitos judiciais" em "Outras Receitas Operacionais", a partir de julho 2021 essas correções passaram a ser classificadas no grupo de "Receitas Financeiras".

(***) Até junho de 2021 as correções de dragagem eram feitas na rubrica "correção de adiantamento para fundo de dragagem" em "Outras Receitas Operacionais", a partir de julho 2021 essas correções passaram a ser classificadas no grupo de "Receitas Financeiras".

(****) Conforme nota explicativa nº 1.1, "Reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Arrendamento do Tecon Imbituba".

24. PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES E PLANO DE INCENTIVO ATRELADO A AÇÕES - CONTROLADORA

Em 4 de agosto de 2017, foram aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária a alteração do Plano de Opção de Compra de Ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de janeiro de 2008, aditado em 1º de abril de 2015 e a criação do Plano de Incentivo Atrelado a Ações da Companhia (Plano de *Performance Shares* e *Matching* de Ações).

O Plano de Incentivo Atrelado a Ações da Companhia tem como objetivo regular a possibilidade de concessão de incentivos atrelados a ações ordinárias de emissão da Companhia a administradores e empregados que mantenham vínculo de emprego ou estatutário, visando: (i) aumentar a capacidade de atração de talentos; (ii) reforçar a cultura de desempenho sustentável e de busca pelo desenvolvimento de certos administradores e empregados, alinhando os seus interesses com os dos acionistas; (iii) possibilitar à Companhia a manutenção de seus profissionais, oferecendo-lhes, como vantagem e incentivo adicional, a oportunidade de se tornarem acionistas; e (iv) estimular a expansão e o alcance e superação de suas metas empresariais, permitindo maior integração de seus administradores e empregados, na qualidade de acionistas da Companhia.

As ações concedidas como incentivo no âmbito dos programas do Plano de Opção de Compra de Ações e do Plano de Incentivo Atrelado a Ações não poderão ultrapassar o limite máximo de 4,5% das ações do capital social subscrito e integralizado da Companhia.

a) Plano de opção de compra de ações

Por meio da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de setembro de 2006, os acionistas da então controlada Santos-Brasil S.A. aprovaram o Plano de Opção de Compra de Ações ("Plano") para administradores e colaboradores de alto nível. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de janeiro de 2008, o Plano foi transferido para a Companhia.

Notas Explicativas

O Plano é administrado pelo Conselho de Administração ou, por opção desse Conselho, por um Comitê composto de três membros, sendo, pelo menos, um deles, necessariamente, membro (titular ou suplente) do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração ou o Comitê criam, periodicamente, Programas de Opção de Compra de Ações ("Programas"), agrupados em *units*, em que são definidos os beneficiários aos quais são concedidas as opções, o número de *units* da Companhia que cada beneficiário terá direito de subscrever ou adquirir com o exercício da opção, o preço de subscrição, o prazo inicial de carência durante o qual a opção não poderá ser exercida e as datas-limite para o exercício total ou parcial. Os termos e as condições são fixados em Contrato de Opção de Compra de Ações, celebrado entre a Companhia e cada beneficiário.

O preço das *units* a serem adquiridas pelos beneficiários, em decorrência do exercício da opção ("preço de exercício"), é equivalente ao valor médio das *units* dos últimos 30 pregões da B3 - Brasil Bolsa Balcão, anteriores à data da concessão da opção, podendo ser acrescido de correção monetária, com base na variação de um índice de preços, e, ainda, de juros a critério do Conselho de Administração ou do Comitê, que, também, podem conceder aos beneficiários um desconto de até 15% no preço de exercício.

As *units* da Companhia, adquiridas no âmbito do Plano, só podem ser alienadas se atendido o período mínimo de indisponibilidade estabelecido em cada Programa para cada lote de *units*, o qual nunca será inferior a três anos a contar da data de exercício de cada lote anual.

Em 31 de dezembro de 2022, os Programas em vigência são os discriminados no quadro a seguir:

Programas	Preços de exercício R\$/ <i>units</i> (*)	Quantidade de <i>units</i> outorgadas	Prazos de carência	Prazos de exercício	Valor das opções R\$/ <i>units</i> (*)	Quantidade e de <i>units</i> exercidas	Quantidade de <i>units</i> vencidas/caducadas	Quantidade de <i>units</i> - saldo
Programas 2006 a 2015		9.581.720				2.828.178	6.753.542	-
Total das opções outorgadas		<u>9.581.720</u>				<u>2.828.178</u>	<u>6.753.542</u>	<u>-</u>

(*) Valores originais nas datas dos Programas de Outorga das Opções.

Em 2 e 3 de março de 2016, foi aprovado pela Reunião do Conselho de Administração o preço de exercício para o Programa de Opção de Ações 2016 e deliberaram a submeter o mesmo à prévia apreciação e recomendação do Comitê de Remuneração do Conselho de Administração da Companhia, para posterior exame e aprovação do Conselho de Administração.

Em 22 de agosto de 2016 com o cancelamento das *units*, caso seja exercida a opção de compra dos programas até 2015, serão emitidas cinco ações ordinárias ao beneficiário.

Programas	Preços de exercício R\$/ações (*)	Quantidade de ações outorgadas	Prazos de carência	Prazos de exercício	Valor das opções R\$/ações (*)	Quantidade de ações exercidas	Quantidade de ações vencidas/caducadas	Quantidade de ações - saldo
02/03/16 - Programa 2016	2,29	2.897.395			1,18	2.301.593	595.802	-
1º Lote anual		965.798	02/03/17	02/03/19		806.371	159.427	-
2º Lote anual		965.798	02/03/18	02/03/20		769.288	196.510	-
3º Lote anual		965.799	02/03/19	02/03/21		725.934	239.865	-
23/08/17 - Programa 2017	2,02	6.609.811			0,71	2.424.329	3.274.360	911.122
1º Lote anual		2.203.270	23/08/18	23/08/21		1.070.238	1.133.032	-
2º Lote anual		2.203.270	23/08/19	23/08/22		1.070.238	1.133.032	-
3º Lote anual		2.203.271	23/08/20	23/08/23		283.853	1.008.296	911.122

Notas Explicativas

Programas	Preços de exercício R\$/ações (*)	Quantidade de ações outorgadas	Prazos de carência	Prazos de exercício	Valor das opções R\$/ações (*)	Quantidade de ações exercidas	Quantidade de ações vencidas/caducadas	Quantidade de ações - saldo
28/02/18 - Programa 2018	3,51	<u>2.914.885</u>			1,61	<u>891.318</u>	<u>1.052.052</u>	<u>971.515</u>
1º Lote anual		971.628	28/02/19	28/02/22		573.297	398.331	-
2º Lote anual		971.628	28/02/20	28/02/23		159.011	326.861	485.756
3º Lote anual		971.629	28/02/21	28/02/24		159.010	326.860	485.759
19/02/19 - Programa 2019	4,39	<u>1.143.048</u>			1,52	<u>291.868</u>	<u>110.709</u>	<u>740.471</u>
1º Lote anual		381.016	19/02/20	19/02/23		97.289	36.903	246.824
2º Lote anual		381.016	19/02/21	19/02/24		97.289	36.903	246.824
3º Lote anual		381.016	19/02/22	19/02/25		97.290	36.903	246.823
Total das opções outorgadas		<u>13.565.139</u>				<u>5.909.108</u>	<u>5.032.923</u>	<u>2.623.108</u>

(*) Valores originais nas datas dos Programas de Outorga das Opções.

Os prazos de carência refletem as condições estabelecidas nos Programas, sob as quais as opções poderão ser exercidas em três lotes anuais, cada qual equivalente a 33,3333% do total da opção concedida em cada Programa.

Os preços de exercício dos lotes anuais serão corrigidos pelo IGP-M/FGV, na menor periodicidade legalmente admitida, até as datas de exercício das opções.

O prazo de exercício reflete o período de 24 meses para os Planos até 2016 e para os Planos a partir de 2017 reflete o período de 36 meses, sendo todos contados a partir do término dos prazos iniciais de carência dos lotes anuais.

O custo das opções outorgadas é calculado durante os respectivos períodos de carência, com base nos valores das opções, determinados pelo método de avaliação *Black-Scholes* nas datas dos Programas. Em função da baixa rotatividade histórica de administradores e colaboradores de alto nível beneficiários das outorgas, considera-se, no cálculo supramencionado, que 100% das opções serão *vested*.

Conforme determina o pronunciamento técnico CPC 10, a Companhia e suas controladas reconheceram, à medida que os serviços foram prestados, em transação de pagamento baseado em ações, o efeito no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$27 (R\$262 em 31 de dezembro de 2021).

Em 2021 foram exercidos parte dos programas de 2018 e 2019, tendo retenção na fonte referente ao imposto de renda e INSS, no montante de R\$367. Em 2022 foi exercido parte dos programas de 2017 e 2019, tendo retenção na fonte referente ao imposto de renda, no montante de R\$234. Ambos contabilizados em reservas de capital.

Das opções vigentes até 31 de dezembro de 2022, as exercidas representaram uma diluição na participação dos acionistas em 2,96% e as não exercidas, caso fossem totalmente exercidas sob determinadas condições previstas nos contratos, representariam uma diluição de participação dos atuais acionistas da ordem de 0,30%.

b) Planos de incentivo atrelado a ações

Performance Shares

Será outorgado aos beneficiários o direito a receber, gratuitamente, ações ordinárias da Companhia, se as metas forem alcançadas pelos beneficiários. A transferência da propriedade das ações ordinárias da Companhia outorgadas aos beneficiários a título de *Performance Shares* será realizada em um único lote, após 3 (três) anos ("Período de Carência"), a contar da data estabelecida para cada beneficiário em seu Contrato de Adesão ("Data Inicial"). O Conselho de Administração, entretanto, poderá, a seu exclusivo critério, antecipar a transferência da propriedade das ações ordinárias da Companhia outorgadas aos Beneficiários a título de *Performance Shares*, caso as

Notas Explicativas

metas descritas no programa tenham sido atingidas antes de 3 anos, hipótese em que o término do Período de Carência será antecipado. Em caso de desligamento de funcionário (rescisão ou demissão) as ações que lhe tenham sido concedidas e ainda não exercidas estarão automaticamente extintas.

Em 23 de agosto de 2017, foi aprovada a primeira outorga de 1.970.443 ações ordinárias para o Programa de *Performance Shares* dentro do limite estabelecido no Plano de Incentivo Atrelado a Ações.

Em 25 de fevereiro de 2021, foram aprovados novos programas de *Performance Shares* para os anos de 2020 (retroativo a 2 de julho de 2020) e 2021, sendo que cada programa possui 4 lotes anuais, com períodos de carência sendo: 1º lote com 2 anos de carência, 2º lote com 3 anos de carência, 3º lote com 4 anos de carência, e 4º lote com 5 anos de carência.

Em 9 de março de 2022, foi aprovado o novo programa de *Performance Shares* para o ano de 2022, com as mesmas características do programa anterior.

Programas	Quantidade de ações outorgadas	Prazos de carência	Valor das ações - R\$ (*)	Quantidade de ações exercidas	Quantidade de ações vencidas/caducadas	Quantidade de ações - saldo
23/08/17 - Programa 2017	1.970.443		2,31	597.403	1.373.040	-
- Lote Anual	1.970.443	23/08/20		597.403	1.373.040	-
02/07/20 - Programa 2020	889.877		5,27	161.291	61.178	667.408
1º Lote anual	222.469	02/07/22		161.291	61.178	-
2º Lote anual	222.469	02/07/23		-	-	222.469
3º Lote anual	222.469	02/07/24		-	-	222.469
4º Lote anual	222.470	02/07/25		-	-	222.470
25/02/21 - Programa 2021	896.683		5,23	-	-	896.683
1º Lote anual	224.171	25/02/23		-	-	224.171
2º Lote anual	224.171	25/02/24		-	-	224.171
3º Lote anual	224.171	25/02/25		-	-	224.171
4º Lote anual	224.170	25/02/26		-	-	224.170
09/03/22 - Programa 2022	821.944		7,09	-	-	821.944
1º Lote anual	205.486	09/03/24		-	-	205.486
2º Lote anual	205.486	09/03/25		-	-	205.486
3º Lote anual	205.486	09/03/26		-	-	205.486
4º Lote anual	205.486	09/03/27		-	-	205.486
Total das ações outorgadas	4.578.947			758.694	1.434.218	2.386.035

(*) Valores originais nas datas dos Programas de Outorga das ações.

A Companhia reconheceu o efeito no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$4.229 (R\$3.524 em 31 de dezembro de 2021).

Em 2022 foram exercidas 161.291 ações, referentes ao 1º lote do programa de 2020, tendo retenção referente ao imposto de renda retido na fonte, no montante de R\$394, sendo este, também, contabilizado em reservas de capital.

Das ações vigentes até 31 de dezembro de 2022, as exercidas representaram uma diluição na participação dos acionistas em 0,09% e as não exercidas, caso fossem totalmente exercidas sob determinadas condições previstas nos contratos, representariam uma diluição de participação dos atuais acionistas da ordem de 0,28%.

Notas Explicativas

Matching de ações

Será outorgado aos beneficiários o direito a receber, gratuitamente, 1 (uma) ação ordinária da Companhia para cada ação ordinária da Companhia adquirida por intermédio da Corretora (“*Matching*”), após 3 (três) anos (“Período de Carência”) da data de adesão, até o limite estabelecido nos seus respectivos Contratos de Adesão e respeitado o prazo de 15 (quinze) dias para transferir as ações adquiridas no âmbito deste Programa para uma conta de depósito de ações de sua titularidade, mantida pela Itaú Corretora de Valores S.A., instituição responsável pela escrituração das ações de emissão da Companhia (“Agente Escriturador”), bem como para autorizar que seja realizado, pelo Agente Escriturador, o bloqueio das referidas ações em razão de sua adesão do presente Programa.

Em 23 de agosto de 2017, foi aprovada a primeira outorga de 903.896 ações ordinárias para o Programa de *Matching* de ações dentro do limite estabelecido no Plano de Incentivo Atrelado a Ações.

Em 25 de fevereiro de 2021, foram aprovados novos programas de *Matching* de ações para os anos de 2020 (retroativo a 2 de julho de 2020) e 2021, sendo que cada programa possui 4 lotes anuais, com períodos de carência sendo: 1º lote com 2 anos de carência, 2º lote com 3 anos de carência, 3º lote com 4 anos de carência, e 4º lote com 5 anos de carência. Nesses programas, caso o beneficiário faça a adesão superior a 50% da outorga, receberá além de 1 (uma) ação ordinária, mais 0,5 (meio) ação complementar.

Em 9 de março de 2022, foi aprovado o novo programa de *Matching* de ações para o ano de 2022, com as mesmas características do programa anterior.

Programas	Quantidade de ações outorgadas	Prazos de carência	Valor das ações - R\$ (*)	Quantidade de ações aderidas/entregues	Quantidade de ações vencidas/caducadas	Quantidade de ações - saldo
23/08/17 - Programa 2017	903.896		2,31	200.774	703.122	-
- Lote Anual	903.896	3 anos		200.774	703.122	-
28/02/18 - Programa 2018	615.369		3,71	277.678	337.691	-
- Lote Anual	615.369	3 anos		277.678	337.691	-
19/02/19 - Programa 2019	523.485		4,11	156.537	366.948	-
- Lote Anual	523.485	3 anos		156.537	366.948	-
02/07/20 - Programa 2020	646.880		5,27	539.179	107.701	-
1º Lote anual	161.720	2 anos		134.796	26.924	-
2º Lote anual	161.720	3 anos		134.795	26.925	-
3º Lote anual	161.720	4 anos		134.794	26.926	-
4º Lote anual	161.720	5 anos		134.794	26.926	-
25/02/21 - Programa 2021	651.828		5,23	538.853	112.975	-
1º Lote anual	162.957	2 anos		134.713	28.244	-
2º Lote anual	162.957	3 anos		134.713	28.244	-
3º Lote anual	162.957	4 anos		134.713	28.244	-
4º Lote anual	162.957	5 anos		134.714	28.243	-
09/03/22 - Programa 2022	682.652		7,09	-	-	682.652
1º Lote anual	170.663	2 anos		-	-	170.663
2º Lote anual	170.663	3 anos		-	-	170.663
3º Lote anual	170.663	4 anos		-	-	170.663
4º Lote anual	170.663	5 anos		-	-	170.663
Total das ações outorgadas	4.024.110			1.713.021	1.628.437	682.652

(*) Valores originais nas datas dos Programas de Outorga das ações.

Notas Explicativas

A Companhia reconheceu o efeito no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$2.594 (R\$1.463 em 31 de dezembro de 2021), pois houve Contrato de Adesão ao referido Programa.

Até 31 de dezembro de 2022, foram realizadas adesões de 1.234.569 ações, caso essas adesões permaneçam até o final do prazo de carência, a partir da sua data de adesão, seu percentual de diluição seria 0,14%, as não aderidas, caso fossem totalmente aderidas sob determinadas condições previstas nos contratos, representariam uma diluição de participação dos atuais acionistas da ordem de 0,08%.

Em 2021 foram entregues 193.900 ações, referente à parte do programa de 2017, tendo retenção referente ao imposto de renda retido na fonte, no montante de R\$360, ambos contabilizados em reservas de capital. Em 2022 foram entregues 274.400 ações, referente à parte do programa de 2018, tendo retenção referente ao imposto de renda retido na fonte, no montante de R\$514, sendo este, também, contabilizado em reservas de capital. As ações entregues representaram uma diluição na participação dos acionistas de 0,06%.

25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) - correntes e diferidos.

A conciliação do IRPJ e da CSLL apropriados ao resultado é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
	Reapresentado*		Reapresentado*	
Lucro antes da tributação (*)	521.352	310.320	580.479	336.463
Exclusão de equivalência patrimonial	(113.706)	(53.698)	-	-
Lucro antes da tributação ajustado	407.646	256.622	580.479	336.463
I - Valor base - IRPJ e CSLL:	(138.576)	(87.227)	(197.339)	(114.373)
Alíquotas nominais de 15% IRPJ e de 9% CSLL	(97.835)	(61.589)	(139.315)	(80.751)
Alíquota adicional de 10% IRPJ com dedução de R\$240	(40.741)	(25.638)	(58.024)	(33.622)
II - Efeitos das adições e exclusões permanentes de despesas e receitas	44.146	28.564	42.697	28.073
Adições permanentes:				
Remuneração variável da Diretoria	(1.152)	(1.338)	(1.152)	(1.338)
Plano de opção de compra de ações / Plano de incentivo atrelado a ações	(2.329)	(1.785)	(2.329)	(1.785)
Outras	(2.091)	(2.007)	(3.610)	(2.615)
Exclusões permanentes:				
Juros sobre capital próprio pagos	48.739	33.124	48.739	33.124
Opções exercidas	954	539	954	539
Correção impostos - SELIC	25	31	95	148
III - Efeitos dos incentivos fiscais:	2.528	2.223	3.741	2.843
Incentivos fiscais	2.528	2.223	3.741	2.843
IV - Taxa efetiva:				
IRPJ e CSLL ajustados (I + II + III)	(91.902)	(56.440)	(150.901)	(83.457)
Alíquota efetiva	22,54%	21,99%	26,00%	24,80%
V - Efeitos do IRPJ e da CSLL diferidos:	-	-	9	-
Não contabilização de prejuízos fiscais e diferenças temporárias (*)	-	-	9	-
VI - Ajustes extraordinários:	-	2.526	(137)	3.400
IRPJ e CSLL de exercício anterior	-	2.526	(137)	3.400
Efeitos do IRPJ e da CSLL no resultado (IV + V + VI)	(91.902)	(53.914)	(151.029)	(80.057)
IRPJ e CSLL - correntes	(117.644)	(66.622)	(173.101)	(90.554)
IRPJ e CSLL - diferidos (*)	25.742	12.708	22.072	10.497
Total	(91.902)	(53.914)	(151.029)	(80.057)

(*) Conforme nota explicativa nº 4.

Notas Explicativas**b) Composição dos ativos e passivos fiscais diferidos**

Ativo (passivo)	Controladora					
	31.12.2022			31.12.2021 - Reapresentado*		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Diferenças temporárias:						
Provisão para perdas de créditos esperadas	3.767	1.356	5.123	5.528	1.990	7.518
Provisão para contingências	32.561	11.722	44.283	28.869	10.393	39.262
Amortização do ágio	(15.485)	(5.575)	(21.060)	(16.107)	(5.798)	(21.905)
Depreciação	(46.804)	(16.849)	(63.653)	(41.321)	(14.875)	(56.196)
Perda por desvalorização de ativos	4.566	1.644	6.210	5.008	1.803	6.811
Arrendamento mercantil	31.665	11.400	43.065	18.219	6.559	24.778
Provisão de fornecedores - MMC	34.018	12.247	46.265	21.541	7.755	29.296
Outras	12.933	4.975	17.908	16.509	6.325	22.834
Perdas atuariais	(4.191)	(1.508)	(5.699)	(2.650)	(954)	(3.604)
Total	53.030	19.412	72.442	35.596	13.198	48.794
Ativo	53.030	19.412	72.442	35.596	13.198	48.794

(*) Conforme nota explicativa nº 4.

Ativo (passivo)	Consolidado					
	31.12.2022			31.12.2021 - Reapresentado*		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	-	-	-	5.003	1.801	6.804
Diferenças temporárias:						
Provisão para perdas de créditos esperadas	4.501	1.620	6.121	5.743	2.068	7.811
Provisão para contingências	34.537	12.433	46.970	30.415	10.949	41.364
Amortização do ágio	(25.351)	(9.126)	(34.477)	(25.973)	(9.350)	(35.323)
Depreciação	(52.785)	(19.003)	(71.788)	(47.330)	(17.039)	(64.369)
Perda por desvalorização de ativos	4.566	1.644	6.210	5.008	1.803	6.811
Arrendamento mercantil	36.941	13.299	50.240	22.267	8.015	30.282
Provisão de fornecedores - MMC	34.018	12.247	46.265	21.541	7.755	29.296
Outras	16.569	6.283	22.852	19.945	7.563	27.508
Precatórios a receber	(1.732)	(625)	(2.357)	(1.634)	(590)	(2.224)
Perdas atuariais	(5.541)	(1.994)	(7.535)	(3.419)	(1.231)	(4.650)
Total	45.723	16.778	62.501	31.566	11.744	43.310
Ativo	58.246	21.287	79.533	39.623	14.644	54.267
Passivo	(12.523)	(4.509)	(17.032)	(8.057)	(2.900)	(10.957)

(*) Conforme nota explicativa nº 4.

Até 31 de dezembro de 2022, os créditos fiscais diferidos sobre as diferenças temporárias são aplicáveis à Companhia e suas controladas Tecon Vila do Conde, Santos Brasil Logística e Terminal de Veículos/TEV.

26. RESULTADO POR AÇÃO**a) Resultado básico por ação**

O resultado por ação básico foi calculado com base no resultado da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 e na respectiva quantidade média de ações ordinárias em circulação nesses exercícios, conforme o quadro a seguir:

	31.12.2022	31.12.2021
	Ordinárias	Ordinárias Reapresentado*
Lucro líquido do exercício	429.451	256.406
Média ponderada das ações	863.224.518	862.175.543
Resultado por ação básico	0,49750	0,29739

(*) Conforme nota explicativa nº 4.

Notas Explicativas

b) Resultado diluído por ação

Sobre o resultado da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o resultado por ação diluído foi calculado conforme segue:

	31.12.2022	31.12.2021
	<u>Ordinárias</u>	<u>Ordinárias</u>
		Reapresentado*
Lucro líquido do exercício	429.451	256.406
Média ponderada das ações	863.224.518	862.175.543
Efeitos potenciais de subscrição de opção de ações	3.836.430	3.251.039
Resultado por ação diluído	0,49530	0,29628

(*) Conforme nota explicativa nº 4.

O lucro diluído por ação é calculado considerando os instrumentos que possam ter potencial efeito dilutivo no futuro.

27. PASSIVOS ATUARIAIS - ASSISTÊNCIA MÉDICA COMPLEMENTAR

Referem-se à provisão para assistência médica complementar, que reflete os custos dos planos de saúde aos empregados e diretores estatutários que farão jus ao benefício em período pós-emprego, conforme a Lei nº 9.656/98 e o pronunciamento técnico CPC 33 (R1), determinado com base em estudo atuarial.

Os cálculos atuariais, efetuados sob a responsabilidade de atuário independente Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda, tiveram como premissas básicas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

<u>Hipóteses</u>	31.12.2022	31.12.2021
<u>Hipóteses econômicas:</u>		
Taxa de Desconto	6,18% a.a.	5,33% a.a.
Inflação Econômica	3,00% a.a.	3,50% a.a.
Inflação Médica ("HCCTR")	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Fator Idade ("Aging Factor")	3,50% a.a.	3,00% a.a.
Evolução do Custo Médico	Inflação Econômica + Inflação Médica + Fator Idade	Inflação Econômica + Inflação Médica + Fator Idade
Evolução da Contribuição	Inflação Econômica + Inflação Médica	Inflação Econômica + Inflação Médica
<u>Hipóteses biométricas:</u>		
Tábua de Mortalidade	AT-2000, segregada por sexo	AT-2000, segregada por sexo
Rotatividade	10% (Santos Brasil Logística S.A.) e 5% (Demais empresas)	10% (Santos Brasil Logística S.A.) e 5% (Demais empresas)
Idade de Entrada em Aposentadoria	Homem: 65 anos Mulher: 62 anos	Homem: 65 anos Mulher: 62 anos
Hipóteses de Aposentadoria	100% na primeira elegibilidade	100% na primeira elegibilidade
Permanência na Aposentadoria	36,22%	36,95%
<u>Outras hipóteses</u>		
Composição Familiar	<u>Participantes Ativos</u> 90,00% Casados	<u>Participantes Ativos</u> 90,00% Casados
	Diferença de Idade Titular: Masculino - 3 anos mais novo e Feminino - 3 anos mais velho	Diferença de Idade Titular: Masculino - 3 anos mais novo e Feminino - 3 anos mais velho
	<u>Participantes Assistidos</u> Família Real	<u>Participantes Assistidos</u> Família Real

Com base nos relatórios do atuário independente elaborados, os quais contêm os valores de despesas projetadas, a Companhia e suas controladas registraram provisões proporcionais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Valor presente das obrigações atuariais	2.531	5.239	3.411	7.087
Perdas atuariais calculadas	17.269	18.191	22.931	24.329
Passivo atuarial líquido total a ser provisionado	19.800	23.430	26.342	31.416

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Saldo Inicial	23.430	58.197	31.416	76.494
Custo do serviço	546	1.230	739	1.813
Juros sobre a obrigação	2.088	4.136	2.803	5.440
Benefícios pagos no ano (-)	(103)	(127)	(131)	(166)
(Ganho) / Perda atuarial sobre as obrigações de benefício definido	(6.161)	(40.006)	(8.485)	(52.165)
Saldo Final	19.800	23.430	26.342	31.416
(Ganho) / Perda atuarial sobre as obrigações de benefício definido	(6.161)	(40.006)	(8.485)	(52.165)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre (Ganho) / Perda	2.095	13.602	2.885	17.736
Equivalência sobre (Ganho) / Perda	(1.534)	(8.025)	-	-
Efeito no patrimônio líquido	(5.600)	(34.429)	(5.600)	(34.429)

Análise de sensibilidade do passivo atuarial

Efeitos	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Taxa de desconto -0,5% sobre a taxa nominal	21.575	25.763	29.003	34.331
Taxa de desconto +0,5% sobre a taxa nominal	18.226	21.484	24.263	27.864
Tábua de mortalidade -10%	20.920	24.777	28.087	33.498
Tábua de mortalidade +10%	18.810	22.223	24.911	28.914
Custos médicos +1,0% sobre a taxa real de crescimento	23.919	32.137	32.194	41.412
Custos médicos -1,0% sobre a taxa real de crescimento	16.539	21.268	22.164	28.953

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Esses instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.), a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* as condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas definidas pela Administração da Companhia.

Notas Explicativas

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequadas. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os respectivos custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos.

a) Classificação dos instrumentos financeiros

	Nível de hierarquia	Controladora				Consolidado			
		31.12.2022		31.12.2021		31.12.2022		31.12.2021	
		Valor contábil	Valor justo						
Ativo:									
Caixa e saldo em bancos	-	3.578	3.578	2.262	2.262	6.481	6.481	4.672	4.672
		3.578	3.578	2.262	2.262	6.481	6.481	4.672	4.672
Mensurados pelo custo amortizado:									
Contas a receber	2	111.409	111.409	150.596	150.596	179.722	179.722	209.989	209.989
Dividendos a receber	2	27.027	27.027	13.359	13.359	-	-	-	-
Precatórios a receber	2	-	-	-	-	8.382	8.382	6.543	6.543
		138.436	138.436	163.955	163.955	188.104	188.104	216.532	216.532
Valor justo por meio do resultado:									
Aplicações Financeiras	2	353.753	353.753	607.055	607.055	608.150	608.150	818.668	818.668
Outras aplicações financeiras	2	-	-	241.296	241.296	-	-	241.296	241.296
		353.753	353.753	848.351	848.351	608.150	608.150	1.059.964	1.059.964
Passivo:									
Mensurados pelo custo amortizado:									
Empréstimos e financiamentos	2	-	-	20.091	20.239	6.652	6.652	33.107	33.255
Debêntures	2	274.458	275.206	303.497	302.838	328.415	324.565	360.128	349.351
Fornecedores	2	103.108	103.108	79.416	79.416	149.019	149.019	115.146	115.146
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	2	11.790	11.790	111.140	111.140	11.790	11.790	111.140	111.140
Precatórios a pagar (*)	2	-	-	-	-	5.956	5.956	5.234	5.234
		389.356	390.104	514.144	513.633	501.832	497.982	624.755	614.126
Valor justo por meio do resultado:									
Swap	2	-	-	-	-	1.628	1.628	-	-
		-	-	-	-	1.628	1.628	-	-

(*) Os precatórios estão classificados nos balanços patrimoniais, na rubrica "Outros passivos", no passivo não circulante.

Notas Explicativas



CNPJ nº 02.762.121/0001-04

Valor justo

Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Administração estabeleceu o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e o modelo de precificação de *swap* que faz o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam com o mínimo possível de informações geradas pela Administração da própria Companhia.

O valor justo desses derivativos quando aplicável é obtido por modelo de fluxos de caixa futuros, de acordo com as taxas contratuais, descontados para valor presente utilizando as taxas de mercado. As informações utilizadas para as projeções são divulgadas pela B3 - Brasil Bolsa Balcão, BC - Banco Central do Brasil, ANBIMA, entre outros.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteção das oscilações de passivos de curto e longo prazo, denominados em moeda estrangeira e/ou indexados ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA relativos a empréstimos e financiamentos e Debêntures. Tais operações não são utilizadas para fins especulativos.

O quadro a seguir mostra todas as operações com instrumentos financeiros derivativos existentes ou que tenham produzido efeitos financeiros. A coluna "Recebimentos/Pagamentos" mostra os valores recebidos/pagos por liquidações efetuadas ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e a coluna "Receita/Despesa" mostra o efeito reconhecido no resultado financeiro, associado às liquidações e à variação de valor justo dos derivativos nesse exercício:

Identificação	Valor		Finalidade	Recebimento (pagamento)	Receita (despesa)	Valor justo		Ponta ativa	Ponta passiva
	nominal	Vencimento				Dez./2022	Dez./2021		
Consolidado	60.037	Nov./2031	Associado à IPCA	(2.407)	(1.600)	1.628	-	IPCA + 4,20%	CDI - 1,12% a.a.

b) Risco de mercado

As políticas da Companhia relativas à gestão de riscos de mercado incluem, entre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado e relatórios que monitoram os riscos a que a Companhia está sujeita.

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações devido aos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio e da taxa de juros sobre o valor de suas participações em instrumentos financeiros.

A Companhia mantém constante mapeamento de riscos, ameaças e oportunidades, com base na projeção dos cenários e seus impactos nos resultados. Adicionalmente, também são analisados quaisquer outros fatores de risco e a possibilidade da realização de operações para proteção contra eles.

b.1) *Risco cambial e análise de sensibilidade*

As transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente o Euro, encerraram o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 com desvalorização em relação ao Real de 11,89% em relação a 31 de dezembro de 2021.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros para proteção das oscilações de passivos circulantes denominados em moeda estrangeira relativos a empréstimos e financiamentos, portanto sem fins especulativos.

Notas Explicativas

CNPJ nº 02.762.121/0001-04

Em 31 de dezembro de 2022, as controladas possuíam financiamentos denominados em moeda estrangeira e a Companhia os considera como os únicos instrumentos financeiros que podem oferecer risco de cobertura.

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

No quadro a seguir foram considerados cinco cenários de risco para os indexadores de moedas desses passivos financeiros, a Administração adotou para o cenário provável da Companhia e de suas controladas a taxa divulgada pelo Banco Central do Brasil. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% das taxas no cenário provável. Já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50% das taxas no cenário provável.

Operação	Risco	Taxa	Exposição	Consolidado				
				Cenário provável I	Cenário II (+) 25%	Cenário III (+) 50%	Cenário IV (-) 25%	Cenário V (-) 50%
Saldos patrimoniais								
Passivos financeiros:								
Empréstimos e financiamentos	€	5,57	6.494	-	1.623	3.247	(1.623)	(3.247)
Dívida líquida			6.494	-	1.623	3.247	(1.623)	(3.247)

(*) O valor apresentado refere-se ao montante nominal dos contratos vigentes.

b.2) Exposição de juros e análise de sensibilidade

A Companhia gerencia esse risco ponderando a contratação de taxas pós-fixadas e prefixadas. Essas contratações estão expostas ao risco de flutuações na taxa de juros em função da parte passiva das operações de dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexado ao CDI, neutraliza parcialmente o risco de taxa de juros.

A parte passiva das obrigações com poder concedente está exposta ao risco de flutuação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Os saldos que estão expostos à volatilidade das taxas de juros praticadas estão sendo apresentados no quadro Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros.

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável a taxa divulgada pela B3 das operações de dívidas referenciadas em CDI e os índices acumulados dos últimos 12 meses para os passivos atrelados IPCA, IGP-M e INPC. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

Notas Explicativas



CNPJ nº 02.762.121/0001-04

Operação	Risco	Taxa	Exposição	Controladora				
				Cenário provável I	Cenário II (+) 25%	Cenário III (+) 50%	Cenário IV (-) 25%	Cenário V (-) 50%
Saldos patrimoniais								
Ativos financeiros:								
Aplicações financeiras	CDI	13,65%	353.753	48.287	60.359	72.431	36.215	24.144
Passivos financeiros:								
Debêntures	CDI	13,65%	274.458	37.464	46.829	56.195	28.098	18.732
Arrendamento mercantil	IGP-M	5,45%	1.581	86	108	129	65	43
Arrendamento mercantil	IPCA	5,79%	1.290.307	74.709	93.386	112.063	56.032	37.354
Dívida líquida			1.212.593	63.972	79.964	95.956	47.980	31.985
Saldos patrimoniais								
Ativos financeiros:								
Aplicações financeiras	CDI	13,65%	608.150	83.012	103.766	124.519	62.259	41.506
Passivos financeiros:								
Empréstimos e financiamentos	CDI	13,65%	6.652	908	1.135	1.362	681	454
Debêntures	CDI	13,65%	274.458	37.464	46.829	56.195	28.098	18.732
Debêntures	IPCA	5,79%	53.957	3.124	3.905	4.686	2.343	1.562
Swap	CDI	13,65%	1.628	222	278	333	167	111
Arrendamento mercantil	IGP-M	5,45%	1.581	86	108	129	65	43
Arrendamento mercantil	IPCA	5,79%	1.485.087	85.987	107.483	128.980	64.490	42.993
Dívida líquida			1.215.213	44.779	55.972	67.166	33.585	22.389

c) Risco de crédito

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação (pulverização do risco).

A provisão consolidada para perdas de crédito esperadas, em 31 de dezembro de 2022, era de R\$18.011, representando 9,11% do saldo de contas a receber em aberto. Em 31 de dezembro de 2021, essa provisão era de R\$22.976, equivalente a 9,86%.

Também, a Administração, visando minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Ativo:				
Caixa e equivalentes de caixa	357.331	609.317	614.631	823.340
Outras aplicações financeiras	-	241.296	-	241.296
Contas a receber	111.409	150.596	179.722	209.989
Dividendos a receber	27.027	13.359	-	-
Precatórios a receber	-	-	8.382	6.543
Total	495.767	1.014.568	802.735	1.281.168

Notas Explicativas



CNPJ nº 02.762.121/0001-04

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir as obrigações nos prazos estabelecidos.

A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

A Administração julga que a Companhia não tem risco de liquidez, considerando a sua capacidade de geração de caixa e a sua estrutura de capital com baixa participação de capital de terceiros.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos, a fim de reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

	Controladora					
	Saldo contábil 31.12.2022	Fluxo de pagamento				
		Fluxo esperado	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 30 anos
Passivo						
Debêntures	274.458	360.244	68.882	184.689	106.673	-
Fornecedores	103.108	103.108	77.614	25.494	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	11.790	11.790	11.790	-	-	-
Obrigações com poder concedente	6.152	6.249	6.249	-	-	-
Arrendamento mercantil	1.291.888	2.765.387	291.145	331.298	337.002	1.805.942
Total	1.687.396	3.246.778	455.680	541.481	443.675	1.805.942

	Consolidado					
	Saldo contábil 31.12.2022	Fluxo de pagamento				
		Fluxo esperado	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 30 anos
Passivo						
Empréstimos e financiamentos	6.652	6.875	4.692	2.183	-	-
Debêntures	328.415	435.906	77.386	201.700	123.563	33.257
Fornecedores	149.019	149.019	123.525	25.494	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	11.790	11.790	11.790	-	-	-
Obrigações com poder concedente	6.152	6.249	6.249	-	-	-
Arrendamento mercantil	1.486.668	3.077.536	323.908	394.576	400.280	1.958.772
Precatórios a pagar	5.956	5.956	-	5.956	-	-
Total	1.994.652	3.693.331	547.550	629.909	523.843	1.992.029

e) Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, do credor e do mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno sobre o capital aplicado considerando os resultados das atividades econômicas dos segmentos operacionais, como também o nível de dividendos para acionistas ordinários e preferenciais.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. O objetivo é atingir um retorno compatível com o seu custo de capital revisado anualmente por meio do conceito do Custo Médio Ponderado de Capital ("*Weighted Average Cost of Capital - WACC*").

A dívida em relação ao capital no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 está apresentada a seguir:

Notas Explicativas



CNPJ nº 02.762.121/0001-04

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
	Reapresentado*		Reapresentado*	
Total dos passivos circulante e não circulante	1.885.419	1.697.100	2.255.795	2.052.802
(-) Caixa, equivalentes de caixa e outras aplicações	(357.331)	(850.613)	(614.631)	(1.064.636)
Dívida Líquida	<u>1.528.088</u>	<u>846.487</u>	<u>1.641.164</u>	<u>988.166</u>
Total do patrimônio líquido	2.092.883	2.218.263	2.092.883	2.218.263
Relação dívida líquida sobre o patrimônio líquido	0,73014	0,38160	0,78416	0,44547

(*) Conforme nota explicativa nº 4.

29. EFEITOS NÃO CAIXA

Efeitos nas demonstrações em referência que não afetaram o caixa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, caso a operação tivesse afetado o caixa, seria apresentada na rubrica do fluxo de caixa abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
	Reapresentado*		Reapresentado*	
Aumento de capital com reserva	850	-	850	-
(Aumento) do intangível das obrigações com poder concedente	(17.604)	(15.967)	(17.604)	(15.967)
(Aumento) do imobilizado do arrendamento mercantil	(291.382)	(137.217)	(312.404)	(197.635)
Transações das atividades de investimentos	<u>(308.136)</u>	<u>(153.184)</u>	<u>(329.158)</u>	<u>(213.602)</u>

(*) Conforme nota explicativa nº 4.

30. COBERTURA DE SEGUROS

Os seguros listados na tabela abaixo cobrem principalmente eventos de: responsabilidade civil, bens móveis e imóveis, responsabilidade civil de empregador (RCE), Perda de receita por bloqueio de berço e canal, danos elétricos, transporte de mercadorias, transporte de passageiros e embarcações, danos morais, furto e desvio de carga, danos aos cascos de embarcações e acidentes pessoais de passageiros (APPs).

Produto	Controladora e Consolidado		
	Cobertura	Moeda	Vencimento
Seguro de operador portuário - SOP terminais portuários (*)	74.000	US\$	jan-23
Responsabilidade civil - ampla	50.000	US\$	
Bens móveis e imóveis	20.000	US\$	
Perda de receita por bloqueio de berço e canal (1)	4.000	US\$	
Seguro de operador portuário - SOP terminais granéis líquidos (*)	82.500	R\$	jun-23
Responsabilidade civil - ampla	30.000	R\$	
Bens móveis e imóveis	45.000	R\$	
Perda de receita por bloqueio de berço e canal (1)	7.500	R\$	
Seguro da frota de veículos (passeio) - por veículo	460	R\$	out-23
Acidentes Pessoais Passageiros - APPs	10	R\$	
Danos materiais a terceiros	200	R\$	
Danos corporais a terceiros	200	R\$	
Danos morais	50	R\$	
Casco	100% tabela FIPE	R\$	

Notas Explicativas

CNPJ nº 02.762.121/0001-04

Produto	Controladora e Consolidado		
	Cobertura	Moeda	Vencimento
Seguro da frota de veículos (caminhões) - por veículo	1.300	R\$	out-23
Danos materiais a terceiros	500	R\$	
Danos pessoais a terceiros	700	R\$	
Danos morais	100	R\$	
Transporte rodoviário de carga - RCTR-C	10.000	R\$	jan-23
Furto e desvio de carga - RCF-DC	10.000	R\$	jan-23
Responsabilidade civil por danos ambientais	30.000	R\$	jul-23
Responsabilidade civil - administradores e diretores	40.000	R\$	jun-23
Riscos nomeados - escritórios Santos e São Paulo	2.621	R\$	abr-23
Responsabilidade civil - POSI (<i>Public Offering of Securities Insurance</i>)	60.000	R\$	out-25

(*) O Seguro de Operador Portuário ("SOP"), da cobertura destes seguros, a soma de indenizações pagas não poderá exceder ao limite máximo de garantia.

(1) Consequentes de paralisação total ou parcial das atividades.

31. COMPROMETIMENTO DE CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2022, existiam solicitações (pedidos de compra) atreladas à aquisição futura de bens do ativo imobilizado no montante de R\$7.511 (R\$5.465 em 31 de dezembro de 2021), as quais não estavam contabilizadas nestas demonstrações financeiras.

32. RISCO SACADO

A Companhia e suas controladas mantêm convênios firmados com bancos parceiros para estruturar com alguns fornecedores a operação de antecipação de recebíveis. Nessa operação os fornecedores transferem o direito do recebimento dos títulos para o Banco em troca do recebimento antecipado do título. O Banco, por sua vez, passa a ser o credor da operação, e a Companhia e suas controladas efetuam a liquidação do título na mesma data originalmente acordada com seu fornecedor. Essa operação não altera os termos e condições anteriormente estabelecidos com os fornecedores e por esse motivo a Administração classifica tais transações como atividade operacional na demonstração individual e consolidada dos fluxos de caixa. A Companhia e suas controladas tinham em aberto, na rubrica "Fornecedores risco sacado", em 31 de dezembro de 2022, o montante de R\$15.393 (R\$10.023 em 31 de dezembro de 2021).

33. SEGMENTOS OPERACIONAIS

As informações por segmento operacional estão apresentadas nas demonstrações a seguir que integram esta nota explicativa, em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 22 - Informações por Segmento.

A definição dos segmentos operacionais e a estrutura das demonstrações seguem o modelo de gestão já utilizado no acompanhamento dos negócios pelos administradores das unidades, junto com os seus gerentes e com reporte à Diretoria Estatutária; da mesma forma, são apresentados nas reuniões do Conselho de Administração.

As políticas contábeis utilizadas nas informações por segmento são as mesmas utilizadas nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, conforme nota explicativa nº 3.

Notas Explicativas



CNPJ nº 02.762.121/0001-04

Segmentos operacionais

Terminais Portuários de Contêineres, representando a agregação dos resultados e do capital empregado das unidades de negócio: (a) Tecon Santos; (b) Tecon Imbituba, incluindo o TCG Imbituba; (c) Tecon Vila do Conde; e (d) Terminal Saboó. Suas atividades são as de operador portuário de carga e descarga de navios porta-contêineres e as de recinto alfandegado em zona primária, incluindo, principalmente, a armazenagem das cargas movimentadas em seus cais.

A agregação dos terminais portuários de contêineres é efetuada por tratar-se de unidades de características econômicas semelhantes e, também, por terem semelhantes: (a) a natureza dos processos de produção; (b) o tipo ou a categoria de clientes de seus serviços; (c) os métodos usados para prestar os serviços; e (d) a natureza do ambiente regulatório.

Logística, com unidades de negócio em Santos, Guarujá, São Bernardo do Campo, São Paulo e Imbituba, suas atividades são as de transporte rodoviário, de centro de distribuição e de transporte de distribuição, em sinergia com os terminais portuários de contêineres.

Terminal de Veículos, com unidade de negócio no Porto de Santos, suas atividades são as de embarque e desembarque de veículos em navios do fluxo comercial de exportação e importação e as atividades de pátio, principalmente armazenagem alfandegada.

Terminais Líquidos, com unidades de negócio no Porto de Itaquí, suas atividades são as de movimentação e armazenagem de granéis líquidos, especialmente combustíveis.

Demonstrações

Demonstração do resultado até o EBITDA (Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização - LAJIDA), representando o desempenho operacional das unidades, retratado pelas contas contábeis sob gestão direta dos administradores. Nessa demonstração também é apresentado o *Earnings Before Interest and Taxes* - EBIT.

Demonstração do capital empregado, representando as contas contábeis dos ativos operacionais, líquidos dos passivos relacionados aos créditos da operação, sob gestão direta dos administradores das unidades.

Em complemento às informações dos segmentos operacionais, estão destacadas em coluna própria nas demonstrações as informações das atividades institucionais que não podem ser atribuídas aos segmentos operacionais, ou seja, os valores relacionados: (a) à administração central; (b) à gestão financeira; e (c) aos tributos diretos sobre o lucro.

A seguir, as demonstrações citadas para os exercícios a que se referem estas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

 a) Demonstração consolidada do resultado por segmento operacional

Contas	Terminais Portuários		Logística		Terminal de Veículos		Terminais Líquidos		Institucional		Eliminações		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
	Reapresentado*		Reapresentado*		Reapresentado*		Reapresentado*		Reapresentado*		Reapresentado*		Reapresentado*	
Receita operacional bruta	1.587.408	1.333.161	502.612	356.997	138.831	88.917	779	-	-	-	(11.700)	(10.657)	2.217.930	1.768.418
Deduções da receita	(186.570)	(163.695)	(79.308)	(57.917)	(21.069)	(13.532)	(111)	-	-	-	969	955	(286.089)	(234.189)
Receita operacional líquida	1.400.838	1.169.466	423.304	299.080	117.762	75.385	668	-	-	-	(10.731)	(9.702)	1.931.841	1.534.229
Custo dos serviços prestados	(763.667)	(671.638)	(226.523)	(195.995)	(49.206)	(39.186)	(26.382)	-	-	-	10.731	9.702	(1.055.047)	(897.117)
Custos variáveis / fixos	(614.510)	(541.131)	(209.254)	(179.549)	(32.209)	(22.998)	(7.014)	-	-	-	10.731	9.702	(852.256)	(733.976)
Depreciação / amortização	(149.157)	(130.507)	(17.269)	(16.446)	(16.997)	(16.188)	(19.368)	-	-	-	-	-	(202.791)	(163.141)
Lucro bruto	637.171	497.828	196.781	103.085	68.556	36.199	(25.714)	-	-	-	-	-	876.794	637.112
Despesas operacionais	(99.566)	(103.395)	(116.369)	(82.648)	(6.076)	(4.761)	(3.790)	-	(48.191)	(44.803)	-	-	(273.992)	(235.607)
Despesas com vendas	(52.139)	(62.456)	(103.934)	(75.064)	(4.742)	(3.441)	(709)	-	-	-	-	-	(161.524)	(140.961)
Despesas gerais e administrativas	(47.020)	(44.621)	(13.433)	(11.409)	(1.207)	(1.230)	(3.081)	-	(80.432)	(44.014)	-	-	(145.173)	(101.274)
Depreciação / amortização	(189)	(267)	(74)	(74)	-	-	-	-	(4.089)	(3.932)	-	-	(4.352)	(4.273)
Outras	(218)	3.949	1.072	3.899	(127)	(90)	-	-	36.330	3.143	-	-	37.057	10.901
EBIT	537.605	394.433	80.412	20.437	62.480	31.438	(29.504)	-	(48.191)	(44.803)	-	-	602.802	401.505
Depreciação / amortização	149.346	130.774	17.343	16.520	16.997	16.188	19.368	-	4.089	3.932	-	-	207.143	167.414
EBITDA (LAJIDA)	686.951	525.207	97.755	36.957	79.477	47.626	(10.136)	-	(44.102)	(40.871)	-	-	809.945	568.919
Resultado financeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	(22.323)	(65.042)	-	-	(22.323)	(65.042)
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	113.706	53.698	(113.706)	(53.698)	-	-
IRPJ / CSLL	-	-	-	-	-	-	-	-	(151.029)	(80.057)	-	-	(151.029)	(80.057)
Lucro líquido	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	429.450	256.406

(*) Conforme nota explicativa nº 4.

Em 31 de dezembro de 2022 as receitas de um cliente do segmento de terminais portuários representavam R\$396.202 (R\$341.337 em 31 de dezembro de 2021), equivalentes a 25,0% (25,6% em 31 de dezembro de 2021) do total da receita bruta consolidada.

Notas Explicativas

b) Demonstração consolidada do capital empregado por segmento operacional

Contas	Terminais Portuários		Logística		Terminal de Veículos		Terminais Líquidos		Institucional		Eliminações		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
		Reapresentado*		Reapresentado*		Reapresentado*		Reapresentado*		Reapresentado*		Reapresentado*		Reapresentado*
Capital empregado														
Ativo circulante	165.639	196.942	45.766	39.741	11.283	12.945	906	-	636.248	1.087.398	(2.017)	(2.807)	857.825	1.334.219
Caixas e equivalentes de caixa	-	-	-	-	-	-	-	-	614.631	823.340	-	-	614.631	823.340
Outras aplicações financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	241.296	-	-	-	241.296
Outros	165.639	196.942	45.766	39.741	11.283	12.945	906	-	21.617	22.762	(2.017)	(2.807)	243.194	269.583
Ativo não circulante	2.553.062	2.336.196	194.743	191.566	204.108	210.382	337.366	-	689.309	638.162	(487.735)	(439.460)	3.490.853	2.936.846
Outros	339.612	312.241	5.796	6.246	29	28	-	-	110.481	87.842	-	-	455.918	406.357
Investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	487.735	439.460	(487.735)	(439.460)	-	-
Imobilizado	2.162.567	1.991.716	148.489	144.925	204.079	210.354	337.116	-	19.580	35.861	-	-	2.871.831	2.382.856
Intangível	50.883	32.239	40.458	40.395	-	-	250	-	71.513	74.999	-	-	163.104	147.633
Passivo circulante	(139.267)	(146.597)	(50.481)	(40.466)	(4.098)	(4.954)	(18.906)	-	(14.507)	(15.500)	2.017	2.807	(225.242)	(204.710)
Fornecedores	(68.246)	(72.526)	(33.862)	(26.497)	(1.627)	(2.667)	(15.776)	-	(4.829)	(52)	815	1.617	(123.525)	(100.125)
Outros	(71.021)	(74.071)	(16.619)	(13.969)	(2.471)	(2.287)	(3.130)	-	(9.678)	(15.448)	1.202	1.190	(101.717)	(104.585)
Passivo não circulante	(133.564)	(114.041)	(4.635)	(7.706)	(385)	(377)	-	-	(25.950)	(17.611)	-	-	(164.534)	(139.735)
Fornecedores	(25.494)	(15.021)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(25.494)	(15.021)
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	(33.556)	(35.028)	(4.635)	(7.706)	(385)	(377)	-	-	(112)	(112)	-	-	(38.688)	(43.223)
Outros	(74.514)	(63.992)	-	-	-	-	-	-	(25.838)	(17.499)	-	-	(100.352)	(81.491)
Total	2.445.870	2.272.500	185.393	183.135	210.908	217.996	319.366	-	1.285.100	1.692.449	(487.735)	(439.460)	3.958.902	3.926.620
Fontes de capital														
Passivo circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	385.227	411.948
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	53.138	70.579
Dividendos / Juros sobre o capital próprio a pagar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.790	111.140
Obrigações com poder concedente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.152	5.976
Arrendamento mercantil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	314.147	224.253
Passivo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.480.792	1.296.409
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	281.929	322.656
Arrendamento mercantil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.172.521	942.337
Passivo atuarial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	26.342	31.416
Patrimônio líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.092.883	2.218.263
Patrimônio líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.078.257	2.209.237
Passivo atuarial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14.626	9.026
Total	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	3.958.902	3.926.620

(*) Conforme nota explicativa nº 4.

Notas Explicativas



34. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) 3º Termo Aditivo do Terminal de Veículos/TEV - Adensamento de área

Em 7 de fevereiro de 2023, a Companhia obteve a posse para movimentação de carga geral decorrente do 3º Termo Aditivo ao Contrato de Arrendamento DP-DC nº 02/2009, firmado entre o Terminal de Veículos/TEV e a União Federal, por intermédio do Ministério da Infraestrutura, com a interveniência da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (“ANTAQ”) e da Santos Port Authority - SPA, cujo objeto é a expansão da área arrendada de 164.961 m² para 228.410,61 m² e a autorização para a movimentação de Carga Geral.

b) Captação Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB

Em 12 de janeiro de 2023, a Companhia e o Banco do Nordeste do Brasil S.A. assinaram um contrato de financiamento no valor de R\$494.566, a serem providos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE.

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia serão destinados aos investimentos previstos para as unidades de Itaqui, referentes aos Contratos de Arrendamento nº 05/2021, nº 08/2021 e nº 07/2021 (“Terminais de Granéis Líquidos de Itaqui/MA”), as liberações/desembolsos ocorrerão em moeda corrente, parceladamente, nas épocas definidas em contrato.

c) Decisão do STF nos Recursos Extraordinários n. 955.227 e 949.297. Objeto e Alcance

Em decisão unânime, proferida no dia 8 de fevereiro de 2023, o Plenário do Supremo Tribunal Federal - STF considerou que as decisões proferidas em controle concentrado de constitucionalidade (ADIn, ADC ou ADPF) ou em sede de repercussão geral interrompem automaticamente os efeitos temporais das sentenças ou decisões transitadas em julgado quanto a relações jurídicas tributárias de trato sucessivo ou continuado.

De acordo com a legislação e a jurisprudência, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. Dessa forma, havendo alteração no estado de fato ou de direito, a coisa julgada se torna ineficaz.

Nos recursos analisados, o caso concreto que motivou a decisão do STF envolvia a declaração de inconstitucionalidade da CSLL, obtida por contribuinte na década de 1990, quando houve o trânsito em julgado. Posteriormente, em 2007, o STF declarou que a exigência de CSLL era constitucional.

Insta observar que o Acórdão ainda não foi formalizado, o que pode implicar em novas considerações após sua análise aprofundada. Além disso, é bastante provável que haja oposição de Embargos de Declaração dos contribuintes requerendo a modulação dos efeitos para os demais casos em que a decisão seria aplicável.

Sendo assim, as considerações acima realizadas não podem ser tratadas como definitivas até que haja o encerramento da discussão pelo Plenário do STF.

A Companhia avalia que, neste momento, não há impactos significativos nas suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas como resultado da decisão supramencionada.

Notas ExplicativasConselho de Administração

Verônica Valente Dantas (Presidente)
Maria Amalia Delfim de Melo Coutrim (Vice-Presidente)
Valdecyr Maciel Gomes (Independente)
Eduardo de Britto Pereira de Azevedo (Independente)
José Luis Bringel Vidal (Independente)
Felipe Villela Dias (Independente)
Luiz Sergio Fisher de Castro (Independente)
Marco Antonio Souza Cauduro (Independente)

Diretoria

Antonio Carlos Duarte Sepúlveda - Diretor-Presidente e Diretor de Operações
Daniel Pedreira Dorea - Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores
Ricardo dos Santos Buteri - Diretor Comercial

Conselho Fiscal

Gilberto Braga (Presidente)
Leonardo Guimarães Pinto
Luis Fernando Moran de Oliveira

Thiago Otero Vasques - CRC nº 1 SP 238735/O-0
Contador

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Projeções empresariais 2023

O setor portuário, em especial o segmento de cargas containerizadas, é bastante dinâmico e sofre influência de diversos elementos atrelados ao comércio global de bens e serviços. Em relação ao ano de 2023, até a presente data, a Companhia não espera nenhum impacto de maior magnitude em seus negócios, que seja muito diferente das vicissitudes experimentadas ao longo de 2022. Com efeito, considerando-se a possibilidade de novas cepas e surtos da Covid-19, cujos desdobramentos podem criar gargalos logísticos e afetar o comércio internacional, além da guerra travada por Rússia e Ucrânia, torna-se complexa e imperfeita qualquer projeção acurada relativa ao fluxo de contêineres, tanto de longo curso quanto de cabotagem, e aos demais negócios da Companhia, o que leva a Santos Brasil a não fornecer *guidance* para 2023.

Aviso Legal

Nós fazemos declarações sobre eventos futuros que estão sujeitas a riscos e incertezas. Tais declarações têm como base crenças e suposições de nossa Administração e informações a que a Companhia atualmente tem acesso. Declarações sobre eventos futuros incluem informações sobre nossas intenções, crenças ou expectativas atuais, assim como aquelas dos membros do Conselho de Administração e Diretores da Companhia.

As ressalvas com relação a declarações e informações acerca do futuro também incluem informações sobre resultados operacionais possíveis ou presumidos, bem como declarações que são precedidas, seguidas ou que incluem as palavras "acredita", "poderá", "irá", "continua", "espera", "prevê", "pretende", "planeja", "estima" ou expressões semelhantes.

As declarações e informações sobre o futuro não são garantias de desempenho. Elas envolvem riscos, incertezas e suposições porque se referem a eventos futuros, dependendo, portanto, de circunstâncias que poderão ocorrer ou não. Os resultados futuros e a criação de valor para os acionistas poderão diferir de maneira significativa daqueles expressos ou sugeridos pelas declarações com relação ao futuro. Muitos dos fatores que irão determinar estes resultados e valores estão além da capacidade de controle ou previsão da Santos Brasil.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

Em atendimento ao Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa (Novo Mercado) apresentamos as seguintes informações (informações não revisadas pelos Auditores Independentes):

- 1) Demonstrativo da posição acionária de todo investidor ou acionista que detém mais de 5% de ações de cada espécie e classe do capital, de forma direta ou indireta, até o nível de pessoa física, em 31 de dezembro de 2022:

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA				
Denominação: SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.			(Em unidade Ações)	
Acionista	Ações Ordinárias		Total de Ações	
	Quantidade	%	Quantidade	%
THE BANK OF NEW YORK ADR DEPARTMENT	198.897.030	23,03%	198.897.030	23,03%
OPPORTUNITY GLOBAL FIP MULTISTRATEGIA IE	90.646.070	10,50%	90.646.070	10,50%
OPPORTUNITY AGRO FI EM PARTICIPACOES	58.730.482	6,80%	58.730.482	6,80%
OPPORTUNITY AÇÕES FIA BDR NIVEL I IE	43.390.503	5,02%	43.390.503	5,02%
Ações em tesouraria	47.558	0,01%	47.558	0,01%
Outros	471.940.763	54,64%	471.940.763	54,64%
Total	863.652.406	100,00%	863.652.406	100,00%

- 2) Valores mobiliários detidos por Controladores, Diretores, membros do Conselho de Administração e membros do Conselho Fiscal da Companhia, em 31 de dezembro de 2022:

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO				
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	%
Controladores	-	-	-	-
Administradores	5.224.973	0,61%	5.224.973	0,61%
Conselho de Administração	305.924	0,04%	305.924	0,04%
Diretoria	4.919.049	0,57%	4.919.049	0,57%
Conselho Fiscal	1	0,00%	1	0,00%
Ações em Tesouraria	47.558	0,01%	47.558	0,01%
Outros Acionistas	858.379.874	99,39%	858.379.874	99,39%
Total	863.652.406	100,00%	863.652.406	100,00%
Ações em Circulação	858.379.874	99,39%	858.379.874	99,39%

- 3) Informamos que, em 31 de dezembro de 2022, o número de ações em circulação era de 858.379.874 ações, ou seja, 99,39% do capital total, que é composto em sua totalidade por ações ordinárias.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos Acionistas e Administradores da
Santos Brasil Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Santos Brasil Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 4, em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas pela Companhia em 2022, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receita

A Companhia e suas controladas tem, substancialmente, receitas de serviços proveniente de operações de cais, armazenagem alfandegada e operações logísticas, cuja transferência do serviço ocorre à medida que a Companhia e suas controladas prestam o respectivo serviço contratado e o cliente se beneficia dele. A cada fechamento contábil, a Companhia e suas controladas estimam e registram as receitas cuja transferência do serviço já tenha ocorrido (por competência), mas não tenham sido faturadas, baseadas em critérios definidos que levam em consideração os últimos anos de faturamento, multiplicados pela receita diária (tempo do serviço prestado) os quais envolvem julgamento da Administração. O critério de reconhecimento de receita e montante reconhecido (total da receita) estão divulgados na nota explicativa 3.c.

Devido à relevância dos valores envolvidos, bem como a complexidade do processo necessário para a determinação e registro parcial das receitas destes serviços, conforme mencionado acima, a receita de prestação de serviços pode estar suscetível a erros nos valores ou ser reconhecida na competência incorreta.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação do desenho dos controles implementados pela Administração para o processo de reconhecimento das receitas; (ii) execução de testes de auditoria com o intuito de avaliar a integridade das bases de dados (relatórios) geradas pelos sistemas de TI envolvidos no processo de reconhecimento de receita; (iii) confirmação de que uma amostra de navios estavam ainda atracados na data do encerramento do exercício; (iv) comparação do valor médio da receita diária utilizada na estimativa calculada pela Companhia com o valor médio da receita faturada de uma amostra de notas fiscais emitidas subsequentemente em 2023 e relacionadas aos serviços prestados; (v) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras

individuais e consolidadas consideram todas as informações relevantes, em especial, a divulgação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas com relação ao reconhecimento e corte de receita.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela Administração são razoáveis e as divulgações são consistentes com os dados e informações obtidos.

Valor recuperável do ativo imobilizado e intangível, incluindo ágio

A Companhia e suas controladas registram valores de ativo imobilizado e intangível, incluindo ágio (goodwill) cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios preparados pela Administração da Companhia. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida ou indeterminável, que não estão sujeitos à amortização, são testados com relação à redução ao valor recuperável (impairment) pela Administração no mínimo anualmente. Além da relevância do saldo, os modelos e premissas utilizados nos testes de recuperabilidade dos ágios e de outros ativos intangíveis requerem o exercício de julgamentos relevantes sobre determinadas premissas. Dentre as premissas utilizadas, podemos citar principalmente os fluxos de caixa esperados e a taxa de juros ajustada ao risco para cada unidade geradora de caixa ou grupo de unidades geradoras de caixa. Devido à relevância e ao alto grau de julgamento envolvido no processo de determinação das estimativas de rentabilidade futura para fins de avaliação do valor recuperável desses investimentos, realizado por meio de modelos de avaliação econômica, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) obtenção do entendimento do processo de preparação e revisão do plano de negócios, orçamentos e análises ao valor recuperável das unidades geradoras de caixa onde os ativos imobilizado e intangível, incluindo ágio, foram alocados, disponibilizados pela Companhia e suas controladas; (ii) avaliação da razoabilidade da determinação das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) para o teste de redução ao valor recuperável; (iii) com o auxílio de nossos especialistas, avaliamos a taxa de desconto e principais premissas econômicas aplicadas às UGCs, utilizadas pela Companhia e suas controladas na preparação das projeções e comparamos com dados obtidos de fontes externas, como o crescimento econômico projetado, inflação e taxas de desconto; (iv) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram todas as informações relevantes.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria realizados sobre o teste de valor recuperável, consideramos que as premissas e critérios relacionados aos testes são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Provisão para demandas judiciais

As provisões para demandas judiciais constituídas pela Companhia e suas controladas decorrem principalmente de processos judiciais e administrativos inerentes ao curso normal dos seus negócios, movidos por terceiros, ex-empregados e órgãos públicos, e/ou adquiridos como parte de combinações de negócios realizadas no passado. Estas provisões são constituídas pela Companhia e suas controladas para fazer face às perdas prováveis em assuntos relacionados a questões tributárias, trabalhistas e cíveis. A Companhia e suas controladas, com o auxílio de seus assessores jurídicos internos e externos, exercem julgamento significativo na determinação do valor das provisões a serem constituídas, bem como na divulgação de processos não provisionados, caso a expectativa de perda seja considerada como possível ou remota.

Algumas leis e regulamentos no Brasil têm graus de complexidade elevados e, portanto, a mensuração, reconhecimento e divulgação das provisões e passivos contingentes relativos aos processos e/ou, em certos casos, aderência às leis e regulamentos requerem julgamento profissional por parte da Administração de Companhia e de seus consultores jurídicos.

Em função da relevância dos valores envolvidos e do julgamento para classificação dos processos e dos julgamentos significativos exercidos pela Companhia e suas controladas para constituição das provisões e das divulgações requeridas, consideramos esse assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) indagação aos responsáveis pela área jurídica sobre o seu entendimento do estágio em que se encontram os principais assuntos fiscais, trabalhistas e cíveis da Companhia e suas controladas; (ii) efetuamos confirmação do prognóstico de perda e valores processuais junto aos advogados externos da Companhia e confrontamos com os controles do departamento Jurídico interno da Companhia para certificarmos sobre a existência, valorização e integridade dos dados constantes nestes controles, bem como atualização dessas confirmações; (iii) com o apoio de nossos especialistas da área jurídica, efetuamos avaliação da classificação do prognóstico de perda para causas controversas; e (iv) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram todas as informações relevantes.

Como resultado destes procedimentos identificamos ajuste de auditoria indicando a necessidade de redução da provisão para demandas judiciais, sendo este ajuste não registrado pela administração tendo em vista sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos razoáveis os níveis de provisionamento e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências

de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 16 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S. Ltda.
CRC-SP-034519/O

Flávio de Luna Fragoso
Contador CRC -PE-026316/O

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

O CONSELHO FISCAL da SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, de acordo com o disposto no artigo 163, da Lei nº 6.404/1976, examinou o relatório anual da administração, as demonstrações financeiras, a proposta da administração para a destinação do resultado do exercício, todos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Com base nos documentos examinados, nas análises levadas a efeito e nos esclarecimentos apresentados por representante da Companhia e tendo em conta, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes, o CONSELHO FISCAL, por unanimidade, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apresentados à Assembleia Geral de Acionistas para deliberação, com indicação de aprovação.

São Paulo, 16 de março de 2023.

Gilberto Braga
Presidente do Conselho Fiscal

Leonardo Guimarães Pinto
Membro do Conselho Fiscal

Luis Fernando Moran de Oliveira
Membro do Conselho Fiscal

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em atendimento ao disposto no artigo 25, inciso VI, da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009, o Diretor-Presidente e o Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores da SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima de capital aberto, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ no 02.762.121/0001-04, com sede na Rua Joaquim Floriano, nº 413, 10º andar, São Paulo, SP declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras apresentadas.

São Paulo, 16 de março de 2023.

Antonio Carlos Duarte Sepúlveda
Diretor-Presidente e Diretor de Operações

Daniel Pedreira Dorea
Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em atendimento ao disposto no artigo 25, inciso V, da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009, o Diretor-Presidente e o Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores da SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima de capital aberto, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ no 02.762.121/0001-04, com sede na Rua Joaquim Floriano, nº 413, 10o andar, São Paulo, SP declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes.

São Paulo, 16 de março de 2023.

Antonio Carlos Duarte Sepúlveda
Diretor-Presidente e Diretor de Operações

Daniel Pedreira Dorea
Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores